



**UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

MARIA LILIANE ROSADO RODRIGUES

**EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA
EMANCIPATIVA NO CARIRI CEARENSE**

**CRATO/CEARÁ
2022**

MARIA LILIANE ROSADO RODRIGUES

EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA EMANCIPATIVA
NO CARIRI CEARENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação. Área de concentração: Práticas Educativas, Culturas e Diversidades, Sublinha: Gênero, Sexualidade e Diferenças nos processos educativos.

Orientadora: Prof.^a Dra. Iara Maria de Araújo
Coorientadora: Prof.^a Dra. Antonia Eudivânia de Oliveira Silva.

CRATO/ CEARÁ
2022

Rodrigues, Maria Liliâne Rosado

R696e EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA: UMA PROPOSTA
PEDAGÓGICA EMANCIPATIVA NO CARIRI CEARENSE / Maria Liliâne
Rosado Rodrigues. Crato-CE, 2022.

134p.

Dissertação. Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do
Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Iara Maria de Araújo

Coorientador(a): Prof.^a Dr.^a Antônia Eudivânia de Oliveira Silva

1.Mulheres, 2.Educação Popular, 3.Feminismos, 4.Comunidades Rurais,
5.Narrativas de si; I.Título.

CDD: 300

MARIA LILIANE ROSADO RODRIGUES

EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA EMANCIPATIVA
NO CARIRI CEARENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação. Área de concentração: Práticas Educativas, Culturas e Diversidades, Sublinha: Gênero, Sexualidade e Diferenças nos processos educativos.

BANCA EXAMINADORA

Iara Maria de Araújo

Prof.^a Dra. Iara Maria de Araújo (Orientadora)
Universidade Regional do Cariri - URCA

Antônia Eudivânia de Oliveira Silva

Prof.^a Dra. Antônia Eudivânia de Oliveira Silva (Coorientadora)
Universidade Regional do Cariri - (URCA)

Zuleide Fernandes de Queiroz

Prof.^a Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz
Universidade Regional do Cariri – (URCA)

Ercília M^ª B. de Olinda

Prof.^a Dra. Ercília Maria Braga de Olinda
Universidade Federal do Ceará – (UFC)

CRATO/CEARÁ
2022

Dedico este trabalho à minha mãe, em nome de todas as mulheres das camadas populares, em especial as trabalhadoras rurais que não tiveram o privilégio de frequentar uma escola, mas são donas de um saber magnífico, um saber que rege as suas vidas contornadas de força e esperança.

AGRADECIMENTOS

Neste momento, de tamanha conquista, agradeço primeiramente a Deus, por me sustentar em todos os instantes. Nos momentos em que desanimei, foi a Ele a quem pedi consolo. A caminhada foi árdua, porém venci!

Agradeço à minha mãe por ter me inspirado a seguir o percurso desta pesquisa, a partir da sua história de vida. Foram suas experiências que me levaram a refletir sobre a vida das mulheres rurais e suas lutas pela sobrevivência.

Gratidão a todos que seguraram na minha mão e me ajudaram a tecer este trabalho.

A minha orientadora querida, a Profa. Dra. Iara Maria de Araújo, que foi o meu farol, iluminando os campos teóricos/metodológicos e os campos do afeto, ao me acolher como sua orientanda e sendo paciente com as minhas dificuldades e limitações.

A minha coorientadora, a Profa. Dra. Eudivânia de Oliveira Silva, pelas palavras de incentivo, por todo o apoio no processo da escrita.

A minha amiga, Emanuella Harakassara, que foi fundamental para a minha aprovação no mestrado em Educação, orientou meu projeto e ensaiou comigo a entrevista.

Ao meu esposo, por todo carinho e pelas palavras de motivação;

As minhas companheiras de trabalho da Escola Patativa do Assaré e Antônio Ângelo da Silva, por estarem junto comigo, em todos os instantes.

Ao Coletivo Interfaces Femininas, por todos os saberes e experiências, minhas amigas, irmãs, companheiras de sonhos e lutas.

Às mulheres da comunidade da Serra de Santana que participaram da pesquisa, me ensinaram a arte de olhar a vida para além de um sentido.

A minha amiga Joelma Onofre, psicóloga querida, que me mostrou a potencialidade de se manter firme em uma batalha através da arte de cultivar o espírito.

Aos meus colegas e professores deste programa de mestrado, obrigado por todas as partilhas!

Levarei nossos momentos no meu coração para sempre.

RESUMO

A presente pesquisa analisa o coletivo “Interfaces Femininas”, uma experiência educativa de ação e reflexão, que vem atuando com mulheres em uma escola pública da zona rural, na cidade de Assaré, na região do Cariri Cearense, assim como na produção de um programa de rádio, local, nomeado “Vozes Mulheres”. As questões norteadoras desta análise centralizam-se em: Que tipo de experiências coletivas, de mulheres rurais, têm chegado ao coletivo “Interfaces Femininas”? Como as ações projetadas pelo grupo “Interfaces Femininas” têm impactado na escola e na comunidade em que está inserido? Como o programa Vozes Mulheres tem ressoado na comunidade? O objetivo é analisar as ações do coletivo “Interfaces Femininas”, sob a perspectiva das Pedagogias Populares Feministas, seu alcance e impactos na vida cotidiana e organização das mulheres que acessam o coletivo numa perspectiva de emancipação feminina. Para tanto, os objetivos específicos foram: Identificar em quais tessituras de poder as sujeitas desta pesquisa estão imersas; Compreender como as mulheres rurais articulam-se para o enfrentamento de situações de violência em seu cotidiano; Investigar os impactos do programa “Vozes Mulheres” enquanto mecanismo educativo para uma outra sociedade; Traçar um perfil das mulheres que participaram das atividades educativas propostas pelo grupo “Interfaces Femininas”; Identificar as potencialidades educativas existentes nos saberes populares; Desvelar o papel social que a escola tem desempenhado na comunidade. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, sob o viés da pesquisa participante, desenvolvida a partir da pesquisa (auto)biográfica, com a utilização dos Círculos Reflexivos Biográficos (OLINDA, 2020), com o objetivo de se aproximar das histórias de vida das mulheres alcançadas pelo coletivo, e que residem na comunidade, através da produção de suas narrativas autobiográficas. Outro recurso utilizado foi a aplicação virtual de um questionário semiestruturado sobre o programa “Vozes Mulheres”, a estes mecanismos de produção de dados, somou-se o diário de campo. Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica da Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2006). Como referencial teórico, evocamos as vozes das teóricas dos feminismos subalternos e decoloniais como Gayatri Chakravorty Spivak (2010), Patricia Hill Collins (2016, 2017, 2021), Francóise Vergés (2020), Maria Lugones (2020). As Feministas Latinas Maria Luísa Femenías (2007), Glória Anzaldúa (2005), Yuderkys Espinosa Miñoso (2020), Graziela Rinaldi da Rosa (2019) e, para entender a relação dialógica entre Feminismo e Educação Popular, recorreremos as produções teórica/metodológicas de Bell hooks (2017, 2018, 2019), Paulo Freire (1987, 1992, 2020), Claudia Korol (2007) e Lucia Forneri (2007). Esta imersão resultou em discussões aguerridas, no momento que nos provoca a pensar as sobreposições de opressões que circundam os corpos de mulheres, no tempo e nos espaços os quais transitam, espaços estes, materializados ou não. As histórias de vida das participantes da pesquisa, construídas através dos Círculos Reflexivos Biográficos, elucidaram as categorias de poder que marcam seus corpos, inscritos no território rural. De um lado, as violências invisíveis e silenciosas, como a exploração no trabalho, a invisibilidade no acesso aos direitos, as sujeições nas relações conjugais e familiares; e, do outro lado, suas tentativas de libertação das situações de opressão, a busca por dignidade e direitos. A pesquisa desvelou o campo da experiência, como espaço de potencialidades formativas para as mulheres participantes da pesquisa, sendo estes espaços um *locus* de construção de re-existências.

Palavras-chave: Mulheres. Educação Popular. Feminismos. Comunidades rurais. Narrativas de si

ABSTRACT

This research analyzes the collective “Interfaces Femininas”, an educational experience of action and reflection, which has been working with women in a public school in the rural area, in the city of Assaré, in the region of Cariri Cearense, as well as in the production of a program radio, local, named “Women's Voices”. The guiding questions of this analysis are centered on: What kind of collective experiences of rural women have reached the “Interfaces Femininas” collective? How have the actions designed by the group “Interfaces Femininas” impacted the school and the community in which it operates? How has the Women's Voices program resonated in the community? The objective is to analyze the actions of the collective “Interfaces Femininas”, from the perspective of Popular Feminist Pedagogies, its scope and impacts on the daily life and organization of women who access the collective in a perspective of female emancipation. Therefore, the specific objectives were: To identify in which textures of power the subjects of this research are immersed; Understand how rural women articulate themselves to face situations of violence in their daily lives; Investigate the impacts of the “Women's Voices” program as an educational mechanism for another society; Trace a profile of the women who participated in the educational activities proposed by the group “Interfaces Femininas”; Identify the existing educational potential in popular knowledge; Uncover the social role that the school has played in the community. The research has an exploratory qualitative approach, under the bias of participant research, developed from (auto)biographical research, with the use of Biographical Reflective Circles (OLINDA, 2020), with the objective of approaching the life stories of the women reached by the collective, and who reside in the community, through the production of their autobiographical narratives. Another resource used was the virtual application of a semi-structured questionnaire on the program "Women's Voices", to these data production mechanisms, the field diary was added. For data analysis, the Discursive Textual Analysis technique was used (MORAES; GALIAZZI, 2006). As a theoretical framework, we evoke the voices of theorists of subaltern and decolonial feminisms such as Gayatri Chakravorty Spivak (2010), Patricia Hill Collins (2016, 2017, 2021), Françoise Vergés (2020), Maria Lugones (2020). The Latin Feminists Maria Luísa Femenías (2007), Glória Anzaldúa (2005), Yuderkys Espinosa Miñoso (2020), Graziela Rinaldi da Rosa (2019) and, to understand the dialogical relationship between Feminism and Popular Education, we resorted to the theoretical/methodological productions of Bell hooks (2017, 2018, 2019), Paulo Freire (1987, 1992, 2020), Claudia Korol (2007) and Lucia Forneri (2007). This immersion resulted in fierce discussions, at the moment that provokes us to think about the overlapping of oppressions that surround the bodies of women, in the time and spaces they transit, spaces that are materialized or not. The life stories of the research participants, constructed through the Biographical Reflective Circles, elucidated the categories of power that mark their bodies, inscribed in the rural territory. On the one hand, invisible and silent violence, such as exploitation at work, invisibility in access to rights, subjection in marital and family relationships; and, on the other hand, his attempts to free himself from situations of oppression, the search for dignity and rights. The research revealed the field of experience, as a space of training potential for the women participating in the research, these spaces being a locus for building re-existences.

Keywords: Women. Popular Education. Feminisms. Rural communities. Self-narratives

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: 1º encontro do CRB.....	57
Imagem 2: Apresentação da corrente do afeto	59
Imagem 3: Corrente do afeto, elaborada pelas participantes.....	59
Imagem 4: Apresentação dos objetos afetivos	65
Imagem 5: Momento das narrativas	65
Imagem 6: Confeção dos autorretratos	68
Imagem 7: Autorretrato de duas das participantes	70
Imagem 8: Produção da árvore dos sonhos	76
Imagem 9: Encontro com a presidente da Associação de Trabalhadores Rurais da Comunidade Catolé.....	105
Imagem 10: Encontro com mulheres trabalhadoras rurais na sede da escola Patativa do Assaré	105
Imagem 11: Oficina com as alunas da turma do 3º ano sobre a educação de meninas rurais	106
Imagem 12: Card de divulgação de um dos programas Vozes Mulheres	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Faixa etária das ouvintes do programa “Vozes Mulheres”	114
Tabela 2: Raça/etnia das ouvintes do programa “Vozes mulheres”	115
Tabela 3: Escolaridade das ouvintes do programa “Vozes Mulheres”	115
Tabela 4: Ocupação das ouvintes do programa “Vozes Mulheres”	115
Tabela 5: Renda mensal das ouvintes do programa “Vozes Mulheres”	116
Tabela 6: Estado civil das ouvintes do programa “Vozes Mulheres”	116
Tabela 7: Mulheres/ouvintes com e sem filhos	116
Tabela 8: Temas citados pelas mulheres/ouvintes	120
Tabela 9: Sentimentos que o programa provoca nas mulheres.....	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Domicílio das ouvintes do programa “Vozes Mulheres”	117
Gráfico 2: Desde quando acompanham o programa “Vozes Mulheres”	117
Gráfico 3: Meio de comunicação pelo qual acompanham o programa “Vozes Mulheres”	118

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Proposta de estudo e aproximações com o campo de pesquisa.....	14
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	23
2.1 A pesquisa (auto)biográfica e o direito à palavra.....	24
2.2 O percurso investigativo.....	29
2.3 Análise dos dados.....	33
3 O MOVIMENTO FEMINISTA EM PERSPECTIVA	35
3.1 O feminismo universalista e a luta contra a opressão sexista.....	35
3.2 O feminismo das diferenças	41
3.2.1 feminismos subalternos	41
3.2.2 Feminismo Interseccional Decolonial	45
3.2.3 Feminismos Latino Americano e Caribenho.....	50
4 VIVENCIANDO O CÍRCULO REFLEXIVO BIOGRÁFICO	56
4.1 A chegada.....	56
4.2 O tecer das identidades.....	60
4.3 O despertar das memórias afetivas.....	63
4.3.1 Memória e formação do sujeito biográfico.....	65
4.4 Olhando para si.....	67
4.4.1 O tornar-se mulher rural	70
4.5 A experiência da escrita de si	73
4.5.1 A (trans)formação da experiência narrativa	76
5 CATIVEIROS E BRECHAS DE RESISTÊNCIAS NAS HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES RURAIS	80
5.1 As histórias de vida de mulheres rurais.....	80
5.2 Dos cativeiros às brechas de resistências	91
5.2.1 Meninas/mulheres e as marcas da infância.....	92
5.2.2 O ciclo das mães/esposas e as relações familiares	95
5.2.3 Quanto vale o trabalho das mulheres rurais?.....	98
5.2.4 É tempo de existir e resistir	101
6 O COLETIVO INTERFACES FEMININAS, ALCANCE E EXPERIÊNCIAS VIVIDAS	
104	
6.1 Desencontros e encontros com a escola	106
6.1.1 A escola e o seu entorno.....	106

6.1.2 As potencialidades educativas da experiência.....	109
6.2 O programa vozes mulheres	113
6.2.1 Quem são as mulheres/ouvintes do programa “Vozes Mulheres”	114
6.2.2 Os impactos do programa “vozes mulheres” para as suas ouvintes	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICE (A) TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	132
APÊNDICE (B) -TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	135

1 INTRODUÇÃO

A Pedagogia Popular Feminista é uma pedagogia em movimento, uma educação militante envolvida com os processos emancipatórios das mulheres. Na América Latina, as experiências gestadas por meio de trocas e ensinamentos de mulheres, educadoras populares feministas fazem uma releitura da Educação Popular de Paulo Freire, na intenção de engajar as mulheres no processo educativo emancipatório, dentro de um movimento coletivo. Estamos diante de uma prática educativa para a liberdade, que tem nas suas bases epistêmicas as pedagogias decoloniais, as quais questionam os processos de reacomodação do sistema / mundo capitalista moderno, que se fortalece na constituição de colonialidades de poder, do ser e do saber (ROSA, 2019).

A insurgência dos feminismos subalternos, por meio de práticas educativas, problematiza questões referentes a diversos marcadores sociais das diferenças tais como: raça, gênero, classe e territorialidade, geração e tantos outros, numa perspectiva de construção de uma sociedade outra, construindo pontes entre a educação formal e os princípios da educação popular.

Traçando uma cartografia histórica de poder, o território da América Latina está imerso pelo poder disciplinador advindo do processo de colonização, em uma configuração de dominação cultural, eurocêntrica, imperialista que se configura no poder patriarcal e capitalista, sufocando, assim, as existências dos seus povos. Também apresenta uma contrapolítica, constituindo-se enquanto espaço de produção de resistências por grupos populares, centrados não apenas na luta contra este sistema opressor, mas no engajamento produtivo de suas subjetividades e possibilidades de libertação.

Dentre estes grupos, está o Feminismo Popular¹, que propõe o desvelamento das opressões que circundam o território latino, entrelaçadas nas experiências de gênero, focadas nas desigualdades sociais, no acesso à terra, na luta por democracia e contra as diversas formas de violência, especialmente as que são dirigidas às mulheres. Para a efetivação deste desvelamento, é necessário o exercício de uma consciência crítica. As educadoras feministas populares, apropriam-se dos discursos de Paulo Freire sobre a “Pedagogia do Oprimido” e a necessidade de conhecer o mundo para transformá-lo. Assim, os sujeitos em situação de dominação acessam dispositivos que os provocam a perceberem-se dentro deste processo e suas possibilidades de lutas. Porém, é importante ressaltar que Paulo Freire (1992) aponta que o conhecimento por si só da realidade não acusa a sua transformação, posto que é necessário agir sobre ela.

¹ Constitui-se a partir das práticas cotidianas, de resistências, das mulheres situadas nas camadas subalternas da sociedade, na luta pela sobrevivência.

De acordo com Lucia Forneri (2007) o Feminismo Popular, que se materializa nas ações das experiências cotidianas de mulheres oprimidas, apresenta-se como uma “Pedagogia Popular Feminista” e sugere uma relação dialógica entre gênero e educação popular. “A partir dos processos que empreendemos como área de gêneros e educação popular, temos o compromisso de criar novos modelos, novas relações sociais, reavaliando nossos desejos, sonhos e os próprios espaços de liberdade.” (FORNERI, 2007, p. 30, tradução nossa).

Na mesma linha de pensamento, a filósofa argentina Claudia Korol (2007, p. 17, tradução nossa) compreende a Pedagogia Popular Feminista como uma via para pensar uma pedagogia dos oprimidos, considerando que a sociedade capitalista, na qual estamos inseridos, é patriarcal, racista, homofóbica, imperialista e violenta. Para a autora, “uma pedagogia que nos permita ser sujeitos da nossa própria história, do seu percurso, da renovação, dos seus objetivos e das formas e ritmos que escolhemos caminhar”.

É importante ressaltar que a Pedagogia Popular Feminista acontece por meio de uma aprendizagem coletiva, movimentos populares e comunitários de mulheres, chicanas², pobres, trans, negras, camponesas que trocam saberes e experiências, a fim de produzirem novos conhecimentos, tecendo o viver. Seria, assim, uma pedagogia da sobrevivência, que não se traduz como uma verdade universal para a liberdade, mas num campo plural de possibilidades para a subversão das outras pedagogias disciplinadoras, convertendo-se em ações educativas de emancipação feminina que desestabilizam o sistema mundo centrado em um modelo androcêntrico, de hierarquias e sujeição dos outros corpos. Questiona o feminismo global sem a intenção de reduzi-lo, mas desafiá-lo a transgredir, “faz da crítica e da autocritica um método fundamental.” (KOROL, 2007, p.18).

Dentro da perspectiva da Pedagogia Popular Feminista, abre-se uma fresta no tecido hegemônico da pedagogia do controle. Ao trazermos para discussão e análise as experiências educativas realizadas com e por mulheres em contextos rurais, esperamos que novas fissuras sejam abertas nesse tecido. O ponto de partida para a aproximação destas experiências é o coletivo “Interfaces Femininas”. A intenção é compreender as estratégias pedagógicas, populares e feministas, utilizadas por este coletivo para a construção de resistências e enfrentamentos por parte dessas mulheres ou como diz Lugones (2014) “infrapolíticas de resistências.”.

1.1 Proposta de estudo e aproximações com o campo de pesquisa

² Mulheres norte-americanas que têm ascendência da América Latina, em especial no México.

A proposta deste estudo é analisar o coletivo “Interfaces Femininas”, uma experiência educativa de ação e reflexão que vem sendo desenvolvida com mulheres em uma escola pública na zona rural na cidade de Assaré, na região do Cariri cearense, criado no ano de 2019. A Escola Estadual Patativa do Assaré está localizada na Serra de Santana, funciona com três turmas de 1º, 2º e 3º anos do ensino médio, possuindo três extensões em outros territórios pertencentes ao município de Assaré, que ficam no distrito de Amaro, Genezaré e Aratama, contemplando o ensino médio.

A escola funciona com um currículo regular, mas desenvolve uma prática efetivada na pedagogia de projetos, que trabalha de forma conjunta com o currículo proposto ao modelo de escola regular. Os projetos são focados nos pontos fortes ligados à comunidade, como trabalho no campo, cultura popular, história e memória, meio ambiente, evocando sempre os saberes populares, tensionando questões de gênero, raça, classe e território. Isso tem instigado os discentes a pensarem nas subjetividades que os rodeiam enquanto sujeitos rurais e os espaços que ocupam, e podem passar a ocupar. Este trabalho tem sido de grande relevância para a comunidade, pois, além de fortalecer a relação dialógica escola/comunidade, tem provocado uma tensão de muitos outros fatores que desafiam a prática docente e as relações cotidianas, tais como as questões de gênero.

As inquietações perpassavam pelos questionamentos sobre pensar o lugar das mulheres rurais, como estão alocadas na hierarquia social e como elas lidam com isso, ou seja, como respondem politicamente à posição que ocupam dentro das relações familiares e comunitárias. Dentre as propostas dos projetos, uma delas foi trazer as vozes femininas, que antes eram silenciadas, para dentro da escola. Por meio de palestras, oficinas imersas na cultura popular, criação de espaços de diálogo como rodas de conversas, essas mulheres foram desafiadas a pensarem sobre o modo como concebem a sua existência e como elas se movimentam na e pela comunidade. Na verdade, todo o grupo envolvido com os projetos se sentiu provocado, no sentido de olhar para as posições e relações de gênero que integram a escola e a comunidade.

O fato de ser uma das professoras da escola e idealizadora do projeto, que tem como alvo as mulheres e as relações de gênero, foco desse estudo, torna-me, junto com as demais participantes, socialmente implicadas. Portanto, minhas experiências estarão entrelaçadas às outras narrativas anunciando uma narrativa de si.

Essa experiência educativa tem início no ano de 2015, momento que se inicia um trabalho dialógico com a comunidade. Inspirada pela minha formação em história, o tema proposto para os alunos foi sobre a história local, conhecer mais profundamente a comunidade em que eles residem, uma busca por registros, de memórias, objetos, lugares que contassem a história de cada um. A intenção foi pensar os fatores culturais e sociais que atravessavam as histórias individuais e coletivas dos integrantes da comunidade. O trabalho foi realizado por meio de visitas às comunidades,

entrevistas com as famílias dos alunos, aulas de campo em casas de farinha, visitas em lugares de memória, como igrejas, casas antigas, travessias e malocas, rodas de conversas embaixo de pés de cajarana e trilhas ecológicas, os quais seguiram-se até meados de 2019. O resultado foi de muito aprendizado sobre a dinâmica das relações sociais locais, as representações culturais, o imaginário e as lutas pela sobrevivência enquanto sujeitos do campo, e um emaranhado de fotos como registro deste percurso.

Nesse processo, nos deparamos com a forte presença feminina nesta construção histórica; em cada visita que fazíamos, em cada história contada, a maioria delas contavam com mulheres como protagonistas e, a partir deste achado, surgiu a ideia de formar um grupo, que foi nomeado de “Interfaces Femininas”, composto por alunos e alunas da escola, professores e outras participações de profissionais voluntários, para pensar o SER mulher na comunidade e as possibilidades desta existência. Para contar esta história, evoco aqui um trecho do livro da Ana Maria Gonçalves, “Um defeito de cor”, quanto ela nos apresenta o termo *Serendipidade*, uma palavra usada para descrever a descoberta de alguma coisa enquanto procuramos outra, “mas para a qual já tínhamos que estar, digamos, preparados. Ou seja, precisamos ter pelo menos um pouco de conhecimento sobre o que "descobrimos" para que o feliz momento de serendipidade não passe por nós sem que sequer o notemos.” (GONÇALVES, 2009, p. 07).

Projetar um grupo que pense, escute e perceba as mulheres em suas particularidades, como o “Interfaces Femininas”, é uma ação que vem carregada de símbolos e significados. Essas questões poderiam ter passado despercebidas caso não fosse à sensibilização do olhar (OLIVEIRA, 1996). Ao observar as questões de gênero de forma mais atenta, a partir do momento que tive acesso às discussões de gênero dentro da Unidade Curricular “Gênero e diversidade na escola”³, o meu olhar ficou mais sensível e apurado para reparar nas questões de gênero.

Por meio dessa formação, muitos aspectos impactaram a minha experiência profissional, lançando luzes na minha prática educativa por meio de uma pedagogia da sensibilidade dentro dessas comunidades rurais. Perceber a presença efetiva das mulheres rurais neste percurso e principalmente reparar as experiências e vivências dessas mulheres, fez com que elas comesçassem a existir a partir de outro ângulo que até então eu não tinha percebido. Assim, além das histórias que conseguimos resgatar, a minha percepção sobre as mulheres da comunidade, que além de serem as mães, avós, tias dos nossos alunos e alunas, são portadoras de um grande potencial de saberes, vivências, criando estratégias de enfrentamento às inúmeras formas de opressões cotidianas.

³ Componente curricular do Programa de Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Regional do Cariri, ministrado pelas professoras Iara Maria Araújo e Cícera Nunes.

Sobre as atividades do Coletivo "Interfaces Femininas", iniciam-se em agosto de 2019, sendo realizada a primeira atividade que consistiu em uma roda de leitura, no pátio da escola, sobre o livro "Sejamos todos feministas" da Shimamanda Ngozi. Outras rodas de conversa foram realizadas de forma conjunta com grupos organizados das comunidades, tais como o projeto Paulo Freire e os quintais produtivos, o grupo "Flores do Sertão" e o grupo "Flores do Pequi".⁴ Também foi organizado o encontro de rezadeiras⁵ das comunidades e a apresentação da Dança do São Gonçalo⁶, comandada pelo grupo de mulheres da comunidade do Araçás, que cantaram e encantaram com os benditos e suas representações de fé. Com o início da pandemia, Covid-19, em 2020, as atividades não puderam mais ser realizadas.

Neste percurso, me deparei com os discursos e experiências da autora Bell Hooks (2007), a partir das vivências na disciplina de Gênero e Diversidade, no Programa de Mestrado Profissional em Educação na Universidade Regional do Cariri. Em sua proposta de uma pedagogia engajada, em que é preciso efetivar os processos formativos de uma ação educativa para um feminismo que dialogue com todas as mulheres em suas particularidades, e esta formação está para além dos muros da escola. Assim, motivada em manter um diálogo, mesmo que distante, sobre uma educação feminista, dentro do "Interfaces Femininas" foi articulada a produção de um programa de rádio, intitulado "Vozes Mulheres", que se inicia em julho de 2020, apenas como um quadro, dentro da programação da rádio local, Cultura FM, com a definição de 30 minutos e, em agosto do mesmo ano, assume a performance de um programa oficial, com uma hora de duração e vai ao ar todos os sábados.

Em meio à pandemia o programa se efetivou em uma ação educativa que leva as histórias femininas, vinculadas socialmente no âmbito privado, para serem pensadas no espaço público, como uma forma de anúncio e denúncia das experiências femininas encurraladas no isolamento, não só por conta da pandemia, mais em um contexto histórico/social que nega a sua existência, enquanto sujeitas de direitos. Outro recurso que vem sendo utilizado é uma página na rede social Instagram, que leva o nome "Interfaces Femininas", somando até o início de 2023, um total de 761 seguidores. Nesta rede social, transmitimos o programa "Vozes Mulheres", ao vivo, trazendo uma interação instantânea com o público, os programas ficam gravados e disponíveis, como um rico material digital educativo.

⁴ Associações comunitárias de trabalhadoras rurais da comunidade Serra de Santana, no município de Assaré e, pertencentes ao Projeto Paulo Freire de geração de renda.

⁵ Mulheres que exercem o papel de curandeiras do corpo e da alma através de um saber ancestral que evoca a fé e a experiência como principal ferramenta.

⁶ Dança religiosa destinada a pagar promessas ao santo referenciado.

Todas estas questões e ações me atravessam enquanto mulher, mãe, professora, filha de uma mulher do campo. Sinto-me envolvida em uma tessitura de existência permeada pela dialogicidade da teoria/prática e produção de conhecimento.

A partir desta experiência, neste espaço/tempo que me aproximei das potencialidades femininas, que compõem aquele território rural, estabeleci diálogo com o campo teórico das produções feministas, de Judith Butler (2003), Joan Scott (1999), Maria Lugones (2014), Guacira Lopes Louro (1997), Angela Davis (2016), Grada Kilomba (2019), bell hooks (2018), Patrícia Hill Collins (2019), Simone de Beauvoir (2019) e tantas outras autoras que tratam da Pedagogia Popular Feminista, como a Claudia Korol (2007), Julieta Paredes (2020), Marcia Alves Silva (2019), Graziela Rinaldo Rosa (2019) e Maria Luisa Femínias (2007). Essa interação abriu um campo de possibilidades de análises críticas sobre a condição das mulheres diante da opressão de gênero vinculado à raça, à classe e ao território, que vai além de um pensar homogeneizado sobre existir enquanto mulher no sentido universal e, aqui, chamo a atenção para a interseccionalidade, como uma das categorias de análise para compreender estes atravessamentos que constituem as identidades das sujeitas deste processo investigativo; “a interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 29).

No tecer desta produção dialética, seguimos pelo caminho teórico/metodológico da Educação Popular, sendo este um mecanismo potente para identificarmos os elementos pedagógicos contidos nas atividades cotidianas das sujeitas desta pesquisa. O conceito de Educação Popular é evocado a partir de Paulo Freire, como sendo uma concepção pedagógica e, como prática social, tem como característica a alta sensibilidade aos contextos políticos, sociais e culturais onde atua (CARRILHO, 2013, p. 19). Paulo Freire defende que a educação é um importante instrumento para a mudança, apontada como um campo de possibilidades onde os grupos subalternizados podem aprender a organizar-se coletivamente para transcender a sua posição e lutar contra as opressões. Para isso, os processos educativos precisam estar alinhados a um compromisso com esta libertação que só será possível diante da construção coletiva de uma consciência crítica, na qual o grupo seja instigado a refletir sobre qual o seu lugar no mundo. Para este fim, é necessário que haja as devidas condições.

A partir desta conjuntura, a Educação Popular, com suas raízes fincadas na América Latina, constrói-se numa filosofia diferente da educação institucionalizada que se organiza dentro de um padrão de educação onde o Estado, símbolo da dominação das massas, mantém o controle e a vigilância. A Educação Popular apropria-se de mecanismos educativos para envolver as categorias alocadas como subalternas, camponeses, mulheres, indígenas, setores populares em torno da dimensão política, pessoal e subjetiva que constrói essas identidades (CARRILHO, 2013). O fato de

estar alinhada aos movimentos sociais e grupos populares, apreende os espaços cotidianos desses grupos como espaços educativos para além da escola, enfrentando tensões ao afirmar que “existem outros espaços pedagógicos, outros saberes e processos de conhecimento, de humanização fora das instituições que se autoapropriaram da exclusividade do conhecimento” (ARROYO, 2012, p. 34).

Seguindo um percurso pedagógico de compreensão das identidades e dos lugares que elas ocupam que é instituído o desejo pela emancipação, por desvincular-se da condição de objeto, imposta por uma ordem social hierárquica, e assumir-se enquanto sujeito protagonista da sua história. Segundo a socióloga Maria da Glória Gohn (2013, p.33), “A categoria sujeito confere protagonismo e ativismo aos indivíduos e grupos sociais, transformando-os de atores sociais, políticos e culturais em agentes conscientes de seu tempo, de sua história”.

Assim, Educação Popular toma forma como um processo educativo formativo, que evoca as experiências das categorias envolvidas para seguir em busca de novas aprendizagens que potencializem uma mudança de cunho político nas estruturas sociais. Estes processos educativos desenham-se em atividades pedagógicas criativas que trazem para suas centralidades estes atores sociais aqui representados, como por exemplo a categoria das mulheres, que dentro da ordem política e econômica vigente ocupam a posição de subalternidade, e é neste espaço/tempo das suas experiências cotidianas, que práticas educativas são possíveis de serem desveladas pelas propostas pedagógicas da Educação Popular, e, quando as práticas são desveladas, estas sujeitas também vão afirmando sua presença no mundo. “Essas presenças afirmativas dos inferiorizados e esse reconhecimento de que há conhecimentos lá fora tornam difícil a função de ocultamento desses outros espaços, experiências e outros sujeitos como produtores de conhecimento e de pedagogias” (ARROYO, 2013, p. 34).

Entrelaçada em um território dialético entre educação e epistemologias feministas, esta pesquisa tomará forma, buscando o desvelamento das experiências cotidianas das mulheres, sujeitas aqui envolvidas, como mecanismos educativos, como interfaces de uma pedagogia emancipadora, capaz de provocar um deslocamento do corpo/objeto para o corpo/político, desmistificando o discurso que as reduzem em seres presumidamente limitadas pela natureza.

O campo desta pesquisa é um território rural, denominado Serra de Santana, onde a escola EEM Patativa do Assaré está inserida. Faz parte do município de Assaré, localizado ao sul do Estado do Ceará, na região do Cariri cearense, e fica a uma distância de 12 km da zona urbana. Este território é constituído por diversas comunidades onde as identidades se confundem por compartilharem práticas culturais, sociais e econômicas semelhantes. São os populares sítios, Areias, São Félix, Araçás, Laços, entre tantos outros. A economia gira em torno da agricultura e pecuária.

São espaços imbuídos de práticas culturais, cotidianas, marcadas pela categorização do gênero, que define as relações entre homens e mulheres que residem na comunidade. Partindo de um olhar universal, estas práticas não diferem dos métodos relacionais entre os gêneros, imposta na sociedade moderna capitalista. Porém, se este olhar for executado por lentes sensíveis aos detalhes, é perceptível como as mulheres destas comunidades se movimentam.

A ideia de movimento, aqui, é pensada a partir das suas práticas e dos lugares que ocupam. São mulheres agricultoras que participam de associações comunitárias, são líderes de movimentos de igrejas, são mães solas, estão presentes na manutenção de práticas culturais da comunidade como a festa dos Caretas, danças do São Gonçalo, farinhadas, guardiãs da oralidade. Enfim, são mulheres presentes que se movimentam e têm grande importância no caminhar de suas comunidades. Toda esta configuração de existir enquanto mulher rural, dentro do contexto dicotômico e relacional de poder, passa despercebida aos olhos dos que estão naturalizados no processo de homogeneização e hierarquização social.

Considerando que a pesquisa foi realizada dentro de um contexto pandêmico, provocado pela COVID 19, torna-se ainda mais relevante explorar o papel que a escola tem desempenhado na comunidade, a partir do conjunto de atividades elaboradas com ênfase na produção de uma educação crítica e emancipadora, e como todo este processo tem refletido durante a pandemia. No momento em que fomos acometidos pela obrigatoriedade do isolamento social, a escola tem continuado a resistir, tem se configurado como grande mediadora de conflitos, de promoção de escuta e campo de intersectorialidade, articulação entre os sujeitos e instituições como a saúde e a assistência social.

A escola tem sido uma porta de entrada para a vida privada destas mulheres, em um momento que público e privado se confundem quando esta se movimenta, e, ao chegar às casas de todas que, de alguma forma estão vinculadas à escola, de forma direta como alunas ou indireta como mães, tias, e avós. Esta questão suscita reflexões sobre o público e o privado, tema relevante dentro das discussões de gênero.

Susan Moller Okim (2008) chama a atenção para as ambiguidades presentes nesta relação dicotômica, e nos alerta para as dimensões políticas do privado/pessoal, “nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não doméstica e política, podem ser interpretados isolados um do outro”(p.314). Desse modo, ao traçar um percurso de práxis pedagógica que desafia o *status quo*, é necessário engajá-la em uma conjuntura política da experiência cotidiana que ultrapassa o espaço das instituições públicas e amplie as lentes das discussões para os fatores que passam silenciados, por estarem numa dimensão de privado.

Neste trabalho, busca-se compreender sob a luz da “Pedagogia Popular Feminista” como estas sujeitas se movimentam dentro de suas comunidades e vivenciam seus “locais de fronteira”⁷ (GLÒRIA ANZALDUA, 2005), bem como os atravessamentos que vão surgindo através das ações educativas promovidas pelo coletivo “Interfaces Femininas”, que acabam por ressoar nas integrantes do grupo, provocando o surgimento de novos conhecimentos, pois as ações se dão dentro de uma perspectiva teórico/dialógica e, ainda, os imbricamentos com a minha prática profissional e construções subjetivas, enquanto sujeita, mulher, professora e pesquisadora. Para este exercício algumas questões e incômodos que permeiam a pesquisa são lançados, tais como: Que tipo de experiências coletivas, de mulheres rurais, têm chegado até o coletivo “Interfaces Femininas”? Como as ações projetadas pelo grupo “Interfaces Femininas” têm impactado na escola e na comunidade em que está inserido? Como o programa Vozes Mulheres tem ressoado na comunidade? Quais as formas de contrapoder exercido pelas mulheres rurais no atravessamento de fronteiras que controlam seus corpos? Como se expressam as relações, as hierarquias diante das relações de gênero, no território rural? Quais os mecanismos possíveis para a construção de uma educação para a emancipação de mulheres? Quais os atravessamentos causados pelas ações educativas que ressoam dentro do grupo Interfaces Femininas? Como as sujeitas do grupo se percebem dentro destas práticas pedagógicas?

Diante deste panorama que se apresenta em trânsito, acompanhando as dissidências de mulheres subalternas através da luta por firmar suas existências, esta pesquisa tem como objetivos:

OBJETIVO GERAL:

- Analisar as ações do coletivo “Interfaces Femininas” sob a perspectiva das Pedagogias Populares Feministas, seu alcance e impactos na vida cotidiana e organização das mulheres que acessam o coletivo numa perspectiva de emancipação feminina.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar em quais tessituras de poder as sujeitas desta pesquisa estão imersas;
- Compreender como as mulheres rurais se articulam no enfrentamento a situações de violência no seu cotidiano;
- Investigar os impactos do programa “Vozes Mulheres” enquanto mecanismo educativo para uma outra sociedade, voltado para a emancipação das mulheres;

⁷ Locais de fronteiras, são espaços onde as identidades são forjadas, ele é móvel, híbrido e com travessias.

- Traçar um perfil das mulheres que participaram das atividades educativas propostas pelo grupo “Interfaces Femininas”;
- Identificar as potencialidades educativas existentes nos saberes populares;
- Desvelar o papel social que a escola tem desempenhado na comunidade.

Ao evocar as experiências educativas do coletivo “Interfaces Femininas” para o campo acadêmico, não tenho a pretensão de apresentá-lo como objeto desta pesquisa, pois objeto soa como algo sem vida, mas como um estudo de uma ação política educativa, constituída de corpos e afetos, com suas identidades em travessias, que tem se constituído em práticas pedagógicas populares e feministas para que possa ressoar de forma simples e potente em todas as outras sujeitas que encontrarmos pelo caminho.

Com a pandemia as práticas pedagógicas do coletivo foram desafiadas a deixar o espaço restrito da escola, avançando nas comunidades, pelas ondas sonoras do rádio, pelo espaço midiático das redes sociais com a projeção de conteúdos digitais. Foram estratégias pensadas para não deixar nenhuma mulher sem acesso à essas informações e poder interagir com elas.

Seguindo esta perspectiva, numa relação dialógica entre o conhecimento empírico e teórico, esta dissertação encontra-se organizada entre a introdução os capítulos e a conclusão.

A introdução é construída a partir da apresentação do campo social, em que a pesquisa foi realizada; onde é o espaço, quem são os sujeitos envolvidos e como se posicionam nas dimensões sociais, culturais e históricas, por fim a relação da pesquisadora com o campo.

No capítulo 2, apresenta-se a metodologia, todo o percurso pelo qual a pesquisa trilhou até chegar aos resultados.

No capítulo 3, é apresentada a produção teórico/epistemológica sobre *o Movimento Feminista*, a fim de situar sua construção histórica, suas faces e agendas diante da luta pela emancipação das mulheres.

No capítulo 4, apresento a experiência do *Círculo Reflexivo Biográfico*, dispositivo reflexivo de pesquisa para alcance das narrativas de vida. Ressalto as sensações e emoções que foram vivenciadas.

O capítulo 5 traz a abordagem sobre *Cativeiros e Brechas de Resistências nas histórias de vida de mulheres rurais*, como uma forma de apresentar as suas histórias de vida vinculadas às situações-limite do seu cotidiano.

O sexto capítulo, denominado *As Experiências com o Coletivo Interfaces Femininas*, apresenta uma discussão sobre a escola, entrelaçada às experiências das mulheres, as quais situam o programa Vozes Mulheres como um mecanismo pedagógico de ação/transformação.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com imersão investigativa no campo social de mulheres rurais. A intenção é captar as possibilidades educativas vivenciadas por elas sobre as questões de gênero a partir da ação do Coletivo Interfaces Femininas, por meio de suas vozes, verdades e experiências. A pesquisa seguiu pelos fios teóricos-metodológicos da Pesquisa Participante, e foi delineada pela dialogicidade, entre pesquisadora-sujeitas-território. O tecer desta tríade, envolvendo o entrelaçamento das existências políticas das envolvidas, configura-se em caminhos potencializadores para a transformação social. Esse método, diferente das formas tradicionais de fazer ciência, traz um caráter libertador por redesenhar a relação pesquisador e pesquisado, sem retirar o rigor do caráter científico, pois, ao invés de uma relação sujeito-objeto, tivemos a relação sujeito-sujeito, sendo nessas entrelinhas que o processo investigativo tomou forma, em uma ação conjunta de articulação de conhecimentos pré-existentes e a produção de novos saberes.

Assim, utilizando-se da Pesquisa Participante busquei, juntamente com as sujeitas desta pesquisa, produzir conhecimento dentro de uma relação dialógica a partir das experiências vividas, em uma realidade concreta de acordo com a proposta de Brandão e Borges (2007, p. 54):

[...] deve-se partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações da vida real, as experiências reais, as interpretações dadas a estas vidas e experiências tais como são vividas e pensadas pelas pessoas com quem inter-atuamos.

O percurso investigativo envolveu a dimensão histórica da realidade estudada, fazendo emergir o exercício da busca teórica sobre a estrutura total que produz o território rural e as sujeitas deste lugar, assim como as práticas individuais e coletivas experienciadas neste espaço, que ao mesmo tempo que desvela este campo como parte de um todo, abriu um caminho para delinear as contradições existentes e nos dá margem para as possibilidades de novos conhecimentos com o compromisso para a transformação social.

Enfatizo, assim, que este percurso metodológico foi norteado sob a luz da História Oral, como método para análise das narrativas de vida, para a compreensão dos conceitos como experiência, memória, tempo, sensibilidades e sociabilidades, sendo que “a história oral, então, é a história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória. A memória, na verdade, não é um mero depósito de informação, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significados” (PORTELLI, 2016, p.18).

Uma das principais ferramentas que deu subsídio a esta pesquisa, foram as histórias de vida das mulheres participantes, e, para este alcance, recorreremos ao método das narrativas

autobiográficas, como forma de aproximação das experiências vividas no território. Sobre o método de pesquisa biográfica, Delory-Momberger (2016, p. 133) afirma que “O campo de conhecimento da pesquisa biográfica é um dos processos de constituição individual, de construção de si, de subjetivação, com o conjunto das interações que esses processos envolvem com o outro e com o mundo social”. Para Passeggi (2021), este é para além de um instrumento de pesquisa, é uma forma de evocar a dimensão humana dos sujeitos participantes da pesquisa, é propor um diálogo horizontal entre o sujeito que pesquisa e os sujeitos participantes da pesquisa, traz consigo o ato da fala e da existência.

É relevante ressaltarmos a dimensão formativa no trabalho com narrativas autobiográficas, e que dialoga com o modelo de pesquisa participante. As sujeitas que experimentaram o processo de narrar sobre si, durante a pesquisa, estiveram imersas em um espaço/tempo formativo de falas e escutas, que envolveu pesquisador e sujeitos, em constante formação. Esse processo formativo é denominado por Maria Helena Menna Barreto Abrahão (2018) de “circuitos narrativos”, sendo que, para a autora, a escuta atenta compõe-se de uma dimensão ético/política, a qual anuncia uma formação significativa.

A técnica de pesquisa utilizada para dialogar com as experiências de vida das mulheres participantes desta pesquisa, que perpassam pelo território, a escola e o Coletivo Interfaces Femininas, foi realizada por meio da prática dos Círculos Reflexivos Biográficos, propostos por Olinda (2020, p. 32), quando afirma que “a dinâmica do CRB permite uma tessitura em que coletivamente vivenciamos o poder configurador da narrativa, ou seja, o de dar forma e articular sentidos, ligando os acontecimentos da nossa existência”. Os círculos reflexivos biográficos são pontos estratégicos para que as participantes possam dialogar entre si sobre as tessituras que as compõem enquanto mulheres rurais, suas experiências e enfrentamentos, numa perspectiva de (re)existência, trazendo em si este circuito narrativo formador, que evoca uma troca de saberes, uma constituição de identidades e produção de conhecimentos.

2.1 A pesquisa (auto)biográfica e o direito à palavra

A pesquisa (auto)biográfica dialoga com o método da História Oral, ao evocar as memórias dos sujeitos, as narrativas de suas experiências, tencionando um caminho de possibilidades para que outras vozes possam se entrelaçar na construção histórica do campo social, onde, por meio da linguagem, deixam transparecer a presença deste percurso histórico que transita numa conjugação de tempos passado, presente e futuro. “Na narrativa as temporalidades são entrecruzadas, dando ao sujeito uma história” (OLINDA *apud* RICOEUR 2020, p.26). Neste processo dialógico, a relação pesquisador e pesquisado se dá por meio da experimentação de um percurso teórico, por categorias

que vão dando forma às intenções da pesquisa, como por exemplo, memórias, experiências, sensibilidades e sociabilidades, em posições de horizontalidade.

Sobre esta posição horizontal das relações, Delory-Momberguer (2006, p. 361) diz ser um aspecto importante na formação “que acontece entre o saber formal e exterior ao sujeito e os saberes subjetivos, não formalizados que os indivíduos colocam em prática nas experiências de suas vidas”; experimentam o poder da palavra para dar forma a uma estética de si, apresentar seu lugar de fala, e, fazer emergir novos saberes a partir da reflexão e formação de si.

Nesta tessitura, a pesquisa (auto)biográfica na construção de narrativas concede o direito à palavra aos sujeitos que, no tecido social, foram colocados à margem desta configuração, como as mulheres, crianças, negros, pessoas trans, entre outros tantos que são vítimas de uma invisibilidade epistemológica.

Partindo do pressuposto de que “a Narrativa modifica aquilo que vivemos, fazendo apelos para a ação e (trans)formação de quem ouve e de quem narra.” (OLINDA, 2019, p. 275), o ato de falar e ser ouvido traz grande poder simbólico sobre a condição humana de existir, provoca uma ação/reflexão sobre a experiência humana e suas relações coletivas. Assim, é enveredando por este campo da pesquisa, (auto)biográfica, que procurei, aqui, dar forma a esta teia de signos e significados do fazer ciência, ressaltando a importância do trabalho do pesquisador que compreende as nuances das relações de forças e assume suas responsabilidades epistemológicas diante do fazer científico. É preciso se fazer presente numa postura teórico-metodológico coerente com a prática da pesquisa, se construir dentro de uma ética profissional que garanta o rigor em todas as instâncias da pesquisa, desde a coleta dos dados, até o manuseio e a apresentação dos resultados.

Neste exercício de se trabalhar com narrativas e impregnar-se com as experiências individuais e coletivas, reverbera-se um campo de possibilidades as quais provocam o pesquisador a utilizar-se de um conjunto de sentidos para o desvelamento dos anúncios e denúncias das falas dos participantes.

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressivos, mas não a entendemos como constituída relacionalmente. Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência (SCOTT, 1999, p. 03).

Para compreender as narrativas de vida e seus significados, é preciso saber de onde elas partem, quais os percursos formativos constituíram e formaram os sujeitos em questão. Segundo Joan Scott (1999), a linguagem é o local onde a história é encenada e, assim, pensando a linguagem como mecanismo que historiciza as experiências dos sujeitos, a pesquisa (auto)biográfica numa

relação dialógica com a educação popular, pode nos fornecer pistas sobre a formação histórica das camadas populares, aproximar-se das realidades concretas que as colocam nesta posição.

Sobre o que seria esta realidade concreta, Paulo Freire (1996, p. 35) diz:

Para mim, a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que dele estejam tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade.

A pesquisa (auto)biográfica em educação está vinculada a uma postura dialética de produzir saberes plurais em situações educacionais distintas, sejam elas formais ou informais, é o que Ferrarotti (1991) chama de “Paradigma do singular/plural”. Este percurso nos remete pensar a dialogicidade na construção do conhecimento nos discursos do Paulo Freire, quando no processo da pesquisa tem-se a prática de narrar e escutar assim como de aprender e ensinar. Ao pensar nesta relação professor / aluno, sobre a qual Paulo Freire nos conta da verdadeira aprendizagem, na qual os dois relacionam-se e são sujeitos do processo, penso aqui o mesmo no que se refere a pesquisador/pesquisado no contexto da pesquisa com histórias de vida, posto que os dois também fazem parte da arte de fazer ciência e produzir conhecimento, na troca de saberes e experiências para a formação de si. Para Paulo Freire, a pesquisa desenvolve-se por meio da compreensão e o respeito entre as partes envolvidas.

Para Olinda (2020, p. 18):

O diálogo institui uma relação intersubjetiva, em que sujeitos biográficos (OLINDA apud PASSEGGI), movem-se numa racionalidade sensível e reflexiva para tomar suas experiências como verdadeiro “capital biográfico”, a permitir novas aprendizagens e desaprendizagens.

Nesta metodologia, a práxis da dialética torna-se uma alternativa para assegurar o rigor da pesquisa com histórias de vida, permitindo o trabalho com subjetividades e direcionando os resultados para além de um destino absoluto e irredutível. Este pensamento advém das análises de Franco Ferrarotti (1991), que nas suas experiências de pesquisas biográficas ressalta o método de uma sociologia participante a partir da dialética entre observador e observado. O autor ressalta a dificuldade que enfrentava para assegurar a validade das biografias individuais, sendo preciso vinculá-las com características globais históricas, datadas e precisas. Neste contexto, o autor nos revela alguns princípios teóricos gerais que passou a perceber com mais clareza no uso do método dialético para com a pesquisa biográfica:

O observador está radicalmente implicado na sua pesquisa, ou seja, no campo do objeto de sua investigação. Este último, longe de ser passivo, modifica continuamente o seu comportamento de acordo com o observador. Esse processo circular de feedback torna

ridícula qualquer presunção de conhecimento objetivo. O conhecimento não deve ter o “outro” por seu objeto; em vez disso deveria ter como objeto a interação inextricável e absolutamente recíproca entre observador e observado. Daqui advém um conhecimento mutuamente partilhado, enraizado na intersubjetividade da interação, um conhecimento tanto mais profundo e objetivo quanto mais integral e intimamente subjetivo (FERRAROTI, p. 171).

O autor ainda deixa claro que esta percepção não implica dizer que não há riscos nesse modelo de pesquisa, já que os riscos existem, sim, e isso exige uma rigorosa disciplina do pesquisador, na produção de um trabalho minucioso.

Tendo em vista o contexto desta pesquisa, que tem como um dos caminhos o método da pesquisa (auto)biográfica, desejo enfatizar a técnica dos Círculos Reflexivos Biográficos, para a produção das narrativas das mulheres participantes da pesquisa, formulados pela professora Ercília Maria Braga de Olinda, que tem “o diálogo como fundamento e a narrativa das experiências no centro” (OLINDA, 2020, p.25). Os fundamentos teóricos do CRB estão centrados nos Grupos Reflexivos da Marie – Christine Josso, os ateliês biográficos de projetos da autora Delory – Momberger e os Círculos de Cultura de Paulo Freire. Sobre o CRB, a autora aponta que

A dinâmica do CRB permite uma tessitura em que coletivamente vivenciamos o poder configurado da narrativa, ou seja, o de dar forma e articular sentidos, ligando os acontecimentos da nossa existência. É um espaço/tempo para um trabalho “sobre si mesmo”, à medida que escrevemos nossa história em esquemas temporais. Trata-se, pois, de uma prática consciente e integral de educação de si (OLINDA, 2020, p. 32).

Ao conhecer a proposta dos Círculos Reflexivos Biográficos, retorno ao início desta discussão ao pensar o campo dialógico como método indispensável para o fazer ciência no campo social, onde as relações acontecem e são dinâmicas. Para este exercício, o método do CRB exige o conhecimento teórico, rigor na prática metodológica, sensibilidade e criatividade.

Durante o percurso do CRB, o pesquisador disponibiliza recursos para que os participantes exerçam uma escrita reflexiva de si, através da linguagem, utilizando-se de uma variedade de mecanismos de expressões. São métodos que viabilizam os participantes a dizerem as suas experiências de vida, que provocam os sentidos de quem narra e de quem escuta, fazendo emergir suas identidades de sujeitos históricos que configuram e reconfiguram sua existência, em um percurso dinâmico de ser e estar no mundo.

O CRB também foi enriquecido com as elaborações de Maria da Conceição Passeggi, frutos das “mediações biográficas” realizadas em grupos reflexivos, inicialmente com professoras leigas e, em seguida, com profissionais em formação inicial, pós-graduada e continuada. Destaco as seguintes categorias de suas contribuições: “sujeito biográfico”, “reflexividade biográfica” e as três dimensões da “mediação biográfica” (iniciática, maiêutica e hermenêutica). As fontes teóricas que sustentam o CRB exigem ainda a compreensão sobre a relação entre escuta, narrativa, experiência, temporalidade e formação, daí a importância de autores como: Paul Ricoeur, Jorge Larrosa, Gaston Pineau, Christine Delory-Momberger e Marie-Christine Josso (OLINDA, 2020, p. 22).

O Círculo Reflexivo Biográfico constitui-se em um dos caminhos para o trabalho com a experiência narrativa, com grande relevância, estruturado em um conjunto de aparatos teóricos, filosóficos e metodológicos, para pensar os sujeitos e transcender os campos tradicionais do fazer ciência, vinculando a trajetória de formação dos sujeitos ao campo das ciências sociais, através de uma estruturação da linguagem como campo simbólico da materialização do vivido, do experienciado no transcurso de uma temporalidade histórica.

Neste contexto, ressalta-se o entrelaçamento com a História Oral, pois a partir das narrativas, os sujeitos vão se posicionando no tempo histórico, em uma dinâmica de evocação das suas memórias para se deslocarem no tempo e no espaço. Esta dinâmica potencializa a compreensão de que somos sujeitos singulares inseridos em diferentes campos sociais, onde há um conjunto de variáveis que dão forma às nossas experiências particulares, que podem assemelhar-se a outros ou não.

A História Oral produz narrativas orais, que são narrativas de memória. Essas, por sua vez, são narrativas de identidade na medida em que o entrevistado não apenas mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas também como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade (SILVEIRA, 2007, p.41).

Nesse sentido, as narrativas de vida evocadas na pesquisa autobiográfica são linhas que tecem a teia do existir em sociedade, compartilhando experiências articuladas entre si e com os outros. Sobre o trabalho com as memórias, a partir da História Oral, Éder da Silva Silveira ressalta que “trabalhar com História Oral, é, sobretudo, não querer uma história totalizante a partir dos depoimentos; tão pouco provar uma verdade absoluta. É dar espaço aos sujeitos anônimos da História na produção e divulgação dessa” (2007, p. 41). Com isso, desenvolve-se o processo da pesquisa autobiográfica, onde o pesquisador elabora seu trabalho junto com o pesquisado e não sobre o pesquisado, no ressoar das vozes, que este pesquisado sai da condição de objeto para sujeito da pesquisa, transitando num espaço subjetivo de produção de saberes,

Para conceituar os termos “sujeito e “objeto” e entendermos a relevância histórica dessa transição, como exemplificada antes, podemos apontar o pensamento da filósofa Grada Kilomba (2019, p. 28), ao refletir sobre a condição das mulheres negras, que são colocadas como objetos, no percurso da pesquisa acadêmica:

“SUJEITOS” são aqueles que têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias. “OBJETOS”, no entanto, nossa realidade é definida por outros, e nossa história designada somente de maneira que definem nossa relação com aqueles que são “sujeitos”.

É a partir deste pensamento sobre a condição de SUJEITO e OBJETO, que atribuo esta reflexão sobre a pesquisa (auto)biográfica, na qual a construção das narrativas se dá em um espaço onde os indivíduos participantes da pesquisa assumem o papel de sujeitos. Apropriam-se do direito da palavra para narrar, contar sobre as experiências de si, constroem suas identidades individuais e coletivas, dentro de uma relação dialógica de anúncio e denúncia de suas existências, diante das relações de poder que permeiam o campo social. “A dimensão biográfica deve assim ser entendida como uma elaboração cumulativa e integrativa da experiência segundo uma hermenêutica que faz da trama narrativa seu modo de apreensão e de inteligibilidade da vida.” (MOMBERGER, 2016, p. 134). Ao narrar, o indivíduo configura, a partir de uma conjuntura temporal, o campo da sua existência, provocando momentos de aprendizagens e desaprendizagens. Dessa forma, esta experiência formadora vincula o “tornar-se” sujeito para a pesquisa em questão, e para ele mesmo, o indivíduo participante, evocando a consciência do seu lugar no mundo.

2.2 O percurso investigativo

Na primeira etapa da pesquisa de campo, teve início em maio de 2022, foi utilizada a técnica dos Círculos Reflexivos Biográficos para o alcance das histórias de vida das mulheres que participam ou participaram de atividades propostas pelo Coletivo Interfaces Femininas. Foram enviados convites para dez mulheres, norteados pelos seguintes critérios: sobre o número de participantes, seguimos as orientações contidas em Olinda(2020), que orienta a formação dos círculos com no máximo 12 mulheres; em relação as convidadas, direcionamos os convites para aquelas que participam do coletivo ou já participaram de alguma ação que tivesse ligação com a escola (mães de alunos, funcionárias, parceiras da escola...) e residentes na comunidade onde a escola está localizada. Assim, das dez mulheres convidadas, consegui a resposta positiva de nove mulheres para participarem deste processo.

A previsão era que os círculos fossem realizados em um total de cinco encontros. Todavia, como estamos falando a partir de um território rural, dois fatores tornaram-se obstáculos para que as mulheres seguissem nos encontros, como a distância das suas casas até a escola e a disponibilidade de tempo. Para que não houvesse mais desistências, e pudéssemos levar a proposta como planejado, combinamos de subtrairmos um encontro, assim, as atividades aconteceram em quatro encontros ao invés de cinco, sendo que o último encontro foi mais estendido em comparação com os anteriores. Os encontros ocorreram nos dias 25 de maio, 07 de junho, 24 de junho e 14 de julho, do ano de 2022, no horário da manhã, com duração de até duas horas. Todos os encontros seguiram a dinâmica do CRB, proposto pela criadora deste mecanismo, a professora Ercilia Maria Braga de Olinda

(2019), estruturados em quatro momentos: 1º Acolhida; 2º Presentificação; 3º Biografização; e 4º Integração Experiencial. Organizados, conforme descrição abaixo:

1º ENCONTRO:

ACOLHIDA: As participantes foram recebidas com música instrumental, foi direcionada uma técnica de relaxamento, com exercício de respiração.

PRESENTIFICAÇÃO: Dinâmica “A Teia do Envolvimento”

Organizadas em círculo e utilizando um rolo de barbante, a ponta do barbante foi amarrada no dedo de uma das participantes, sendo indicado que fizesse uma breve apresentação de si. Ao final da sua apresentação, escolheria uma outra participante, para repassar o barbante e repetir a ação. Todas foram se conectando a partir da simbologia dos fios do barbante. Ao passo que eram realizadas as apresentações, teceram uma teia, que simbolizava o entrelaçar das narrativas e a construção da autoconfiança dentro do grupo.

BIOGRAFIZAÇÃO: Elaboração do acordo biográfico e entrega do roteiro para a produção das narrativas. Neste momento, foi apresentada a proposta do Círculo Reflexivo Biográfico, combinado sobre os dias e horários dos encontros, reiteramos sobre a importância do sigilo entre as participantes do grupo e, por fim, foi apresentado o roteiro prévio, o qual serviu para nortear os próximos encontros, e orientar a construção das narrativas (auto)biográficas.

Roteiro para a escrita narrativa:

Como me tornei a mulher que sou hoje?

Quais experiências marcaram minha trajetória?

Qual o significado da educação e da escola no meu percurso de vida?

Quem são os personagens que fazem parte da minha história e tem me proporcionado grandes aprendizados?

Quais são os meus projetos para o futuro?

Que aprendizagens levo das experiências com o Coletivo Interfaces Femininas? De que maneira estas experiências atravessam a minha vida, a minha constituição enquanto mulher?

INTEGRAÇÃO EXPERENCIAL: Neste momento, realizou-se o encerramento do encontro com uma dinâmica de construção de uma corrente do afeto. Cada participante recebeu uma folha de papel A4, em seguida, foram orientadas a dobrar a folha ao meio, no formato vertical, e escreverem o sentimento que foi despertado neste primeiro encontro, e qual sentimento esperam ser despertado no próximo encontro; feito isso, todas foram colando as pontas das folhas, entrecruzando a sua folha na folha da companheira, formando assim uma corrente de afetos.

2º ENCONTRO:

ACOLHIDA: Revivemos as memórias do último encontro, trazendo para o centro das memórias a corrente do afeto.

PRESENTIFICAÇÃO: Dinâmica “O Despertar das Memórias Afetivas”

Nesta dinâmica, as participantes fizeram uma apresentação dos objetos que foram convidadas a trazer no último encontro, trouxeram objetos pessoais e de valor afetivo, os quais permitiram que elas contassem suas histórias. Dessa maneira, iniciaram suas narrativas, despindo-se da representação exterior e adentrando em seu universo íntimo que dá sentido à sua identidade.

- **BIOGRAFIZAÇÃO:** Momento em que as participantes puderam comentar sobre as histórias narradas, expressar seus sentimentos a partir da história da companheira, entrecruzando experiências. Concluímos o momento retomando o “Acordo Biográfico”, construído no encontro anterior, e assinatura deste documento por todas as participantes.
- **INTEGRAÇÃO EXPERENCIAL:** Ao som de uma música relaxante, e organizadas em círculo, cada participante fez uma avaliação do encontro e disseram como estavam se sentindo naquele momento.

3º ENCONTRO:

- **ACOLHIDA:** Recebidas ao som da música “Mulher Rural”, as participantes foram organizadas em círculo, sendo convidadas a evocar as memórias do encontro anterior.
- **PRESENTIFICAÇÃO:** Dinâmica do Espelho

Organizadas em um círculo, as participantes receberam uma caixa, foram orientadas a olhar dentro da caixa secreta e ver algo de valioso. Na caixa, havia um espelho pelo qual elas observavam a sua própria imagem. Após todas olharem-se, foram convidadas a desenhar o que elas viram. Neste momento foi entregue uma diversidade de material para que cada uma produzisse o seu autorretrato

- **BIOGRAFIZAÇÃO:** Utilizando-se do autorretrato, cada participante teve 15 minutos para fazer sua narrativa de vida a partir da seguinte questão: “O que é ser uma mulher do campo?”
- **INTEGRAÇÃO EXPERENCIAL:** Neste momento, desenvolvemos uma técnica de relaxamento, com música e exercício de respiração. Após o exercício, cada participante falou o que sentiu ao narrar sua vida e ouvir as narrativas das companheiras.

4º ENCONTRO:

- **ACOLHIDA:** Música “Tente Outra Vez”, de Raul Seixas. Falas sobre os momentos marcantes dos encontros e sobre a experiência de participar do CRB.
- **PRESENTIFICAÇÃO:** As participantes foram convidadas a apresentar suas narrativas, as quais escreveram em casa. Fizeram a leitura para todo o coletivo, entre uma leitura e outra, o diálogo e a escuta sensível foram norteando o momento.
- **BIOGRAFIZAÇÃO:** Metáfora da Árvore

Neste momento, o desenho de uma grande árvore com raízes, caule, copa e abóbada celeste, foi apresentada para as participantes; em seguida elas receberam desenhos de flores, frutos, folhas, previamente recortadas e prontas para serem coladas na árvore. A partir da escrita

final das suas narrativas, as participantes produziram uma síntese da sua história de vida, retirando palavras que dão sentido a cada experiência vivida. Estas palavras foram escritas nos desenhos que receberam e coladas na árvore. Na raiz, ficaram as experiências fundamentais, no tronco as experiências significativas para o seu processo formativo, na copa colaram os aprendizados e conquistas e, na abóbada, os sonhos e projetos.

- **INTEGRAÇÃO EXPERENCIAL:** Compartilhamento da experiência em torno da confecção da árvore. Para encerrar, realizamos uma atividade reflexiva, a partir das perguntas geradoras: Como cheguei ao encontro de hoje? Como irei sair do encontro de hoje?

Durante a realização dos Círculos Reflexivos Biográficos, um elemento de extrema importância, que me ajudou nos registros sobre esta vivência, foi o diário de campo. No final de cada encontro, procurava um local mais tranquilo na escola, para fazer minhas anotações, observações e impressões, procurando registrar cada detalhe da experiência vivida.

A segunda parte da pesquisa, a qual aconteceu paralela ao CRB, foi articulada a partir da divulgação do questionário semiestruturado, no formato virtual, sobre o programa “Vozes Mulheres”, onde obtivemos a participação de 22 mulheres, ouvintes do programa, que responderam um total de 30 questões, elaboradas de forma clara e objetiva, composto por 21 perguntas objetivas e 9 discursivas. O primeiro formulário foi encaminhado, via WhatsApp, para uma ouvinte do programa, sendo solicitado que, ao responder, encaminhasse para uma outra mulher, também ouvinte do programa “Vozes Mulheres”. As questões tiveram como objetivo traçar um perfil das ouvintes, identificar os lugares sociais, os quais elas acompanham o programa e, a partir das suas opiniões sobre a execução do programa, conseguirmos identificar as potencialidades educativas contidas no programa “Vozes Mulheres”.

2.3 Análise dos dados

O trabalho de análise dos dados foi dividido em três momentos: o primeiro momento foi o trabalho com o diário de campo, onde foi feita a releitura das observações e as pontuações relevantes para os resultados deste trabalho; o segundo foi direcionado à leitura e à análise das narrativas, produzidas através da experiência dos Círculos Reflexivos Biográficos; e o terceiro momento concentrou-se nas entrevistas das mulheres/ouvintes do “Vozes Mulheres”.

A vivência do CRB foi um mecanismo de grande potencial para a produção de dados, tanto escritos como orais. O percurso foi iniciado pelo diário de campo, em que todas as anotações

serviram de base para a descrição de cada CRB, falas, gestos, sentimentos que foram expressados, encaixando-se como um norte para a descrição desta experiência.

A análise das narrativas produzidas, a partir dos Círculos Reflexivos Biográficos, consistiu em um trabalho minucioso, utilizando-se do método da Análise Textual do Discurso (MORAES; GALIAZZI, 2006). Deu-se, primeiramente, na leitura e na reescrita dos textos, reestruturando-os, para serem apresentadas as histórias de vida das participantes como um capítulo desta pesquisa. Para identificar as narrativas, foi utilizado um codinome para cada participante do CRB, as quais foram orientadas a escolherem o nome de uma mulher que considerassem importante em suas histórias de vida, tendo como objetivo homenageá-las. O próximo passo foi fazer o desmonte dos textos originais, deslocando os trechos das narrativas de acordo com as categorias de análise que iam se apresentando, sendo que estas categorias foram separadas de acordo com os objetivos da pesquisa, para depois serem reorganizadas em metatextos que iriam compor a escrita da dissertação, os quais vão conferir novos conhecimentos. Para este processo, “exige-se do pesquisador mergulhar em seu objeto de pesquisa, assumindo-se sujeito e assumindo suas próprias interpretações” (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 122).

O terceiro e último momento foi o trabalho com as entrevistas sobre o programa de rádio “Vozes Mulheres”. A análise das entrevistas aconteceu em dois momentos: o primeiro sobre a produção dos dados, a partir das perguntas objetivas que possibilitou a construção de tabelas e gráficos para a apresentação dos resultados; o segundo momento pautou-se nas questões dissertativas, consistindo na leitura e categorização das respostas para articulação das falas das respondentes com os objetivos da pesquisa. Para as respostas dissertativas, as participantes da pesquisa foram nomeadas com a seguinte codificação: O.N1; O.N2; O.N3; O.N5; e assim sucessivamente, até a oitavo número 22. Seguindo este trajeto, o processo investigativo foi sendo tecido, onde participantes e pesquisadora trilharam um caminho de produção de novos conhecimentos. Neste processo, foi gestada a proposta do produto educacional, fruto deste trabalho de pesquisa.

No último encontro do CRB, as participantes elegeram a oportunidade de fala como principal contribuição dos círculos e apontaram que aquela experiência deveria ser vivenciada por mais mulheres. Seguindo este desejo, como produto deste trabalho foi produzido uma cartilha educativa com o tema: “*Mulheres em Movimento: Narrativas de si em construção de nós*”. A cartilha traz uma produção teórico/metodológica com uma proposta para a realização de Círculos Reflexivos Biográficos com mulheres das camadas populares, com objetivos meramente pedagógicos e educativos.

3 O MOVIMENTO FEMINISTA EM PERSPECTIVA

3.1 O feminismo universalista e a luta contra a opressão sexista

Sob um viés histórico, a construção do termo “Feminismo” primeiramente circulou no eixo EUA-EUROPA, por volta do séc. XIX, quando se atribui ao sociólogo francês, Charles Fourier⁸, a apresentação do termo "féminisme", ao defender sua teoria de que o grau de emancipação feminina é a medida natural da emancipação geral. Ainda segundo a antropóloga Carla Cristina Garcia, em seu livro *Uma Breve História do Feminismo*, o termo é usado pela primeira vez em 1911 nos Estados Unidos, onde escritores, homens e mulheres, começaram a utilizá-lo para substituir as expressões do séc. XIX, como problemas das mulheres e movimento de mulheres, no intuito de representar as lutas das mulheres por direitos e liberdades. Configura-se ao longo do tempo como um movimento imerso em três dimensões: Filosofia Política, Teoria do Conhecimento e Movimento Social.

O feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objetos por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca de liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim (GARCIA, 2015, p. 62).

Porém, antes de alguém produzir teorias sobre o que circunda a sujeição e objetificação das mulheres, antes da invenção da palavra feminismo, muitas mulheres em seus contextos de experiências culturais de gênero, já travavam lutas contra as opressões que lhes eram impostas, por terem seus corpos marcados pelo preconceito e serem postas como sujeitas invisíveis no seio social. É importante ressaltar, que a ideia de sujeição das mulheres é um fator histórico/social vinculado a contextos culturais diversificados. Nem todas as sociedades organizam-se diante de um controle hierarquizado dos sexos (ALVES; PITANGUY, 1991). Assim, a ideia de organização social a partir de uma hierarquia de homens sobre as mulheres não é algo a-histórico e natural como vem sendo sustentado ao longo do tempo pelos discursos sexistas; é uma construção ideológica com intenções de controle e que servem como base para a manutenção dos sistemas patriarcais. As sociedades culturalmente marcadas por relações de dominação/subordinação, do homem sobre a mulher, trazem consigo um histórico de mulheres que reagiram à esta normativa. Por isso, é de extrema importância evocar essas heranças de lutas para colidir com os discursos de que houve um passado em que as mulheres aceitavam sua condição de maneira passiva, dócil e sem rebelar-se, fazendo jus a uma natureza feminina.

⁸ Representante do socialismo utópico francês do séc. XIX.

A teoria feminista dentro de um aspecto global desenvolveu quatro conceitos-chave: Androcentrismo, Patriarcado, Sexismo e Gênero, que servem como categorias de análises para compreender os mecanismos de exclusão das sociedades atuais (GARCIA, 2015). O androcentrismo considera o homem como medida de todas as coisas; o Patriarcado como sistema político, econômico, religioso baseado na autoridade do homem; o Sexismo baseia-se na exploração e dominação do sexo feminino pelo masculino; o Gênero é uma das categorias que defende que a ideia de feminino e masculino são construções culturais e não naturais ou biológicas. Assim, em cada tempo histórico do movimento feminista estes conceitos vão dando sentido e significado às questões femininas e dando base às lutas por direitos.

Na Europa do séc. XVI, a religião e a ciência caminhavam juntas, sustentando a ideia de que a mulher era naturalmente inferior ao homem e mesmo com o vigor do movimento humanista que defendia uma autonomia humana, a condição da mulher mantinha-se a mesma, acorrentada em pressupostos misóginos. Neste contexto, as mulheres da época, situadas em classes mais abastadas, aproximavam-se destes novos paradigmas que defendiam autonomia e liberdade para os indivíduos, e se preocuparam no traslado desses discursos para questionar seus lugares sociais impostos por estes mesmos grupos que levantavam a bandeira da liberdade, uma liberdade que não se estendiam até as mulheres. Com isso, podemos exemplificar dois movimentos importantes que põem em questão estes discursos misóginos e a condição feminina, ainda na Idade Média: a Querelles de Femmes e o Preciosismo. O primeiro, apresenta-se como produções dialéticas sobre os papéis de homens e mulheres na sociedade, abordavam sobre uma política sexual; e o segundo, uma corrente literária, feminina, que questionava as convenções sociais da época. As mulheres que faziam parte do Preciosismo, as preciosas, encontravam-se nos grandes salões de festas seiscentistas:

[...] Esboçaram o que podemos chamar de profeminismo, ou seja, uma atitude inconformada com as convenções sociais e as ideias em voga a respeito da inferioridade do sexo feminino e da incapacidade das mulheres para tratar de assuntos tão sérios como a filosofia, a ciência, as artes, enfim, qualquer forma de manifestação de inteligência e reflexão (GARCIA, 2015, p. 323).

Assim, as manifestações de insatisfação e desejo de tornar-se visível, sujeitas de direitos, as mulheres continuaram a se posicionar sempre que encontravam um contexto favorável para transpor ideias de liberdade ao seu favor, como nos séculos que se seguiram, na Idade Moderna e no advento das revoluções Francesa e Industrial. Na era das revoluções, as narrativas feministas nos chamam a atenção para o feminismo iluminista da inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) e sua contemporânea francesa Olympe de Gouges (1748-1793), que questionam o lugar das mulheres nos discursos do Século das Luzes sobre direitos universais. O livro de Mary Wollstonecraft, intitulado *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, segundo Maria Lygia Quartim de Moraes (2016), pode ser

considerado o documento fundador do feminismo. Publicado em 1792, questiona a Constituição Francesa de 1791 que excluía as mulheres da categoria de cidadãs. Já Olympe de Gouges, escreveu, em 1791, a Declaração dos Direitos da Mulher e do Cidadão, a qual reivindica a extensão dos direitos e da cidadania para as mulheres. Entre suas reivindicações está o direito ao voto e o acesso à educação.

Duas mulheres à frente do seu tempo que ousam transgredir as regras e formular um exercício de contrapoder. Enquanto Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges expõem a contradição dos discursos de autonomia e liberdade da era moderna na Europa, Nísia Floresta, no Brasil, se destaca como precursora das ideias feministas, com experiências diferentes. Ao passo que as europeias estavam imersas em um contexto de movimentos políticos pela liberdade, Nísia Floresta só pode aproximar-se desses discursos por pertencer a um pequeno grupo seletivo de jovens de elite, emancipadas, que teve oportunidades de viajar para a França e ter acesso aos ideais iluministas e feministas, assim:

Mary Wollstonecraft, Olympe de Gouges e Nísia Floresta, partilham de um mesmo projeto de emancipação das mulheres que deve começar pelo acesso à educação e pela inclusão na vida pública. Todas três transgrediram os códigos de gênero de sua época, ocupando-se da política, militando em prol de seus ideais, escrevendo, atuando, ensinando, abrindo escolas (MORAES in WOLLSTONECRAFT, 2016, p.17).

Partindo do contexto europeu, o movimento feminista surge em um momento da história em que outros movimentos se erguem com o objetivo de uma nova sociedade, na luta contra a diversidade de frentes de opressão.

O feminismo é uma lanterna que mostra as sombras de todas as grandes ideias, gestadas e desenvolvidas sem a participação das mulheres e muitas vezes à custa das mesmas: Democracia, Desenvolvimento Econômico, Estado de Bem Estar Social, Justiça, Religião. Esta é a luz que ilumina os quartos escuros da intolerância dos preconceitos e dos abusos (GARCIA, 2017, p. 78).

O movimento feminista, numa perspectiva histórica, é composto por avanços e recuos, visto que em vários momentos mulheres lutaram com afincos e numa formação coletiva movimentaram as estruturas sociais; contudo, em outros momentos, precisaram recuar para voltar a se organizar e, desse modo, nesta dinâmica de idas e vindas, têm-se as chamadas ondas feministas, concentrando os momentos de maiores repercussões históricas do movimento. Assim, será feita uma breve apresentação da primeira e da segunda onda feminista.

O movimento de primeira onda é caracterizado pela presença das mulheres na Revolução Francesa e o discurso do filósofo Paulin de la Barre, “A mente não tem sexo”, dois pontos importantes para dar base ao feminismo moderno, em um contexto de final do séc. XVIII, quando o desenvolvimento técnico e científico, fundamentado no Racionalismo, Empirismo e Utilitarismo,

servirá de base para a nova sociedade que está por vir. Ao passo que se constrói a Declaração de Independência dos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na França, a maioria dos filósofos que protagonizaram esses documentos, permaneceu com seus discursos misóginos, como é o caso de Jean Jacques Rousseau, que defende os princípios de liberdade e igualdade, ao mesmo tempo em que defende a sujeição da mulher como necessária.

Assim, o movimento feminista ganha força teórica a partir da ilustração, contida nos documentos citados acima: “todos os homens nascem livres e iguais e, portanto, com os mesmos direitos”, neste momento a luta feminista toma corpo em um movimento político.

A luta se constitui na reivindicação do lugar das mulheres neste novo tempo que se apresenta para os homens, no contexto norte-americano e europeu, com a ideologia delineada na liberdade do cidadão frente ao Estado. Para isso, as teóricas do feminismo apontam que para a conquista da cidadania, é preciso ser cidadã para ter acesso à liberdade, e, para ser cidadã é preciso ter acesso ao voto.

Dentro deste contexto de ideias liberais e autonomia do indivíduo perante o Estado, surge a corrente teórica feminista denominada “Feminismo Liberal”, que produzida aos moldes de uma política liberal, associa o conceito de cidadania à liberdade individual, acaba que revestida por uma ideia falseada de emancipação e privilegia umas mulheres em detrimento de outras. “O feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres” (ARRUZZA *et al.* 2019, p. 37). Parte de uma justificativa que todos os indivíduos são livres e dotados de inteligência, seu progresso social independe do contexto onde este se encontra, abraçando a teoria da meritocracia, reduzindo uma luta por igualdade entre homens e mulheres, uma igualdade individualista dentro de uma única classe, a classe burguesa.

Neste contexto de conquista da cidadania através do voto, engendra-se no movimento das sufragistas, que marcou o período ao levantar a bandeira de isonomia para homens e mulheres, o direito de votar e ser votado, assumir cargos públicos e ter voz nos espaços de poder e tomadas de decisão. Não almejam mudar a estrutura da sociedade, mas apenas fazer parte dela. As mulheres que faziam parte do sufrágio eram mulheres privilegiadas das elites inglesas e norte-americanas, enquanto disputavam seu lugar nas instituições de poder, outras mulheres das camadas sociais menos favorecidas travavam outras batalhas contra as opressões causadas pelo novo ideal de modernidade, como por exemplo, as operárias que lutavam contra a exploração da sua força de trabalho e seus baixos salários em relação aos seus companheiros de trabalho do sexo masculino.

Seguindo o percurso histórico das ondas feministas, chega-se aos anos de 1930 e 1940, representados pela grande conquista do direito ao voto, simbolizando a primeira onda do feminismo.

Entretanto, só o direito de votar não garantiu a tão almejada autonomia feminina, pois seus corpos continuaram sob controle do Estado, das leis, da hierarquia, do domínio dos homens. Esta consciência de que estavam aprisionadas em estruturas de poder muito mais profunda, ajuda a erguer a segunda onda, impulsionada pela filosofia de Simone de Beauvoir que, no final da década de 1940, escreve o livro “O Segundo Sexo” e traz questões profundas sobre as ideologias que circundam a dominação da mulher, partindo do espaço que é circunscrita à sua subjetividade feminina, como sendo apenas o apêndice do homem.

As reflexões de Simone de Beauvoir irão marcar os fundamentos feministas, que ressurgirão a partir da década de 1960, com a segunda onda feminista, levantando o discurso de que o pessoal é político. Para a autora, “dentro da cultura ocidental, é o homem que se afirma através da sua identificação com seu sexo e esta autoafirmação o transforma em sujeito, é feita sobre a oposição com o sexo feminino” (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 52), ou seja, ser homem/macho é negar todos os atributos da mulher/fêmea, constitui-se homem na negação do ser mulher, alocada em um espaço natural de inferioridade.

Com isso, engendra-se uma fervorosa discussão para compreender como a sociedade patriarcal organiza-se e projeta a inferioridade feminina em relação ao masculino, a partir de fatores biológicos determinantes desta condição, e Simone de Beauvoir vem provocar com a célebre frase, “Ninguém nasce mulher, Torna-se mulher”, direcionando a produção feminino/masculino dentro de uma categoria histórico/cultural que rege as relações de poder e não como algo natural, a-histórico. Produzir reflexões sobre o estado relacional entre os sujeitos sociais, a partir da categoria “Mulher” foi extremamente importante para encorpar uma primeira produção teórica sobre o feminismo.

O masculino e o feminino são criações culturais e como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente aos sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 55).

Assim como Simone de Beauvoir na Europa, outras produções vão somar-se a esta efervescência social e política do movimento, como Betty Friedmam (1963) no Estados Unidos, em seu livro “A Mística Feminina”, que denuncia uma ideologia por trás da defesa de mistificação da feminilidade, em que se exalta uma natureza feminina, limitada ao espaço privado, dedicada ao lar, as tarefas do cuidado, tendo o casamento o seu fim último, porém na prática, nas suas experiências diárias, as mulheres introjetadas nesta mística feminina, vivenciam uma experiência coletiva de melancolia, de perda de uma identidade própria. “Se o que era aparentemente individual e isolado se revela, na verdade, como uma experiência coletiva, concretiza-se a possibilidade de luta e transformação” (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 67).

Estas experiências coletivas de insatisfação tinham um diagnóstico de problema sem nome, haja vista que, para a sociedade androcêntrica, estas mulheres tinham tudo que sempre sonharam, naquilo que seu sexo determinava para elas. Neste contexto, com as teorias de um feminino construído socialmente, chega-se à conclusão de que elas não sonharam seu destino, foram aprisionadas neste campo falseado e universal de um modelo de vida para mulheres.

Nas décadas que se seguem, 1970 e 1980, mais discussões em torno da desconstrução de um eterno feminino confluem-se, e teóricas se debruçam na tarefa de desconstrução da crença na inferioridade das mulheres, baseada em uma conjuntura biológica, na defesa de que as relações dicotômicas dos sexos é algo construído historicamente e, se um dia foi construído, é passível de desconstrução. Estas discussões marcam o movimento feminista contemporâneo de terceira onda e acaba por desaguar em outros conceitos e categorias de estudo, como o conceito de “Gênero”, onde as feministas começaram a utilizar como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos (SCOTT, 1989).

O uso do termo “Gênero” foi um mecanismo relevante para a análises das relações sociais entre homens e mulheres, pois se revela na diferença do conceito de sexo, sendo este associado a determinantes biológicos, enquanto o gênero aos determinantes culturais e sociais atribuídos aos corpos masculinos e femininos:

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 2014, p. 26).

Assim, a categoria de gênero imbricada por uma produção histórico/social das construções de masculinidade e de feminilidade, no combate aos determinismos biológicos, vão abrir margem para um campo muito maior de discussões e desvelamentos de opressões que regem as relações sociais em diferentes contextos culturais, evocando outras categorias de análises para além da categoria mulher, como o binarismo e a heterossexualidade compulsória, repercutindo em um redirecionamento do campo dos estudos feministas para novas perspectivas, incluindo novas sujeitas no tecer do movimento. É importante ressaltar que, até o movimento de segunda onda, o público era de mulheres brancas e burguesas e as lutas existiam em uma vertente feminista universalista e essencialista, pois versavam sobre as mulheres através da categoria da “Experiência” de ser mulher, corpos em comuns, porque tinham o mesmo sexo, assim enfrentavam as mesmas opressões, sem levar em consideração outros fatores sociais, étnicos, culturais e territoriais.

O séc. XX é considerado o século das mulheres diante da materialidade do movimento feminista na luta por questões políticas, sociais e reprodutivas, assim como um marco nas produções teóricas que vão encaminhar o movimento para outra fase, a fase das pluralidades, da reclamação pelo espaço de outras categorias de mulheres, negras, indígenas, rurais, trans, lésbicas, enfim, agora teremos uma luta do feminismo pelas diferenças.

3.2 O feminismo das diferenças

3.2.1 feminismos subalternos

Diante da dinâmica global de luta feminina por direitos, as mulheres obtiveram grandes conquistas, principalmente na sua construção como sujeitos políticos, nos movimentos de primeira e segunda onda do movimento feminista, nos quais transitaram suas reivindicações entre os espaços públicos e privados, questionando a naturalização dos papéis de gênero, determinados por uma categoria biologizante.

Assim, na terceira onda feminista, já na década de 1990, a relevância da categoria de gênero conduzirá a uma reflexão crítica para dentro do próprio movimento feminista; enquanto na segunda onda explodiu a categoria “Mulher”, como sujeitos emancipados, na terceira, a pergunta seria sobre quem constitui esta categoria mulher, dentro do movimento feminista? Quais mulheres estão inseridas neste âmbito político de acesso a direitos? Qual é a identidade do movimento feminista constituído ao longo de séc. XX? Ao definir todas as mulheres dentro de uma única categoria “MULHER”, tendo por base a maternidade e a sexualidade, assume-se o discurso de que todas estão em posição de igualdade, diferente apenas da categoria “HOMEM”. Assim, anulam-se as possibilidades de existência de qualquer relação de diferença dentro da própria categoria. Esta proposição, que tem por base a teoria humanista que defende uma essência feminina e masculina, acaba por confirmar um binarismo determinado pelo sexo, e a construção de um feminismo da igualdade, que foi duramente criticado pelas feministas de terceira onda.

Insistir na categoria uma das mulheres, gera, inevitavelmente, múltiplas recusas a aceitar essa categoria. Esses domínios de exclusão revelam as consequências coercitivas e reguladoras dessa construção, mesmo quando a construção é elaborada com propósito emancipatório (BUTLER, 2003, p. 22).

Evocar uma teorização sobre os sujeitos que compõem o movimento feminista para além da simples concepção de mulher foi de extrema relevância para desvelar o campo das diferenças dentro do próprio movimento. A partir da categoria de gênero, a pluralidade de identidades vai emergir, trazendo consigo suas particularidades de opressões. Ao direcionar as opressões das

mulheres para as opressões de gênero, poderemos enxergar com nitidez que, durante o percurso do movimento feminista global, as sujeitas do centro do movimento, mulheres brancas e burguesas, sempre se preocuparam com a sua própria libertação e não com a libertação de outras categorias de mulheres.

O feminismo hegemônico branco igualou mulher branca e mulher. Mas, é evidente que as mulheres burguesas brancas em todas as épocas da história, inclusive a contemporânea, sempre souberam orientar-se lucidamente em uma organização da vida que as colocou em posições muito diferentes daquelas das mulheres trabalhadoras ou de cor (LUGONES, 2020, p. 74).

Assim, dentro destas tensões, ao passo que se evidencia os rostos das mulheres que compõem o movimento feminista nesta dimensão global, a partir de uma perspectiva de gênero, com eles emergem as identidades femininas que tiveram seus gritos silenciados, suas lutas marginalizadas, seu feminismo constituído na subalternidade, isto é, possível “porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente construídas” (BUTLER, 2003, p. 20).

Esta construção de um feminismo universal, constituído em um espaço geográfico do norte global, o qual traz uma categoria única de mulher e um agrupamento limitado de opressões, sem abrir margem à outras identidades, foi duramente criticada por feministas negras e do “Terceiro Mundo”, o qual se refere a uma localização geopolítica desses grupos, como a América Latina, Ásia, África. Houve vozes que se levantaram em defesa dos seus lugares dentro do movimento feminista, estas vozes são das mulheres racializadas, que produziram suas próprias formas de resistência e luta por direitos, através dos “Feminismos Subalternos”.

A expressão “feminismos subalternos”, presente nos próprios discursos feministas, caracteriza um jogo relacional e discursos em torno de tensões e disputas internas ao movimento feminista e de mulheres, relacionadas às questões de identidade, representação e poder (BALLESTRIN, 2017, p. 4).

Neste sentido, os feminismos subalternos emergem no interior do próprio movimento feminista, num movimento contra hegemônico de reivindicação dos grupos de mulheres que tiveram suas lutas silenciadas e foram excluídas da cartografia de poder.

Enquanto o feminismo hegemônico possui uma projeção mais universal e global, os feminismos subalternos são vistos como particulares e locais podendo ser influenciados por dinâmicas de migração e diáspora. Seus marcadores espaço-temporais e político-culturais se desdobram nos âmbitos comunitários, comunais, rurais, não modernos e religiosos (BALLESTRIN, 2017, p.4).

Neste contexto, há um campo plural onde os corpos produzem-se na perspectiva de gênero, distantes do enquadramento binário e hierarquizado homem/mulher, assim como desvela um sistema

de opressões que se entrecruzam entre raça, gênero, classe e território. É uma conjuntura de renovadas epistemologias feministas, inclusivas, que produzem teorias a partir de suas próprias premissas, e que tem provocado questões sobre como as relações de poder legitimam as opressões, preconceitos e exclusão, e que apresenta o termo mulher, não como uma mera descrição, mas como construto de ressignificação e pluralidade. Podemos dizer que os feminismos subalternos se constituem em oposição ao feminismo universal, de cunho liberal, o qual defende uma luta por igualdade entre homens e mulheres dentro de uma classe burguesa, concedida de privilégios, sendo denominado por Françoise Vergés (2020) como feminismo civilizatório por apoiar políticas imperialistas.

Segundo Luciana Ballestrin (2017), o feminismo subalterno teve suas primeiras projeções em 1980, sob as expressões do feminismo terceiro-mundista e Pós-Colonial. Aqui, as teorias feministas e pós-coloniais convergiam em analisar criticamente o contexto histórico das relações de poder as quais estavam imersas; partiam da produção ocidental, do homem branco, como sujeito central dos discursos imperialistas; provocaram diversos campos do conhecimento, a Literatura, as Ciências Humanas e Sociais para despertar o olhar crítico sobre esta construção do sujeito universal e para as invisibilidades e silenciamentos, alicerçadas nesta conjuntura histórica de poder colonialista.

Provisoriamente, gostaríamos de sugerir que a ideia de feminismos subalternos pode agregar diferentes movimentos de mulheres feministas, acadêmicas ou não: feminismo pós-colonial, feminismo terceiro-mundista, feminismo negro, feminismo indígena, feminismo comunitário, feminismo mestiço, feminismo latino-americano, feminismo africano, feminismo islâmico, feminismo do Sul, feminismo decolonial, feminismo fronteiriço, feminismo transcultural etc. Em geral, esse amplo espectro de caracterizações está relacionado com marcações geopolíticas, étnico-raciais e culturais (BALLESTRIM, 2017, p. 1040).

Este encontro entre feminismo e pós-colonialismo foi de grande relevância para pensar as relações de dominação/sujeição dentro de uma relação tempo/espacial quando se trata das análises históricas do processo de colonialidade, modernidade e globalização, em consonância com a geopolítica que produz os países desenvolvidos, de Primeiro Mundo, no norte global e os países de Terceiro Mundo, no Sul global. Assim, esta relação dialógica entre feminismo e pós-colonialidade, sob a perspectiva de gênero, permitiu um campo de possibilidades de análises históricas, sob outro paradigma, uma virada epistemológica para a reescrita da história, e produção de teorias feministas pós-coloniais, trazendo conceitos chaves como experiência, essencialismo e identidade.

Nesta construção teórica, as provocações estão centradas em desconstruir as narrativas do Ocidente sobre o Oriente, as quais sustentaram, historicamente, as relações de poder e dominação de um povo sobre o outro, a construção de um imaginário de que as mulheres/sujeitos do Terceiro

Mundo são inferiores, e os sujeitos do Ocidente na figura do homem, branco, heterossexual, cristão, moderno é o elemento central, o mito do branco salvador ao ter o domínio de civilidade.

Partindo desta premissa de uma geopolítica do conhecimento, onde as mulheres do Ocidente, as feministas deste norte global, se constituem enquanto representação legítima de mulher, o modelo padrão de feminilidade para todo o mundo, elas acabam por negar a existência de outras mulheres, aquelas às quais suas experiências não se aproximam com o modelo determinado. Portanto, estas mulheres ocidentais, colocam-se como sendo únicas produtoras de conhecimento e têm a missão de libertar todas as outras, impondo suas experiências como universais e provocando uma violência epistêmica com as outras sujeitas posicionadas na subalternidade. Na construção desta crítica, a quem de fato produz conhecimento, podemos evocar a indiana Gayatri Chakravorty Spivak, vinculada ao grupo de estudos subalternos, que teorizam sobre as classes subalternas no sul asiático como desprovidas de poder. A pesquisadora escreveu um artigo intitulado “Pode o Subalterno Falar?”, em 1985, que rendeu grandes discussões ao fazer uma crítica às produções teóricas de intelectuais ocidentais e da prática discursiva, intelectuais, do pós-colonial. A autora seguiu problematizando sobre qual o lugar de fala dos sujeitos subalternos, onde no jogo das relações de poder dominação/subordinação, outras vozes ousaram a falar por estes, provocando assim uma deslegitimação de suas próprias falas. Para SPIVAK (2010, p.13), “o termo subalterno descreve as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão do mercado, da representação política e legal, e de possibilidades de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.

O discurso de Gayatri Chakravorty Spivak, dentro do contexto asiático, ao evocar que os subalternos não têm o poder da fala e são sempre representados por outros, posicionados em uma hierarquia de poder/saber, nos remete às tessituras do processo de colonialidade, onde o Ocidente, constituinte dos países do Primeiro Mundo, tem o domínio cultural e político do Oriente e de todo o grupo de países de Terceiro Mundo, os colonizados. Assim, quem tem o poder de fala e representatividade são os sujeitos detentores do poder, dentro desta lógica hierárquica colonial.

Neste contexto, os feminismos subalternos emergem numa luta política, onde as mulheres do denominado Terceiro Mundo, racializadas, constroem suas próprias narrativas sobre a pluralidade identitária de ser mulher no Sul global. No mesmo percurso do continente asiático, os feminismos subalternos situados na América Latina produzem uma relação dialógica com as teorias decoloniais, as quais investigam os processos de colonização como estruturantes de um discurso hegemônico de poder e reproduzem as relações sociais pelo viés eurocentrista. São teorias que ecoam a necessidade de se problematizar o lugar o qual os sujeitos colonizados ocupam desde o séc.

XVI, os quais além de terem perdido seu território foram vítimas de um epistemicídio profundamente violento que os negaram à existência.

3.2.2 Feminismo Interseccional Decolonial

Diante do percurso feito até aqui, neste ponto demarcaremos as produções teóricas fundamentadas nas epistemologias dos feminismos subalternos, sendo estes como um importante marco teórico/metodológico dos feminismos críticos, o feminismo interseccional e decolonial, que se estruturam como campos de possibilidades para a construção de narrativas emancipadoras para as mulheres da subalternidade. Articulam-se na relação dialógica entre gênero, raça, classe e geopolítica para tentar desvelar os sistemas de opressões os quais aprisionam os sujeitos alijados de poder.

As ideias sobre interseccionalidade já permeavam alguns discursos em meados do séc. XIX, como exemplo o discurso que Sojourner Truth fez na Segunda Conferência Anual do Movimento dos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, em 1852, no momento que um homem branco se posicionou contra os direitos iguais para homens e mulheres, expondo as disparidades de ambos:

[...] Bem, crianças, atrevo-me a dizer algo sobre este assunto. Eu acho que quer os negros do Sul e as mulheres do Norte estão a falar sobre direitos, os homens brancos estarão em dificuldade em breve. Mas o que é isto que estão a falar? Esse homem aí há pouco disse que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens e levantadas sobre as poças, e de me cederem os melhores lugares... e não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para os meus braços! (ela arregaçou a manga direita da camisa) ... Eu lavei, plantei e colhi para os celeiros e nenhum homem podia ajudar-me – e não sou eu uma mulher? Eu posso trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando eu puder fazê-lo) e ser chicoteada também – e não sou eu uma mulher? Eu dei à luz cinco crianças e vi todas serem vendidas para a escravatura e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus ouviu – e não sou eu uma mulher? (HOOKS, 2014, p.115).

A fala de Sojourner Truth, evoca sua experiência de mulher negra e operária, para articular as diferentes formas de opressões que enfrenta cotidianamente e questiona o modelo padrão utilizado para descrever uma mulher. “Em vez de aceitar os pressupostos vigentes sobre o que é ser uma mulher e depois tentar provar que se encaixa em tais padrões, Truth questionou os próprios padrões” (COLLINS, 2019, p. 52). Isso nos dá margem para perceber a complexidade do tecer das opressões ao longo da história; “opressão é um termo que descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega à outro grupo o acesso aos recursos da sociedade” (COLLINS, 2019, p. 33).

Se voltarmos no momento da segunda onda do feminismo, nas décadas de 1970 e 1980, o movimento de mulheres negras, nos Estados Unidos, denunciava a ausência de suas demandas no movimento feminista hegemônico e apontava o racismo como fator determinante desta ausência. A

organização coletiva e as produções teóricas do feminismo negro foram de grande relevância para a materialização de teorias feministas emancipatórias e a formulação de conceitos-chave, que produziu um maior entendimento sobre o conjunto de opressões que atinge os corpos das mulheres negras, como o conceito de interseccionalidade. A origem deste conceito é atribuído à afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (1991), e nas palavras de autora Carla Akotirene (2019, p. 14):

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológico à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, produtores das avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Para uma melhor compreensão de como este campo da interseccionalidade estruturou-se, a socióloga estadunidense Patrícia Hill Collins (2017) oferece uma base sociológica bem fundamentada, quando produz um discurso crítico/reflexivo de que antes do termo interseccionalidade surgir no seio das teorias acadêmicas, pela voz da Kimberlé Crenshaw, ele já tinha sido forjado no interior dos movimentos sociais de mulheres negras afro-americanas, quando estas levantavam a voz para falar de suas experiências, enquanto mulheres racializadas, que enfrentavam uma sobreposição de opressões que se interligavam e envolviam gênero, classe, raça e sexualidade.

Mulheres afro-americanas e mexicanas confrontaram o desafio de incorporar gênero aos argumentos predominantes de raça/classe dos movimentos nacionalistas negros e mexicanos, assim como incorporaram raça e classe aos movimentos feministas que avançavam somente nos argumentos de gênero (COLLINS, 2017, p. 9).

Nesta perspectiva, estes elementos constitutivos da interseccionalidade, gênero, classe, raça e sexualidade, foram sendo produzidos a partir da relação dialógica dos movimentos sociais, não exclusivamente de mulheres negras, mas de outras sujeitas plurais, que se encontravam na posição de subalternidade e lutavam por direitos sociais, como as mulheres latinas. “O feminismo latino veio na mesma década de 1980, com o trabalho de Glória Anzaldúa, que marcou uma importante contribuição na construção dos estudos de raça, gênero e sexualidade” (COLLINS, 2017, p.9). Glória Evangelista Anzaldúa foi uma estudiosa norte-americana que produziu teorias culturais chicanas, feminista e estudiosa da teoria Queer⁹, e que trouxe excelentes contribuições para a categoria da interseccionalidade, a partir de seus discursos sobre os “espaços fronteiros, fronteiras e relacionalidade” (COLLINS, 2017, p. 9).

A partir das análises de Patricia Hill Collins, ao evocar as origens da interseccionalidade no interior dos movimentos sociais, permite desvelar a relevância das vozes contidas nestes

⁹ Teoria Queer: Estudos sobre os papéis sociais dos gêneros, sobre as multiplicidades e fluidez das identidades sexuais.

movimentos, quando falam a partir de suas experiências e quando estas ativistas adentram os espaços das academias e provocam tensões ao apresentar suas teorias, embasadas em experiências coletivas, como legítimas. Entre os nomes das mulheres negras, afro-americanas, que produziram as bases do que futuramente seria conhecido como interseccionalidade, estão June Jordan (1981), Audre Lorde (1984) e Angela Davis (1981). A teórica a qual cunhou o termo interseccionalidade, Kimberlé Crenshaw, não participava diretamente dos movimentos sociais, mas, como assumia a posição de uma teórica crítica da temática racial e advogada, aproximava-se do campo de luta por justiça social dos movimentos.

Crenshaw foi idealmente posicionada na convergência dos estudos de raça/classe/ gênero na academia, assim como na centralidade de justiça social para as mudanças legais e sociais que fizeram avançar argumentos da interseccionalidade (COLLINS, 2017, p. 10).

Esta discussão sobre a origem da interseccionalidade como práxis de justiça social e teoria acadêmica auxilia na compreensão de que os movimentos de mulheres imersos numa posição de margem tiveram mais força para articular suas resistências políticas a partir do momento que conseguiram identificar suas interconexões. É importante ressaltar que olhar as relações de poder pelas lentes da interseccionalidade nos permite, não só enxergar as opressões de gênero, classe, raça e sexualidade, mas também, as diferentes respostas políticas que os sujeitos da subalternidade dão a estas estruturas de subjetificação.

A interseccionalidade, embora articulada dentro da perspectiva do movimento feminista negro, é potente demais para ficar limitada a um único campo de práxis e produção teórica. Portanto, transita numa pluralidade de campos sociais e assume uma categoria analítica das estruturas de poder que rege as relações entre os sujeitos. Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 45), no livro sobre interseccionalidade, afirmam que:

Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através das lentes exclusivas de raça ou classe, em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre várias categorias de poder.

Com esta designação, as autoras oferecem margem para uma relação dialógica entre a teoria interseccional e a teoria decolonial, a partir do ponto de encontro sobre as categorias de poder.

A teoria decolonial irá emergir no final dos anos de 1990, tendo como ponto de partida produzir análises sobre um padrão de poder capitalista, colonial e moderno que se apropria dos corpos subalternos ao longo da história, devido ao processo de colonização Europeia sob as Américas e outros territórios do globo, a partir do séc. XV.

Um dos grandes nomes latinos deste estudo é Aníbal Quijano (1928-2018), sociólogo peruano, “que a partir de então, tem procurado retomar uma série de problemáticas histórico-sociais

que eram consideradas encerradas ou resolvidas nas ciências sociais latino-americanas” (QUINTERO; FIGUERÁ; ELIZALDE, 2019, p. 3). Aníbal Quijano propõe uma revisão histórica sob a luz da colonialidade como o reverso da modernidade, na qual o poder colonial é representado como o lado oculto da modernidade, forjada na violenta exploração dos corpos colonizados. Neste sentido, a periodização histórica de modernidade não ocorreu com o advento do Iluminismo como propõe a história eurocêntrica, mas, inicia-se com a conquista das Américas, sendo este os primeiros momentos de conexões globais e início do modo de produção capitalista.

Segundo a antropóloga afro-dominicana, Rosa Inês Curiel Pichado (2020, p. 121), conhecida como Ochy Curiel, “A América é um produto da modernidade na construção de um sistema-mundo; a Europa, para constituir-se como centro do mundo, a produziu como sua periferia desde 1492, quando o capitalismo se faz mundial, através do colonialismo”.

A partir destas definições, as quais sustentam as teorias decoloniais, estruturam-se mecanismos para a compreensão de como as mulheres do interior do movimento feminista hegemônico construíram-se na subalternidade, interconectadas por tessituras de um poder padrão, endossadas em raízes histórico-sociais de dominação/subordinação dos corpos periféricos e racializados. Nesta relação dialógica entre teoria decolonial e feminismo, a filósofa nascida na Argentina, María Lugones (1944-2020) irá produzir excelentes contribuições ao tratar de um “Feminismo Decolonial”, para também expor uma gama de opressões enfrentadas pelas mulheres colonizadas.

O feminismo decolonial recupera várias questões importantes do projeto decolonial. A primeira é o conceito de colonialidade. Esse conceito pode ser explicado a partir do entendimento de que com o fim do colonialismo como constituição geopolítica e geohistórica da modernidade ocidental europeia, a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações e a formação dos estados-nação na periferia, não se transformou significativamente. O que acontece, ao contrário, é uma transição do colonialismo moderno à colonialidade global (CURIEL, 2020, p. 126).

María Lugones, assim como Aníbal Quijano, era integrante do grupo de estudos denominado Modernidade/Colonialidade, que “surge de um grupo de intelectuais e ativistas latino-americanos, situados, em sua maioria, em universidades dos Estados Unidos e universidades latino-americanas” (CURIEL, 2020, p. 126). Ela utiliza-se do conceito de “Colonialidade do Poder”, formulado por Aníbal Quijano, onde este “entende que o poder está estruturado em relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais que disputam o controle dos “quatro âmbitos básicos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetiva/intersubjetividade, seus recursos e seus produtos” (LUGONES, 2020, p. 55). A autora aponta limitações quanto às análises de gênero dentro do eixo modernidade/colonialidade, proposto por Aníbal Quijano, que acaba por

aceitar o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre o gênero, reduzindo-o a uma organização sexual, biologizante e heterossexual.

Não é necessário que as relações sociais sejam organizadas em termos de gênero, nem mesmo relações que se consideram sexuais. Mas, uma vez dada, uma organização social em termos de gênero não tem por que ser heterossexual ou patriarcal.¹⁰ E esse “não ter por que” é uma questão histórica. Entender os traços historicamente específicos da organização do gênero em seu sistema moderno/colonial é central para entendermos como essa organização acontece de maneira diferente quando acrescida de termos raciais (LUGONES, 2020, p. 56).

As análises de María Lugones foram essenciais para a intersecção gênero e raça na construção do feminismo decolonial, considerando que os corpos racializados/colonizados foram submetidos a um sistema moderno/colonial de gênero, que põs em questão a sua própria existência enquanto sujeitos humanizados. “É importante entender o quanto a imposição desse sistema forma a colonialidade do poder, e o tanto que a colonialidade do poder forma esse sistema de gênero. A relação entre eles segue uma formação mútua” (LUGONES, 2020, p. 72).

Interseccionar gênero e raça neste contexto de modernidade é rasgar o véu das opressões que foram ocultadas, historicamente. Como gênero é um termo constitutivo da modernidade advinda do Norte global, são atribuídos de gênero aqueles atores sociais que fazem parte desta modernidade. Desse modo, enquanto para o termo “mulheres”, têm-se as sujeitas brancas, burguesas, heterossexual, para o termo “homens” têm-se os sujeitos brancos, burgueses, heterossexual; e, para os corpos marcados pela racialização, corpos negros e indígenas, serão determinados como seres sem gênero, não existirá mulheres e muito menos homens, mas machos e fêmeas, que não detém de saberes e poderes, constituídos na periferia deste mundo moderno.

A compreensão desta conjuntura de modernidade que molda as relações sociais, imersas numa dimensão de poder global é de grande relevância para a produção de estratégias políticas de resistência contra-hegemônicas dos sujeitos agrupados na subalternidade. Os estudos decoloniais, a partir dos conceitos de “Colonialidade do Poder”, “Colonialidade do Ser”¹¹ e “Colonialidade do Saber”¹², foram gigantes nestas propostas de análises teóricas ao desvelar as dimensões em que o poder colonial perpassa aos corpos colonizados, e de que maneira estes corpos reagem a este poder.

Nesta dinâmica de resistência para a descolonização do feminismo, retomaremos a práxis e a conceitualização do termo interseccionalidade proferido no início deste capítulo, quando Patrícia Hill Collins (2017) afirma que a sua práxis enquanto justiça social, no seio dos movimentos sociais, das mulheres racializadas, não ganhou tanta ressonância, enquanto um saber advindo da margem,

¹⁰ Patriarcado: Define as relações de gênero como desiguais e hierárquicas.

¹¹ Colonialidade do ser: realidade do mundo moderno colonial que inferioriza a existência de pessoas racializadas.

¹² Colonialidade do saber: a desvalorização dos saberes de grupos colonizados, negros, indígenas, asiáticos.

como no momento em que passou a ser um conceito categórico dentro da academia, sendo este um lugar de poder em relação ao lugar dos movimentos sociais. Kimberlé Crenshaw tornou-se símbolo desta resistência política ao levar o termo da interseccionalidade para a academia e travar uma batalha para legitimá-lo dentro das normas científicas hegemônicas.

A interseccionalidade conecta dois lados da produção do conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menor poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de conhecimento, e o conhecimento que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado (COLLINS, 2017, p. 7).

Porém, segundo Patrícia Hill Collins, a batalha continua sob as apropriações do termo, visto que o conceito de interseccionalidade tem se tornado um guarda-chuva de meras análises categóricas de sistemas de opressão. Nesse contexto, a apropriação do termo por uma lógica liberal acaba por destituí-lo daquele sentido de justiça social projetado pelas mulheres dos movimentos sociais. Neste percurso, é nítido como os instrumentos coloniais do poder, saber e ser, estão envolvidos nas relações sociais, destituindo corpos de poder, determinando quem pode falar, apropriando-se de termos, de questões advindas do próprio campo de resistência para continuar legitimando seu poder de dominação.

Os feminismos interseccionais e decolonial constituem-se em mecanismos poderosos para a formulação de uma consciência crítica/reflexiva sobre as relações de poder instituídas no eixo modernidade/colonialidade, assim como uma lente que permite enxergar profundamente as interconexões entre raça, classe, gênero e sexualidade. A partir deste conhecimento é que as sujeitas racializadas podem construir estratégias políticas de enfrentamento a toda essa conjuntura de poder que se resume na relação sujeição e objetificação dos corpos, bem como aproximar-se uma das outras para lutar, e fazer valer as palavras de June Jordan (1998), intelectual afro-americana, que diz “a liberdade é indivisível”.

3.2.3 Feminismos Latino Americano e Caribenho

A virada epistemológica e o deslocamento histórico proporcionado pelo feminismo decolonial permitiu que os diversos feminismos com potencialidades de resistência política emergissem e ganhassem visibilidade no território do Terceiro Mundo. Dentre estes feminismos “outros”, denominação para aqueles que se constituem em oposição ao feminismo universal, localizados no Sul Global, o feminismo latino americano e caribenho tem se movimentado através das trincheiras de uma contracultura hegemônica, a fim de definir suas identidades, sendo que se materializam em espaços diversificados e plurais dos diferentes grupos de mulheres, de sujeitos subalternizados historicamente, que antes eram excluídos das pautas do feminismo hegemônico. O

território da América Latina está situado em um contexto político de fragilidade democrática, subordinado às práticas neoliberais que aprofundam as desigualdades sociais, as violências e opressões para os diferentes grupos que compõem o território. As mulheres que anunciam o feminismo latino têm em suas vozes uma construção de uma luta coletiva por uma sociedade outra, firme numa disputa política de resistência. O agrupamento de mulheres latinas, que formam um território tão diversificado, se dá nas intersecções de opressões às quais seus corpos são submetidos, representados em um conjunto de violências, física, moral, econômica, territorial, simbólica e epistêmica.

Segundo Maria Luísa Femínias (2007), argentina, filósofa e teórica feminista, o marco central dos feminismos latinos contemporâneos é o processo de ressignificação como arte política.

O meticoloso trabalho de tradução, de citação de ressignificações, de ruptura de contextos e a reincorporação de conceitos marcam o lugar do direito à produção do conhecimento, diferente da repetição. Trata-se de um lugar legitimador que também nos estabelece como “juízes” de nossas práticas, de saberes e de estilos específicos (FEMINIAS, 2007, p. 13, tradução nossa).

No traslado das teorias feministas do Ocidente para o território do “Terceiro Mundo”, termo que por muito tempo foi designado aos países da América Latina e outros territórios colonizados, as teóricas latinas se apropriaram de conceitos e os ressignificaram, para propiciar o diálogo com suas realidades e criar novos conceitos. “Em suma, o feminismo latino-americano tem algo para dizer com sua própria voz” (FEMINIAS, 2007, p. 229). A autora traz como exemplo o conceito de fronteira, tratado pela mexicana Glória Anzaldúa,

Sabemos que, na tradição latino-americana, a fronteira recebeu importantes leituras que se movem sobre o eixo civilização-barbárie, ou, em outras palavras, brancos-índios. Anzaldúa redefine o problema sobre um eixo duplo: homens-mulheres chicanos-anglo-saxões, em uma hermenêutica transcultural que permite esclarecer o significado múltiplo do lugar das chicanas na fronteira mexicano-estadunidense. Desafiando demarcações políticas, linguísticas, religiosas, econômicas e simbólicas, ela se opõe à leitura da fronteira como uma linha divisória clara que separa dois âmbitos diferentes: o de anglo-saxões/nas e chicanos/as (FEMINIAS, 2017, p. 230).

Glória Anzaldúa (1942-2004), uma chicana¹³ expoente nas produções teóricas latinas, aponta a fronteira como algo muito além da imposição de limites, mas um espaço fluído para se pensar a construção plural das identidades, ela pensa a categoria de fronteira a partir da relação de poder entre Estados Unidos e México, e, como na posição de “mestiza”, teoriza sobre a produção de uma nova consciência que a faz produzir-se a partir da visão conflitante de dois lugares distintos, provocando-a a transcender deste lugar de dualidade. “O trabalho da consciência “mestiza” é o de

¹³ A escritora é mexicana, porém cidadã norte-americana.

desmantelar a dualidade sujeito-objeto que a mantém prisioneira, e o de mostrar na carne e através de imagens no seu trabalho como a dualidade pode ser transcendida” (ANZALDÚA, 2005, p. 707). Assim como Glória Anzaldúa, outras feministas latinas e caribenhas produzem suas teorias a partir do lugar o qual estão situadas, tencionando o local com o global, o particular e o universal.

O movimento feminista latino produz sua performance nas lutas por representação identitária dos seus diferentes sujeitos. O sistema de opressão enfrentado aqui está para além do sexismo, se reproduz, também, sobre os sujeitos pertencentes a uma cultura e uma etnia, subjugadas como inferior e minoritária, em face da cultura universal, e tem servido como mecanismos de exclusão, o que deixa visível que este feminismo latino, que emerge deste campo da subalternidade, constrói a sua luta em diferentes frentes de batalha.

Porém, mesmo com este significativo trabalho, Feminías (2007) faz questão de deixar claro que ainda há uma configuração de obstáculos na efetividade da luta pelo espaço político, dentro do feminismo universal, destes saberes outros, as teorias universais sempre chegam na conjuntura marginalizada, já o traslado das teorias subalternas não conseguem emergir nos contextos hegemônicos de poder, ficando ali, limitada nos próprios eixos subalternos. A autora se refere à crítica realizada por Judith Butler (2003), sobre a tentativa de colonização, pelo feminismo global, quando esta teorização genérica ocupa outros espaços e culturas não ocidentais, e as tornam instrumentos que confirmam opressões marcadamente ocidentais.

Exatamente, esse é um dos traços da subalternidade. Embora tenhamos desenvolvido estratégias abrangentes de ação, ressignificação, auto-afirmação e rejeição de hetero-designações, o primeiro obstáculo que enfrentamos é a dificuldade de tráfico nacional através de nossos próprios territórios. Porque, como ensina nossa experiência crítica, os circuitos sonoros vão dos centros hegemônicos aos subalternos; raramente ao contrário; raramente viaja apenas ao longo de eixos subalternos (FEMINÍAS, 2007, p. 15).

As mulheres latinas produzem suas teorias na experiência dos seus corpos subalternizados, sempre trazendo para o discurso as formas como as opressões estão articuladas, para tentar encontrar o seu lugar nesta articulação e propor mecanismos de luta para poder se movimentarem. É possível perceber que a consciência política e o reconhecimento de si e do outro, nesta atmosfera relacional, transforma-se em estratégia de luta contra-hegemônica. Nesta perspectiva, Feminías (2007) destaca a diversidade que compreende a América Latina e a dificuldade de pensar em um único modelo de feminismo, considerando que, se fosse dessa forma, estariam reproduzindo os sistemas hegemônicos de poder. A questão central seria construir uma agenda plural de luta para as sujeitas diversas e a partilha de conhecimento teórico transnacional para se conhecerem e unir as necessidades.

Para a constituição deste modelo plural de feminismo, é importante destacar os Encontros Feministas Latino-Americano e Caribenho “que vêm funcionando como espaços críticos

transnacionais nos quais militantes locais remodelam e renegociam identidades, discursos e práticas distintivas dos feminismos da região” (ALVAREZ *et al.*, 2003, p. 543). O primeiro encontro teria acontecido em Bogotá, Colômbia, em 1989. São encontros bienais e trienais, nos quais mulheres provenientes de diversos países da América Latina e do Caribe se reúnem em diversos países latinos para reinventarem seus feminismos imbuídos da luta por direitos e justiça social. Estes encontros têm se configurado como importantes espaços políticos onde materializaram-se novas perspectivas feministas, desde as primeiras discussões sobre autonomia e inclusão, com as quais as feministas travavam batalhas com as políticas partidárias de esquerda e outros movimentos sociais, que não apontavam como centrais as questões de gênero, às propostas de uma nova ética feminista que passa a dialogar com mulheres de diferentes categorias de experiências, mulheres afro-americanas, indígenas, lésbicas, trabalhadoras das camadas populares de diversos países, entre eles Chile, México, Brasil e Argentina, fortalecendo e renovando o movimento. Nesse sentido, “os encontros, como os próprios feminismos, são espaços não só de solidariedade e expansão, mas também de conflito e de exclusão, de negociações e renegociações” (ALVAREZ, *et al.*, 2003, p. 569). É interessante situar as experiências dos Encontros Latino-Americanos e Caribenhos como possíveis a partir da dinâmica da globalização, pois se configura, assim, em um importante mecanismo na conexão dos coletivos feministas, na expansão das produções teóricas e partilha das experiências plurais das sujeitas produzidas na subalternidade.

Os feminismos latinos, nas últimas duas décadas, vêm sendo formulados dentro do contexto dos movimentos anticolonialista e decolonial, como nos fala Yuderkys Espinosa Miñoso (2020, p. 99), filósofa afro-caribenha, pesquisadora e ativista antirracista, antisexistista e decolonial, uma das fundadoras do grupo Latinoamericano de Estudos Formação e Ação Feminista, ao propor:

[...] uma análise complexa dos feminismos do sul e de sua relação de dependência com os feminismos do Norte, ao ponto de desfazer o mito de uma suposta unidade interna do sujeito “mulher” e nos permitir observar como um campo vivo de disputas de sentidos na América Latina pós- independências, que acaba sendo resolvida com a imposição e a violência simbólica e material sobre aqueles cujos corpos estão marcados por processos de racialização e contínua exploração.

A fim de “reconstruir algumas chaves para pensar o feminismo na América Latina e sua história de dependência” (MIÑOSO, 2020, p. 97), a filósofa parte do seguinte questionamento: “Como as feministas latinas se constroem nas feministas que são?”, e, para obter respostas, interessa-se pela análise das práticas das feministas latinas, como principal mecanismo de construção de identidades, “a investigação sobre as práticas faz com que nos perguntemos o que é uma prática, como funcionam, quais as regras que a estabelecem” (MIÑOSO, 2020, p. 102). Recorre, com isso, ao método da genealogia para traçar uma história das práticas feministas latinas no intuito de

problematizá-las e desnaturalizá-las, utilizando-se das suas próprias experiências como corpo imerso no movimento de mulheres que lutam por liberdade, pela igualdade de gênero, pela legalidade do aborto, pela visibilidade das mulheres de camadas populares, contra o racismo. Neste percurso, busca identificar como essas lutas se construíram e porque, quais os lugares das mulheres do Terceiro Mundo dentro da história do território e como este lugar reflete dentro do movimento feminista hegemônico e universal. Para desvendar estes pontos, só as próprias mulheres deste lugar é quem podem responder, pois falam a partir de sua experiência e de um lugar privilegiado da subalternidade que as permitem um olhar profundo e heterogêneo sobre as tessituras de poder.

No discurso de Yuderkys Espinosa e tantas outras feministas latinas, é notório o uso da categoria “experiência” como produtora de conhecimento, e como aporte teórico metodológico, a apropriação e revisão das epistemologias feministas do ponto de vista¹⁴, para validar a autoridade deste conhecimento. Segundo Joan Scott (1999, p. 27):

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressores, mas não seu funcionamento interno ou sua lógica; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída relacionalmente. Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência.

Assim, ao evocar as experiências das mulheres latinas, geopoliticamente situadas no Terceiro Mundo, no Sul global, é inegável a existência de conflitos com a ideia una de mulher, proposta pelo feminismo vindo do Norte. Ao fazer estas experiências emergirem, aparecerá com elas grupos de sujeitas que dentro da história hegemônica, eurocentrista, tiveram suas identidades apagadas. “Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz” (SCOTT, 1999, p. 27).

Como apontado anteriormente, os feminismos latino-americanos e caribenhos se inscrevem a partir de suas próprias experiências de contextos plurais, imersos a uma agenda política neoliberal excludente, que limita a noção de cidadania. Como resposta a este modelo político de heranças coloniais e patriarcal, as mulheres têm se movimentado rumo a uma política de resistência. Para isso, é importante ressaltar a construção da consciência crítica em torno deste lugar o qual estas sujeitas estão inseridas, os ideais desenvolvimentistas do território trazem consigo a ideia de progresso, ao mesmo tempo em que oculta os mecanismos de exploração,

Durante as últimas décadas os países latino-americanos passaram por um conjunto de reformas neoliberais que implicou o fortalecimento do extrativismo e da divisão internacional do trabalho em detrimento das maiorias empobrecidas. As mulheres de setores populares, as mulheres indígenas, mestiças, negras e camponesas foram o setor da

¹⁴ Método de análise que toma a experiência como fonte de conhecimento

população que não apenas levou sobre seu corpo a carga maior de trabalho doméstico e produtivo, como também, além disso, a partir da dinâmica imperante de mercantilização, viu suas demandas se fragmentarem, e com elas suas identidades (BARRAGÁN *et al.* 2020, p. 233).

Neste percurso, um movimento de resistência também vai se construindo com a luta destas minorias contra o Estado opressor e neoliberal, e pela reivindicação de seus direitos sociais, políticos, econômicos e culturais. É neste contexto de luta que em países como Equador e Bolívia vai surgindo um dos potentes movimentos feministas latinos, os feminismos comunitários e populares. Um dos pontos de encontro destes feminismos é evocar as resistências como uma luta contínua que se inicia no princípio da história da colonização, quando suas ancestrais resistiam à dominação colonial espanhola, há quinhentos anos; são lutas gestadas no seio do povo indígena, operárias, camponesas e trabalhadoras. “Neste sentido, tais feminismos rompem com a ideia de que o feminismo é uma corrente trazida pelo Norte e exclusiva de mulheres brancas oriundas de países desenvolvidos” (BARRAGÁN *et al.* 2020, p. 234). Além disso, são relevantes por trazer para seus discursos de luta a constituição de um Estado plurinacional que reconhece uma democracia participativa e, ao invés de pensar em direitos individuais, materializa-se em ações para uma transformação coletiva da sociedade, inclusiva dos diversos grupos étnicos.

Os feminismos gestados no Sul, como esses que emergem das camadas populares, tem fundamental importância para a construção de nova sociedade, pois “recuperam e atualizam o debate que articula patriarcado, crise civilizatória, modelo de produção e de desenvolvimento, e as alternativas a esse paradigma” (BARRAGÁN *et al.* 2020, p. 237). Apresentam-se numa perspectiva contra-hegemônica dos paradigmas do feminismo global e segue em uma linha de um feminismo da inclusão que exala as diferenças como chaves de união para a luta à existência.

4 VIVENCIANDO O CÍRCULO REFLEXIVO BIOGRÁFICO

4.1 A chegada

Tudo que é novo assusta, experiências novas nos deixam apreensivos, e isto é natural. Assim, não poderia ser diferente no primeiro encontro para a materialização das vivências no Círculo Reflexivo Biográfico. Eu, juntamente com as participantes desta pesquisa, as mulheres envolvidas nas ações do coletivo “Interfaces Femininas”, enveredamos por esta experiência. Neste percurso, buscamos os aportes teórico/metodológicos nas produções de Ercília Maria Braga de Olinda (2020) Marie-Christine Josso (2007), Delory-Momberguer (2008), Jorge Larrosa Bondía (2002), que se apropriam das narrativas autobiográficas e histórias de vida como mecanismos formativos para a compreensão de como se estabelecem as relações individuais e coletivas dentro do campo social da vida cotidiana dos sujeitos, oferecendo pistas sobre o trato com as narrativas no decorrer da pesquisa, na escuta atenta e reflexiva, e no caráter formativo deste trabalho.

Esse dispositivo evoca as narrativas de vida como fonte de conhecimento e produção científica, tendo a dialogicidade como ferramenta principal deste processo, permitindo a participação ativa e autêntica dos participantes dos Círculos Reflexivos Biográficos (OLINDA, 2020). A autora ressalta que para o estabelecimento da metodologia dos Círculos Reflexivos Biográficos, foi necessária uma readaptação dos Círculos de Cultura, método criado por Paulo Freire para o processo de alfabetização das classes populares. Um sistema de alfabetização e letramento a partir da leitura do mundo, das experiências aos quais os sujeitos estavam inseridos. Nesta aproximação, os Círculos Reflexivos Biográficos propõem um processo educativo/formativo sobre as identidades que formam os sujeitos, a fim de exercer o poder de saber qual o seu lugar no mundo, a partir de suas experiências cotidianas, suas histórias de vida, seria um processo de alfabetização identitária, coletiva e individual.

Diante da preparação para vivenciar os Círculos Reflexivos Biográficos, neste momento, eu, enquanto pesquisadora, me desnudo da professora que sou e desafio-me a conciliar dois papéis: a pesquisadora que precisa estar atenta às vozes, os silêncios e os gestos das participantes, e, também assumir a condição de estar inserida na dinâmica do círculo biográfico, enquanto mulher, onde nossas narrativas, ao mesmo tempo que se encontram e se distanciam, por estarmos em lugares diferentes, por nos constituirmos enquanto mulheres de formas distintas. Neste momento, penso na epistemologia da “Fronteira”, ao reunir diferentes narrativas sobre estar mulher em um determinado território, nos deslocamos para um não lugar, materializado, porém subjetivo que se apresenta numa consubstancialidade capaz de deixar emergir as colonialidades do ser e do saber.

Das mulheres convidadas a participarem dos círculos, compareceram nove mulheres para o encontro, que aconteceu na sede da escola Patativa do Assaré, lugar onde nasceu o Coletivo Interfaces Femininas, no dia 28 de maio, pela manhã. Sobre os convites, estes foram feitos no formato de cartas, enviadas por meio das monitoras do transporte escolar. Ao chegarem à escola, estavam tímidas, caladas, foram chegando uma a uma, no ônibus dos alunos e em motos. Enquanto esperávamos as demais chegarem, iam me perguntando porque foram escolhidas, justo elas que não tinham muita leitura e não iriam conseguir me ajudar, nunca participaram de uma pesquisa, não sabiam o que significava. Acolhi a todas em um ambiente que preparei na escola, com música tranquila e café da manhã; como percorreram uma distância considerável até chegar à escola, já deixei tudo preparado, a fim de deixá-las à vontade.

Imagem 1: 1º encontro do CRB



Fonte: foto da autora/2022

Depois do lanche e de conversas entre o grupo, percebi que deixaram um pouco a ansiedade e resolvi iniciar nosso encontro. Nesse momento, eu que fiquei ansiosa e com receio de que elas me dessem uma negativa sobre participar da pesquisa. Pensei isto a partir de diversos fatores, como a distância até a escola, já que estamos em um território rural; o tempo de participação, já que são mulheres bem ocupadas com as lidas da roça, da casa, nas associações as quais participam, enfim, um turbilhão de pensamentos invadiram minha mente e por um instante tive receio da resposta que receberia delas.

Algo que me chamou a atenção e que não foi proposital no momento da elaboração dos convites, é que nosso grupo estava bem variado, tínhamos ali, uma mistura de gerações, umas mulheres mais experientes que são avós e mães, outras mais jovens, algumas que nunca tiveram a oportunidade de estudar, outras ficaram pelo caminho e outras são graduadas ou estão na

universidade. Ao passar os olhos pelo grupo, foi possível perceber essas diferenças explícitas, pois elas mesmas ficaram conversando entre si e ressaltando como ocupavam lugares diferentes, considerando suas experiências de vida. Todas já se conheciam de maneira superficial, e com a sequência dos encontros estes laços foram fortalecidos de maneira profunda.

Enfim, expliquei porque nós estávamos ali, fiz uma breve apresentação do tema da pesquisa e como o trabalho iria ser feito através da dinâmica do CRB, e o quanto elas estariam contribuindo com suas narrativas para refletirmos sobre os lugares os quais são ocupados pelas mulheres rurais. Todas me ouviram atentamente e a resposta veio com muita firmeza, de que estariam juntas comigo nesta caminhada, só não sabiam como iria ser, falar e escrever sobre suas vidas. Demonstraram um pouco de repulsa sobre ter que falar de determinadas experiências que viveram no passado e que não gostariam de recordar. Porém, as tranquilizei com a leitura da carta de anuência e com a construção do acordo biográfico que as asseguravam sobre o livre arbítrio de falar aquilo que se sentirem seguras, sem julgamentos e o sigilo de todas as falas ali ecoadas. Ficou nítido, pelas expressões faciais, que todas têm dores muito profundas e com essas dores estão memórias que não são acessadas há muito tempo. Todas assinaram os documentos, a carta de anuência e o acordo biográfico, e encaminhamos para o encerramento deste primeiro encontro.

Concluimos com a dinâmica “a corrente do afeto”, esta dinâmica tinha como objetivo selar o compromisso que estávamos assumindo para dar potencialidade à pesquisa em processo. As participantes foram orientadas a pensar, escrever e dizer palavras que expressassem as expectativas para os próximos encontros, como estavam se sentindo naquele momento, uma forma de fazer com que através das palavras, as vibrações que emanavam de cada uma fossem externalizadas, a fim de contagiar as demais. Neste momento, o emanar de palavras positivas tinha o poder de energizar e promover a abertura de um portal para dentro de nós, permitindo que o outro acesse nossas luzes e sombras, pois a partir daquele instante a construção das narrativas iria acontecer.

Imagem 2: Apresentação da corrente do afeto



Fonte: foto da autora/2022

Imagem 3: Corrente do afeto, elaborada pelas participantes



Fonte: foto da autora/2022

Entre as palavras evocadas estavam, gratidão, esperança, aprendizado, conhecimento, luta, resistência, emoção. Subjetivamente, unimos estas palavras uma a uma, como se estivessem

agarradas em fio forte, mesmo sendo ecoadas por falas tímidas e chorosas de emoção. Após todas dizerem a sua palavra, finalizamos com a entrega do roteiro para a escrita da sua história de vida.

Foi um momento lindo e forte carregado de muitas emoções. Faz um tempo que conheço estas mulheres, pois como sou professora da escola na qual a pesquisa foi desenvolvida, eu as via com frequência, em reunião de pais, nas salas de aula, companheiras de trabalho, continuo vendo, participando, nas ações do Coletivo Interfaces Femininas. Mas, nessa circunstância, foi diferente, eu vi naqueles rostos algo que diariamente passa despercebido, mulheres que enfrentam batalhas pela sobrevivência, a feição marcada pelo tempo, pelo sol, pelo excesso de trabalho, das mãos grossas do trabalho braçal, da roça, às mãos mais finas que tiveram o privilégio de pegar em uma caneta e escrever uma outra história. Em um grupo tão pequeno uma imensidão de detalhes para olhar, perceber, refletir como estas mulheres existem, cada uma no seu tempo.

4.2 O tecer das identidades

A partir deste primeiro encontro, a teia das identidades começa a ser tecida, por meio da linguagem proferida pelas participantes. A linguagem como sendo um mecanismo poderoso, constituída de gestos, símbolos e significados, pela qual reproduzimos a nossa imagem para o outro. Esta produção não é fator natural que estrutura nossa existência, mas um processo subjetivo, engendrado numa produção cultural, que emerge a partir das relações de poder situadas no campo social; são essas relações que vão montando e desmontando as identidades dos sujeitos, a partir dos lugares que ocupam. Pautado neste pressuposto, recorreremos aos Estudos Culturais, para compreendermos a produção das identidades das mulheres participantes desta pesquisa, situadas em um território rural, marcadas pelo gênero, classe e raça.

Segundo o sociólogo Stuart Hall (2006, p. 13), “as identidades são formadas e transformadas no interior dos sistemas culturais, são definidas historicamente, e, que os sujeitos assumem identidades diferentes em diferentes momentos, definindo-se como não unificadas ao redor de um eu coerente”. Destarte, podemos observar a maneira com a qual algumas participantes do CRB, chegaram para o primeiro encontro; apresentaram-se através dos seus recursos simbólicos como sendo mulheres destituídas de saberes compatíveis com o lugar no qual estavam naquele momento, o lugar materializado da escola e o lugar subjetivado de participantes de uma pesquisa de cunho científico. Este posicionamento, assumido por elas, nos impulsiona a investigar como essas identidades foram forjadas ao longo do tempo, e quais processos atravessam essa formação, e, se essas identidades são fixas ou não.

Numa perspectiva global, no interior de um sistema cultural dominante, as identidades de gênero são produzidas a partir de representações simbólicas, homogêneas e dicotômicas. No interior

destas representações existem outras identidades em ebulição, que vão se conectando com outras categorias como raça, classe e território. Aqui teremos uma constituição de identidades plurais que vão se formando individual e coletivamente. Esta formação se dá a partir do campo da experiência e, sabendo que as experiências não são homogêneas, as identidades construídas nesta perspectiva global acabam sendo contestadas.

Os sistemas simbólicos dominantes que tratam da representação identitária das mulheres, a partir de um corpo marcado pelo sexo, e, que apenas este quesito marca seu fim último nas relações sociais, dá origem a categoria “Mulher”, como sendo uma representação global, uma identidade homogênea e fixa para as mulheres. Este sistema acaba por excluir outros corpos deste processo identitário, por não se reconhecerem parte da experiência global de ser e estar “Mulher” no mundo. São os corpos marcados por experiências que estão para além das determinações biológicas, como é o caso das mulheres desta pesquisa, posto que suas experiências como sujeitos pertencentes à dinâmica das relações de poder estão para além de uma identidade global, são identidades plurais construídas a partir de vivências individuais e coletivas.

Segundo Kathryn Woodward (2014 p.17), “A representação social inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio das quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos”. Partindo desse pressuposto, os estudos culturais sobre a produção das identidades nos provocam a pensar sobre estas práticas de significação e sistemas simbólicos, os quais as participantes do CRB estão inseridas. E é através dos seus discursos que vão se mostrando quem são e de onde vêm. Ao longo da vivência do CRB, é perceptível o quanto suas identidades são plurais e se movimentam conforme o tempo e o espaço. Um grupo marcado por uma geração de mulheres, que tiveram as suas experiências marcadas por um poder patriarcal e racista, advindas de um território rural, onde as identidades são imaginadas como destituídas de saberes significantes, atribuindo a estes corpos apenas o trabalho braçal, mais um fator historicamente sem valorização. É neste construto que se fortalecem as amarras da classe social, são mulheres que sobreviveram à margem da sociedade, numa representação global da sua classe que as situam como não sujeitas, corpos invisíveis.

Estas questões são marcas impostas a estas mulheres e que permanecem, ainda, entranhadas em seu ser, mesmo que, subjetivamente, elas estejam se desvencilhando destes estigmas ao passo que vão desconstruindo essa identidade outra e vão assumindo versões plurais de ser e estar no mundo. Isso acontece porque, com o passar das gerações, elas vão tendo acesso a mais conhecimento, à sua maneira vão compreendendo como o mundo está estruturado e que precisam se movimentar nele. Neste momento surge o que Kathryn Woodward (2014, p. 30) vai denominar de “Identidades em Conflito”, que estão localizadas no interior de mudanças na sociedade moderna,

mudanças sociais, políticas e econômicas, essas mudanças acabam por provocar o deslocamento de grupos e identidades antes estruturadas como fixas e homogêneas.

A autora aponta que:

A sociedade moderna é constituída por uma pluralidade de centros. Houve um deslocamento dos centros. Pode-se afirmar que um dos centros que foi deslocado é o da classe social, não a classe como uma simples função da organização econômica e dos processos de produção, mas a classe como um determinante de todas as outras relações sociais.

Neste sentido, ao vincular o deslocamento da classe social com a produção das identidades, podemos destacar que as mulheres rurais constituem um grupo social que tem se movimentado ao longo do tempo, alterações nas condições sociais e culturais têm sido a mola mestra para este movimento, têm provocado a reformulação de identidades, rompimentos com antigos preceitos e apropriação de novos. A partilha de experiência entre as gerações tem sido um mecanismo importante para reconstruir suas identidades.

A inserção das mulheres rurais em campos sociais distintos auxilia na junção de recursos simbólicos para as novas identidades. As sujeitas desta pesquisa estão imersas em campos sociais como a escola, a casa, as associações de trabalhadores rurais, a própria comunidade onde residem, são espaços os quais elas frequentam e que são marcados por esses recursos simbólicos que formam suas subjetividades, produzem diferentes performances em tornar-se mulheres. É importante ressaltar que “Diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais” (WOODWARD, 2014, p. 31). Por isso, devemos considerar as diferentes identidades em distintas ocasiões. Cada campo social é configurado por diferentes expectativas em relação aos comportamentos dos sujeitos e, a todo tempo, somos posicionados e estamos nos posicionando de acordo com estas expectativas do contexto no qual estamos inseridos.

Assim, no primeiro encontro do CRB, ao estarem no espaço da escola, o qual é um campo social com expectativas voltadas para os saberes formais dos sujeitos, e posicionam corpos dentro deste sistema formal, que pode provocar a exclusão, as participantes sentiram-se inseguras, medo de não corresponder com estas expectativas daquele contexto, que para a maioria delas não é um espaço familiar, de vivências e experiências, na sua formação identitária. Ao passo que a pesquisa foi se materializando e, agora, começamos a adentrar os campos sociais os quais elas atuam de fato, posicionaram-se como sujeitas de mudança no seu território, estão o tempo todo se deslocando para firmar suas próprias identidades.

Todas essas questões nos dão clareza sobre a ideia falsa de uma identidade global, unificada, e aqui, em especial a ideia universal de Mulher, que ao passo que tenta produzir um grupo homogêneo, exclui e estigmatiza outras identidades. As mulheres participantes desta pesquisa têm

suas identidades reconstruídas a partir da marca da diferença: “A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir. Como vimos, dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos” (SILVA, 2014, p. 82).

Ao passo que elas vão se apresentando como mulheres rurais, dentro das suas próprias convicções e experiências, vão construindo uma categoria particular, diferente, de performatizar o ser mulher no campo, causando uma desestabilização na categoria universal da ideia de “MULHER”. Não são mulheres apenas porque estão sob uma dominação masculina, são mulheres porque enfrentam questões diversas que atravessam as expectativas de gênero, pertencentes a uma classe social e um território posicionado à margem, sem acesso a direitos básicos; são classificadas como as outras no sistemas sociais de poder e, em contrapartida, juntam os sistemas simbólicos que as definem e constroem sua própria identidade, configurando-se em um ato de resistência aos processos que as excluem.

4.3 O despertar das memórias afetivas

No segundo encontro do Círculo Reflexivo Biográfico, iniciamos recordando o último encontro, uma acolhida leve e descontraída com música e afetividade, entre risos e abraços, fomos contagiadas mutuamente por uma leveza que invadia o espaço. Neste momento, repassei a notícia de que no decorrer dos dias uma das participantes havia desistido de estar conosco, elas lamentaram, fiquei sentida e o medo de mais mulheres desistirem voltou a rondar. Mas devemos estar preparados, enquanto pesquisadora, pois nem tudo sai como planejamos e estamos lidando com o incerto e talvez seja isso que produz uma adrenalina que nos move dentro da pesquisa.

Quando todas se acomodaram, realizamos a dinâmica “O despertar das memórias afetivas”. No encontro anterior, elas foram orientadas a trazer um objeto que tenha um significado importante em suas vidas. Esses objetos serviram de portais que levaram as participantes a aventurar-se no passado, rememorando fatos, pessoas, histórias, que podem despertar alegrias e tristezas; o objetivo, era imergi-las nas memórias que as constituem enquanto sujeitos biográficos.

O ambiente estava tranquilo, com uma música instrumental baixinha, um tapete no centro do círculo, para que elas colocassem seus objetos. Iniciei a dinâmica, apresentando o meu objeto, queria que elas se sentissem seguras, em relação a mim. Naquele momento, permiti que traços da minha história fossem compartilhados com elas. Logo após a minha fala, um silêncio pairou sobre a sala e, naturalmente, uma a uma foi se apropriando da palavra, dividindo com todas o seu objeto e a história por trás dele.

Elas trouxeram, para o encontro, fotografias, enfeite de estante, sapato de criança, relógio, boneca entre outros, estes objetos configuram-se em suportes de memórias que ajudam a contar suas histórias. As falas foram emocionantes, entre choro e risos, a sala encheu-se de memórias que iam atravessando a todas nós. Nas memórias, por trás dos objetos, elas evocavam as mães e os avós, convergiram sobre os papéis que estas desenvolveram para a manutenção da casa e o sustento dos filhos, relatando que os maridos não compartilhavam desta demanda.

As lembranças que remetiam aos pais eram de homens sem afeto, envolvidos com bebidas alcoólicas, que traíam suas esposas, não partilhavam com elas a renda que acessavam através do trabalho da roça, no qual essas mulheres eram presentes. Para sustentar os filhos, vendiam galinhas, capotes e faziam trabalho de costura, e era desse trabalho extra que saíam a roupa e o calçado para os filhos, sendo que a renda do marido era pra comprar o básico para a casa e gastar em farras. Nas memórias das participantes, lembraram de seus pais como homens que trajavam o papel de homem bom e trabalhador, no espaço público, enquanto em casa maltratavam os filhos e a esposa. Um relato me chamou a atenção, em que a mãe de uma das participantes criou 18 filhos, sendo que 15 filhos legítimos e 3 filhos de relações que o marido teve fora do casamento.

Nos relatos, as mães e os avós são as principais referências de experiência, de ensinamentos para lidar com diversas situações diárias, entre elas como sobreviver a situações de opressão e violência. Por duas vezes, as emoções ficaram mais fortes, com muitas lágrimas ao se reportarem aos seus objetos, tivemos que dar uma pausa e depois retomar a dinâmica.

Este encontro foi bem complexo. Por diversas vezes, desabei no choro junto com as participantes, aos poucos elas foram deixando que todas nós acessássemos partes das suas histórias através dos objetos. Algumas falaram através de lágrimas, em instantes de silêncio, foi possível perceber as dores que carregam e que ainda não conseguem expressar em palavras.

Finalizamos ouvindo um pouco de música para voltarmos ao clima do início do encontro, de leveza e afeto; em seguida todas as participantes foram convidadas a dizer como estavam se sentido naquele momento. Relataram estar bem, aliviadas após as falas, algumas diziam que aquele momento despertou memórias as quais não lembravam que tinham, sentiram saudades de suas mães, avós e filhos que já partiram. Nos despedimos com abraços calorosos e ressaltando expectativas para o próximo encontro.

Imagem 4: Apresentação dos objetos afetivos



Fonte: fotos da autora/2022

Imagem 5: Momento das narrativas



Fonte: foto da autora/2022

4.3.1 Memória e formação do sujeito biográfico

As mulheres participantes do CRB são sujeitas constituídas de memórias, as quais advêm de experiências que configuram a sua vida em formação. Neste momento, o objetivo foi movimentar-se para as bases das suas trajetórias de vida, é o caminhar para si no envolvimento com os outros sujeitos, símbolos e significados que dão sentido às suas existências. Aqui, seguimos o curso de encontrar os fatores materializados nas vivências e arquivados nas memórias das

participantes, que desvelam com mais profundidade os traços constituintes de suas identidades em formação, ao assumir a posição de sujeitas biográficas.

Segundo Marie-Christine Josso, “trabalhar as questões da identidade de nossa existencialidade, através da análise e da interpretação das histórias de vida, permite colocar em evidência a pluralidade, a fragilidade e a mobilidade de nossas identidades ao longo da vida” (2007, p. 416). É este o objetivo deste trabalho: a cada etapa da pesquisa nos debruçar sobre as histórias de vida das sujeitas participantes para compreender como suas identidades são construídas a partir da diferença, por meio das suas histórias narradas.

Ao evocar as memórias através dos seus objetos, as participantes elaboram uma narrativa dos eventos considerados relevantes na sua trajetória, anunciam suas histórias, vão configurando uma formação de si numa dialética com os outros personagens que se fazem presentes nas narrativas. Neste momento, a narrativa configura-se numa via reflexiva “a qual leva a uma “performatividade biográfica”, em que o sujeito dá sentido à sua trajetória de vida, interpretando os significados das experiências” (OLINDA, 2020, p. 20). A experiência de contar-se é um processo formativo que abrange as dimensões identitárias, tanto individuais como coletivas. Com isso, “a enunciação narrativa tem um caráter autopoietico (invenção de si) e performático (transformação de si), com consequências para uma tomada de consciência sobre o que somos, ou ainda como nos tornamos o que somos” (OLINDA, 2020, p. 24). Por isso a importância do caráter reflexivo que precisa estar em torno do ato de narrar, para que os sujeitos possam se perceber neste processo formativo de transformação de si, identificando quais elementos serviram de base para sua jornada existencial. “O ato narrativo envolve o narrador, na sua integridade espiritual, corpórea, social, ética e política” (OLINDA, 2020, p. 25).

Para Maria da Conceição Passeggi (2011, p. 153), “O processo de reflexão biográfica em grupos reflexivos situa o coletivo no seio de uma prática individual e o indivíduo no seio de uma prática coletiva, em que se alteram a escrita de si (autobiográfica) e a compreensão de si pela história do outro (heterobiográfica)”. Seguindo esta dimensão teórica da reflexividade da narrativa, a proposta é envolver as participantes em um círculo dialógico sobre suas histórias de vida, interligando o individual e o coletivo, provocando-as a pensar sobre os lugares que ocupam nos espaços no qual estão inseridas.

Através das suas narrativas, vão ofertando elementos que compõem as suas existências no campo social, atravessadas pelas questões de gênero, pela classe à qual pertencem, pela dimensão étnica; vão externalizando suas verdades em um ponto e outro de convergência e divergência das narrativas.

As memórias são apresentadas aqui como mecanismos potentes para as narrativas das participantes; essas memórias, materializadas em objetos, provocaram nelas um deslocamento no tempo e no espaço, na busca de descobrirem quem são, de atribuir sentido às suas trajetórias. Nesse movimento de deslocamento, foram desvelando-se as fronteiras do ontem e do hoje, que marcam os seus corpos enquanto mulheres do território rural. As fronteiras do ontem estão nas suas experiências entrelaçadas com as experiências das mulheres que vieram antes delas, avós e mães, e, as experiências de hoje, configuram-se nas suas vivências, que as desafiam todos os dias. O conjunto dessas experiências de ontem e de hoje, dentro da dimensão biográfica, segundo Delory Mombberger (2016), deve ser entendida como uma elaboração cumulativa e integrativa, a qual segue uma hermenêutica que faz da trama narrativa seu modo de apreensão e de inteligibilidade da vida.

Em todo este processo, podemos afirmar que a formação dos indivíduos se dá nas suas vivências com o outro. As participantes desta pesquisa aprenderam a performatizar suas identidades a partir das vivências com seus pares, formaram-se as mulheres que são hoje advindas de experiências formativas do seu território. As memórias as quais evocam são mecanismos que estruturam suas vidas e dão sentido às suas existências; lhes dão ferramentas para seguir num processo de ação, reflexão e transformação de suas vidas, tanto no sentido individual como coletivo. Nestas memórias, estão contidas histórias de lutas pela sobrevivência, escolhas que tiveram que fazer, as aprendizagens nas situações mais difíceis; são questões que vão emergindo e deixando transparecer o quanto são relevantes para a estruturação das vidas daquelas que narram.

4.4 Olhando para si

Chegamos ao terceiro encontro do CRB e ao som da música “Mulher Rural” as participantes foram chegando e já sendo direcionadas para um café da manhã. A música foi pensada estrategicamente para envolvê-las no clima do encontro, que é perpassar pela construção identitária das mulheres rurais. No primeiro momento, sempre iniciamos relembrando o último encontro para seguir com nosso elo de evocar memórias para dar suporte a escrita narrativa. Na ocasião, foi repassada a notícia que mais uma companheira nos deixou, desistiu de participar, mas seguiremos confiantes. O motivo da desistência foi a disponibilidade de tempo para se fazer presente nos círculos. Após relembrarmos os últimos acontecimentos, nos preparamos para dar início a mais uma dinâmica, agora é a vez da “Dinâmica do Espelho”.

Nesta atividade, as mulheres passaram de uma para outra uma caixa, orientadas a abrir secretamente e com cuidado, pois nesta caixa elas vão encontrar algo muito valioso. Ao abri-la, elas iam se deparando com sua imagem refletida no espelho, que havia dentro da caixa, e foi tão lindo de se ver, a reação delas ao se olharem. Um olharam rápido e pareciam envergonhadas, outras

olharam-se demoradas e, em silêncio, passavam a caixa a diante. Depois de todas se olharem, foram orientadas a dizer o que viram. Em suas falas visualizaram rostos cansados, outros alegres, outras redescobriram o espelho, pois há tempos não se olhavam, nem lembravam se tinha espelho em casa, outras, ainda, relataram que sonhavam mudar o visual, queriam se cuidar mais.

Nestas expressões, veio a percepção de que algo tão simples, como o ato de olhar-se no espelho, para estas mulheres desvelam situações mais profundas do cotidiano. Ficou nítido de que andam esquecendo de si, não porque querem, mas porque são obrigadas; a lida diária do trabalho doméstico, da roça, das lutas pela sobrevivência, são sobrecargas que apresentam-se como amarras e impedem que elas acessem o seu individual, para cuidar-se, para olhar para si como um corpo importante que também precisa ser cuidado. Estas percepções só reforçam a ideia de que, para nós, mulheres, principalmente aquelas desprovidas de privilégios, o cuidar de si não está na lista dos afazeres.

Seguimos para o terceiro momento do encontro, que foi a produção de um autorretrato. Após olharem-se no espelho, todas receberam material e produziram seu autorretrato, foi outro momento relevante. Ao falar que elas iriam produzir um desenho do rosto delas, a insegurança se fez presente, algumas afirmaram que não sabiam desenhar, porém, seguiram no desafio e concluíram a tarefa. Uma delas até brincou que se colocassem ela para tombar terra, faria com toda perfeição, já um desenho não saberia por que nunca desenhou na vida. E, assim, com muitas reclamações conseguiram, do jeitinho delas. Ao final, ficaram felizes com o resultado e surpreendidas com o trabalho.

Imagem 6: Confeção dos autorretratos



Fonte: foto da autora/2022

De posse dos seus autorretratos, sentadas em círculo, receberam o comando para responder a seguinte pergunta: O que é ser uma mulher rural?

As respostas enaltecem a condição de mulher do campo pela relação que elas têm com a terra, “ser mulher do campo é considerar a terra como nossa mãe”, foi a fala mais forte em todo grupo. Ressalto que todas são agricultoras, com exceção de duas participantes que moram no território, mas não trabalham com a terra: uma é professora na escola onde a pesquisa foi realizada; e, a outra participante, é ex-aluna da mesma escola, hoje é universitária. Contudo, a vida de seus pais está vinculada à terra, à agricultura, e elas compartilham da mesma fala que as outras mulheres do grupo. Segundo as participantes, as palavras de ordem que sustentam as mulheres rurais é Fé e Força, ressaltaram a desvalorização do trabalhador da roça, o preconceito que elas enfrentam quando chegam em instituições públicas que perguntam qual a profissão, quando respondem que são agricultoras, percebem o olhar de desprezo pela profissão. Então, nas suas palavras, ser mulher rural é lidar, também, com o preconceito.

Para a participante que hoje é universitária, “[...] ser uma mulher do campo e chegar a uma universidade é símbolo de resistência e esperança: sair de um lugar remoto com poucas possibilidades e ganhar o mundo”. Ela é a primeira da família a alcançar este espaço. Na contramão desta fala, uma outra participante abandonou a faculdade por estar na zona rural, seu sonho era ser professora de Educação Física, mas não conseguiu seguir adiante por falta de condições financeiras. O sonho foi adiado e, hoje, segue na luta para seu filho não passar o que ela passou. Todas sentem orgulho de ser quem são e do trabalho que exercem, só gostariam que recebessem o devido valor.

Das sete mulheres que constituem o grupo, cinco fazem parte de associações de trabalhadores rurais, e relatam o machismo que enfrentam nestes espaços. Segundo elas, ser mulher rural é estar à frente de tudo, em casa, na horta, na roça, mas quando precisam avançar no espaço público, de tomadas de decisão, são desacreditadas. Apesar disso, não desanimam e estão sempre prontas, entendem que a sua luta dentro das associações é por mudança na comunidade.

Imagem 7: Autorretrato de duas das participantes



Fonte: foto da autora/2022

4.4.1 O tornar-se mulher rural

Para este ponto, voltemos à questão da identidade, tentando aprofundar a compreensão de como as mulheres rurais performatizam o seu gênero, a partir das intersecções de classe e território. Como ressaltamos nas reflexões do primeiro encontro do CRB, existe uma dimensão global que determina as identidades como fixas e imutáveis, baseada em princípios de um sistema dominante. Esta dimensão é parte de um imaginário social que atribui os lugares que estas identidades devem ocupar, determinando um processo de inclusão e exclusão no campo das representações sociais de poder.

Geralmente, quando recorremos a esta perspectiva dominante das representações sociais, nos deparamos com alguns determinantes sobre os sujeitos que ocupam o território rural, como sendo um grupo de trabalhadores, analfabetos, destituídos de saberes relevantes, estacionados no tempo. Se especificarmos as mulheres, serão apresentadas em outras dimensões como sendo corpos passivos de todo poder de violência simbólica, física e institucional. Isto é nítido na fala das próprias participantes ao dizerem ser vítimas de preconceito quando vão à cidade e afirmam sua identidade de mulher rural.

Neste terceiro encontro, as mulheres apresentam uma quebra de paradigmas na forma como se definem, como apresentam a sua identidade, desviando-se do caráter essencialista da identidade dominante. Segundo Stuart Hall (2014, p. 109), “as identidades emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder, e, são assim mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que de um signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma identidade em seu significado tradicional”. Neste sentido, a forma como as mulheres, participantes da pesquisa se definiram enquanto mulheres rurais, são identidades forjadas a partir das relações de poder as quais elas estão inseridas, advindas de uma estrutura sócio-histórica. São suas experiências locais que as definem em ser o que são, e a maneira como se apresentam para os outros.

Seu envolvimento com a terra, direto ou indiretamente, é o principal fio condutor da construção desta identidade, pois, ao se colocarem como “filhas da terra”, ressaltam suas responsabilidades para com o território e a natureza. Outro fator relevante nesta questão, é que a identidade coletiva se sobressai em relação à identidade individual, quando olham-se nos espelhos e não conseguem observar a sua experiência individual sem estar atrelada à experiência coletiva. Podemos dizer que não existe a mulher rural, mas as mulheres rurais, as particularidades se unem e reforçam a identidade coletiva.

Talvez as mulheres que vieram em tempos passados não tivessem essa noção de identidade coletiva, a qual fortalece o deslocamento e o empoderamento do grupo. Estas novas configurações foram permitidas devido ao processo de globalização, em que os sujeitos estão interagindo mais no tempo e no espaço. Segundo Stuart Hall (2014), as identidades são construídas a partir das relações que um grupo estabelece com outros e, na modernidade, a globalização encurtou as distâncias e aproximou grupos, que passaram a conviver e perceberem suas aproximações e distanciamentos.

Stuart Hall (2006, p. 73) ressalta que “os lugares são fixos, é neles que temos raízes. Entretanto, os espaços podem ser cruzados num piscar de olhos”. Pensando sobre essa questão, as mulheres rurais que participaram desta pesquisa estão inseridas em um território onde estão vinculadas as suas histórias, porém este território é um espaço que é atravessado a todo momento por diversos pontos relevantes para a reformulação de suas identidades, como por exemplo a escola, as políticas públicas que chegam à comunidade, o acesso aos meios de comunicação, e são nestes atravessamentos que elas encontraram um campo de possibilidades para a ressignificação das suas identidades.

Ao pensar na identidade individual das mulheres rurais, deixaram evidente em suas falas a privação do privilégio de cuidarem de si, devido a uma questão que atravessa as mulheres no tempo e no espaço, a partir das expectativas de gênero. É a responsabilização com o cuidado com o outro. Vivem em uma rotina extenuante de trabalho e não conseguem se desvencilhar do sentimento de

culpa, caso não cumpram o que está determinado para elas. Podemos perceber o exercício do poder patriarcal neste território, este como sendo parte desse sistema simbólico de poder dominante, que sobrevive ao longo do tempo, e é uma das amarras dos corpos das mulheres. Ter um tempo para cuidar de si, olhar-se no espelho como propôs a dinâmica deste terceiro encontro, é um ato privilegiado, pertencente às mulheres de classes mais abastadas. As mulheres desta pesquisa, em suas representações sociais, deixam evidente que estão inseridas em um grupo pertencente à minoria, sem acesso a privilégios e que a luta pela sobrevivência do grupo é bem maior do que a luta por outras questões particulares.

Podemos pontuar nesta discussão a maneira como o poder patriarcal atua na subjetividade dos diferentes modos de ser mulher. Aqui, ao passo que elas lutam para ter a sua identidade de “Mulheres rurais” reconhecidas pela sua relação primordial com a terra, por outro lado estão presas, em suas subjetividades, ao poder patriarcal. Sobre o conceito de Patriarcado, constitui-se em um poder de dominação e exploração dos corpos das mulheres (SAFFIOTI, 2015), este poder determina as relações de gênero, provocando um tipo de hierarquia nestas relações em todos os espaços da sociedade.

É importante destacar que as configurações do sistema patriarcal advêm de um processo histórico, de origem ocidental e que, juntamente com outros sistemas de poder como o capitalismo e o racismo, designa como as relações sociais serão definidas, alijando corpos deste sistema de poder. Cabe destacar que este entrelaçamento de poderes é característico de um sistema colonial moderno, como aponta Lugones (2014), que esta estrutura de poder organiza a sociedade em uma lógica categorial dicotômica e hierárquica, baseada na sexualidade, na classe e na raça. Esta lógica, a qual nos fala a filósofa Maria Lugones, atua de forma sutil produzindo subjetividades, designando quais posições, determinados grupos, devem ocupar e, ao longo do tempo, esses grupos vêm entrando em tensões com essa estrutura, movimentando-se em um contrapoder.

As mulheres, aqui analisadas, estão envoltas nestas relações de poder hierarquizadas. Tornam-se mulheres rurais com seus corpos marcados pelo gênero, pela classe, pela raça, pelo trabalho com a terra. Acumulam marcadores sociais que são símbolos da relação dominação e exploração, essas marcas estão impregnadas nos discursos do cotidiano e formam suas identidades a partir de práticas normativas excludentes. Segundo Margaret McLaren (2016, p. 163), “as categorias normativas produzem efeitos psicológicos, tais como opressão internalizada ou baixa autoestima”. Esses efeitos são exatamente aqueles desvelados no momento em que as mulheres se olham no espelho e são provocadas a se perceberem para além do que os olhos podem ver. São sujeições internalizadas, prefiguradas como naturais da sua identidade, porém são marcas culturais que estigmatizam os seus corpos.

4.5 A experiência da escrita de si

Enfim, chegamos ao último encontro. Este foi bem difícil de acontecer, pois as participantes estão sempre muito ocupadas, a distância até a escola é um dos obstáculos; são mulheres que moram em comunidades diferentes e, como este último CRB foi realizado em período de férias, não havia transporte escolar. Desse modo, elas dependiam de carona para chegar até a escola, posto que apenas três têm transporte (moto) e conseguiam chegar com mais tranquilidade.

Neste período, o pai de uma das participantes foi diagnosticado com câncer. Ela ficou bem abalada emocionalmente e não pode ficar distante de casa, porque estava em uma rotina de cuidados e de acompanhamento ao médico. Diante de todas essas demandas, resolvemos, juntas, fazer deste encontro um momento mais demorado, para que fosse o último. Readaptei os dois últimos roteiros dos círculos biográficos para que tudo se encaminhasse da melhor maneira possível, evitando que mais mulheres desistissem de continuar até o fim do processo.

Iniciamos como todas as vezes, com música e um lanche; nos organizamos em círculo; conversamos um pouco sobre nossas vidas e os acontecimentos desde o último encontro, sempre nos acolhendo, uma à outra, e passando uma energia boa de que tudo ficaria bem. Particularmente, sentia este momento muito fortalecedor, observava o exercício da fala e da escuta, entre elas, como um mecanismo de poder, o qual elas liberavam sentimentos nocivos e, ao mesmo tempo, recebiam e doavam o avesso desses sentimentos, a esperança.

Depois disso, chegou o momento de conhecermos os primeiros escritos de suas narrativas, estava tudo bem até aqui. Ao solicitar suas produções, voltamos as inseguranças. Todas trouxeram, e, ao retirarem os papéis, dobrados no bolso da calça ou amarrotados em pequenas bolsas, se queixavam que não souberam fazer e tinham certeza que estava tudo errado, se preocuparam com a letra e com os erros de português. Deixei que falassem à vontade, depois consegui acalmá-las; relatei que o conteúdo que estava ali, com elas, as histórias de vida delas, era para onde iria olhar; e que cada uma tinha sua própria maneira de fazer este relato; não existia a fórmula correta e padronizada. O que existia, mesmo, era o afeto, o tecer das experiências e as resistências, expressas em cada linha que elas apresentaram. Algumas ainda receosas, com o momento, suas expressões demonstravam nervosismo.

Perguntei como gostariam de fazer a primeira leitura, em duplas ou para todo o grupo, já que estávamos apenas em sete participantes. Optaram por fazer as leituras para todo o grupo. Assim, cada participante foi lendo a sua narrativa enquanto as demais ouviam, atentas, as histórias que preenchiam a sala, nas vozes de suas narradoras, rompendo silêncios e barreiras. A cada narrativa, os aplausos vinham, seguidos de comentários, perguntas curiosas, inclusive, apontaram as ausências

contidas nas histórias, situações que foram relatadas nos círculos e não apareceram nas histórias. Sobre esta questão, elas justificaram que não queriam que alguns assuntos aparecessem no texto que iriam me repassar, fiquei pensando sobre isso, na confiança da fala no momento do círculo biográfico e a desconfiança de repassar a sua história materializada em texto.

Após as leituras, as parabenizei sobre os feitos. Elas também ficaram uma parabenizando a outra, naquela alegria, em que os olhos diziam: “consequimos!”. Perguntei quem queria levar a narrativa para casa e fazer uma revisão do seu texto, a maioria optou por refazer, apenas duas me entregaram seus textos no mesmo dia. Foi muito significativo, para mim, ouvir todas aquelas narrativas. Enquanto no lugar de pesquisadora, tive a oportunidade de vivenciar uma construção subjetiva de identidade, das mulheres rurais, participantes desta pesquisa. Em nenhum momento olhei para elas como objeto e sim como sujeitas em ação e reflexão, as quais têm uma potencialidade de nos mostrar outros caminhos para o bem viver, só precisam ser estimuladas. E, enquanto mulher, filha de uma mulher rural, eu via minha mãe na história de cada uma delas, na sobrecarga de trabalho, no impedimento de estudar, no trabalho nas cozinhas alheias por um prato de comida, no casamento jovem para sair de situações de violência e, quando o casamento chega, continua a viver violências, na luta diária para se reinventar. Aqui, estou, também, construindo minha narrativa, cheguei a estas mulheres de forma subjetiva, através da história da minha mãe.

Finalizamos nosso encontro com a leitura coletiva do texto “Não esqueça o principal”, um momento de reflexão sobre a vida e o que realmente importa. Pensei neste texto com o objetivo de dizer para elas o quanto são importantes e não devem esquecer disto. Nós, mulheres, nesta construção cultural, machista, fomos ensinadas a sempre estar a postos para servir, umas bem mais que outras quando olhamos para as particularidades que envolvem as questões de raça e classe, e isto faz com que nos esqueçamos de nós, quem somos, do que precisamos. Faz com que esqueçamos dos nossos sonhos, que vão ficando pelo caminho, do espelho o qual nunca mais tivemos tempo de olhar, das violências que vão passando despercebidas, esquecemos de nós!

Após a leitura do texto e das falas sobre os sentimentos, os quais foram despertados, as encaminhei para a realização da dinâmica da Árvore dos Sonhos. Com tudo previamente organizado, no quadro branco da sala, havia uma árvore colada e entreguei para elas recortes de folhas, frutos e flores. A dinâmica consistia em montar a árvore desde a raiz aos frutos, de acordo com os comandos, escrevendo nos desenhos o que era solicitado e em seguida colando na árvore. Na raiz, elas colocaram as experiências as quais carregavam, nas folhas os aprendizados, nos frutos os sonhos que estavam sendo concretizados. Foi um momento descontraído de muitos risos. Terminada a atividade, voltamos ao círculo para nos despedir, e lancei a seguinte pergunta: Como vocês chegaram

no primeiro encontro do Círculo Reflexivo Biográfico e como vão saindo daqui, hoje, no último encontro?

Todas as respostas versaram sobre medo, insegurança, ansiedade, curiosidade, para o início do CRB, já ao final três palavras foram exaltadas: "Gratidão", "Voz" e "Solidariedade". E mais uma vez elas me surpreenderam, relataram que se sentiam gratas pela oportunidade de falar, pois por mais que participassem de associações de trabalhadores rurais, inclusive entre elas há uma presidente de associação, outra sacoleira, outra professora, outra estudante, mesmo assim, ocupando lugares públicos, são silenciadas a todo instante, suas colocações são postas como inferiores, vivem em uma batalha para assegurar o direito à voz e, no círculo biográfico, elas sentiram-se livres para falar sem julgamentos, sem sentirem medo da própria voz. E no que versa sobre a solidariedade, apontaram o acolhimento dentro do grupo, aproximação fortalecida entre elas. Sugeriram fazer esta experiência do CRB com as outras mulheres das associações das quais elas participam nas comunidades, para incentivá-las a olharem para si. Justificaram que boa parte das mulheres que estão nas associações ainda não exerce vontade própria mais a vontade do marido. Como exemplo, citaram o sonho de conseguirem uma cozinha comunitária através do Projeto Paulo Freire¹⁵, mas encontram resistência por parte dos grupos que optaram pelos projetos voltados para criação de animais, seguindo a vontade dos seus maridos, que não acreditam que uma cozinha comunitária seja de utilidade e geradora de renda. Neste relato, fica nítido a desvalorização do trabalho doméstico.

Finalizamos nossos encontros na esperança de dias melhores, de seguirmos na luta, aprendizados mútuos foram realizados aqui, agora eu faço parte da história delas e elas da minha. Já nos conhecíamos há um tempo através das atividades do coletivo Interfaces Femininas, mas não dessa forma, tão íntima, me sinto lisonjeada por essas mulheres terem compartilhado comigo, experiências de suas vidas. Ensinaram-me a reparar nas linhas de expressões das mulheres as quais cruzarem meu caminho, são elas as linhas da vida.

¹⁵ Projeto Paulo Freire é uma política pública do Governo do Estado do Ceará por meio do Acordo de empréstimo com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), executado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA). O projeto tem como propósito reduzir a pobreza e elevar o padrão de vida de agricultores e agricultoras familiares de 31 municípios cearenses, através da inclusão social e econômica de forma sustentável.

Imagem 8: Produção da árvore dos sonhos



Fonte: foto da autora/2022

4.5.1 A (trans)formação da experiência narrativa

Todo este percurso do Círculo Reflexivo Biográfico chega ao seu auge com a escrita das histórias de vida das participantes. Em um movimento entre o empírico e o abstrato, seguimos na busca da decodificação das facetas que estruturam as identidades das mulheres participantes desta pesquisa. Este processo tem um caráter formativo, pela dimensão da reflexão biográfica, segundo Maria da Conceição Passeggi: “ao narrar sua própria história, a pessoa procura dar sentido às suas experiências e, nesse percurso, constrói outra representação de si: reinventa-se” (2011, p. 147). Com isso, a autora nos apresenta o mecanismo da narrativa como uma técnica de construção de si, envolvendo as categorias da “Experiência e da Identidade”.

No processo da escrita das suas histórias, as participantes evocaram as experiências que marcaram suas trajetórias e as posicionaram nos lugares que assumem no tempo presente. É o que

Marrie-Christine Josso (2007) vai chamar de “um caminhar para si”, elas se voltam sobre elas e se deslocam no tempo para estruturar as experiências e produzir conhecimento sobre si.

Os (pre)conceitos que guiam nossa ação no mundo e que foram construídos na interação com tradições herdadas e reconstituídas povoam nossa existência de dilemas, de sentimentos de inadequação e/ou de adequação aos ambientes sociais e criam zonas de conforto e/ou de desconforto. Se somos filhos de nosso tempo, mais do que filhos de nossos pais, a ressignificação da experiência vivida, durante a formação, implicaria encontrar na reflexão biográfica marcas da historicidade do eu para ir além da imediatez do nosso tempo e compreender o mundo, ao nos compreender (PASSEGGI, 2011, p.149)

A reflexividade do ato narrativo tem o poder de direcionar os sujeitos à dimensão de uma consciência histórica, estimula a compreensão da formação individual em diálogo com a formação coletiva e, pela experiência vivida, alcançam-se as noções de identidades em uma dimensão dinâmica que faz e se refaz de acordo com os contextos experienciados. O despertar da consciência histórica dos sujeitos é extremamente relevante para a compreensão dos sistemas relacionais de poder o qual estão submetidos. Podemos considerar a prática da narrativa autobiográfica um ato político, pensando neste contexto de desvelamento das práticas sócio-históricas que conduzem ao desenvolvimento de uma consciência crítica dos sujeitos, produzindo uma hermenêutica do eu, um conhecimento sobre si numa relação dialógica como o outro.

Segundo Isabel Cristina Moura Carvalho (2003, p. 284), no seu texto “Biografia, Identidade e Narrativa”, temos o seguinte:

O autorrelato pode ser tomado como um lócus privilegiado do encontro entre a vida íntima do indivíduo e sua inscrição numa história social e cultural. A biografia, ao tornar-se discurso narrado pelo sujeito autor e protagonista, instaura sempre um campo de renegociação e reinvenção identitária.

Partindo deste pressuposto, pensemos no exercício deste mecanismo de narrar sobre si, como instrumento de busca pela emancipação de grupos subalternizados, grupos estes que têm em seus corpos os estigmas de um poder dominante e que os coloca nesta condição de subalternidade, como as mulheres as quais tratamos nesta pesquisa, mulheres latinas, rurais, de classe trabalhadora. Ao estruturar e relatar suas narrativas, a partir dos grupos reflexivos, são posicionadas em um processo de formação de si em consonância com o outro, fazendo emergir seu lugar nesta dinâmica histórico social na qual estão inseridas.

Neste processo do caráter formador da experiência narrativa, segundo Passeggi (2011), acontece o exercício da maiêutica, que são as descobertas das participantes das suas próprias verdades; e a hermenêutica, que se traduz na capacidade de tirar lições das experiências, situando o saber que dela ocorre numa perspectiva histórica. Neste sentido, ao elaborarem e compartilharem suas narrativas, as participantes acionam a dimensão reflexiva dos círculos biográficos, a qual traz

consigo suas potencialidades geradoras de aprendizagens e (trans)formação, que emergem das suas experiências vividas, e a forma como foram ressignificadas. Este processo insere-se em um espaço de possibilidades, onde estas mulheres podem fazer emergir uma consciência crítica sobre as experiências que marcaram as existências daquelas que vieram antes delas, avós e mães, e continuam a marcar as suas. Ao obter este conhecimento, elas podem usar dessa artimanha para mudar suas realidades, ao ressignificar suas histórias e quebrar ciclos de invisibilidade existencial.

Ao pensar a prática da ressignificação de experiências, Maria da Conceição Passeggi (2011, p. 154) ressalta, “A ressignificação da experiência, que se faz, no entorno sobre si mesmo, impulsiona o distanciamento de nós mesmos e a possibilidade de nos vermos como os outros nos veem, o que também implica contradições, crises, rejeições, desejos de reconhecimento, dilemas.”

Ao entender que a ideia de que a reflexividade biográfica materializa um espaço de aprendizagens, a partir da ressignificação das experiências, esse campo de aprendizagens para possíveis ações e transformações dos sujeitos não é um acontecimento pleno e linear. Este é marcado pelas tramas que tecem as histórias de vida, envolvem as subjetividades dos sujeitos biográficos, a partir da linguagem, signos e símbolos que causam tensões entre o caminhar para si e a produção de conhecimento, da consciência sobre seu lugar no mundo.

A formação, quando adota a mirada reflexiva sobre a experiência vivida em nenhum momento deve ser entendida como uma (trans) formação sem crises. Ela adota, ao contrário, na perspectiva dialética, uma dimensão histórica, em franca ruptura com as ideias iluministas, que estimavam um aperfeiçoamento linear, progressivo, a-histórico do desenvolvimento humano. Do ponto de vista psicológico, da construção da subjetividade, as escritas autobiográficas mostram justamente à pessoa que narra essa descontinuidade; as rupturas, a imprevisibilidade, o fortuito e o papel das contingências como aspectos determinantes da experiência humana (PASSEGGI, 2011, p. 154).

Aqui, ressaltamos o caráter educativo da reflexividade biográfica, por meio da produção de narrativas de vida. Um mecanismo potencializador de aprendizagens, de produção e reivindicação de identidades. Ao ter propriedade sobre suas identidades, da forma como são produzidas, pode ser um mecanismo de empoderamento de grupos subalternizados, nos processos de reivindicá-las. Voltamos às mulheres, sujeitas desta pesquisa, pois narrar sobre suas histórias de vida, lhes dá autonomia sobre seus relatos de experiências, ao falarem por si mesmas; desafiam a categoria da identidade fixa de ser “mulher”, imposta pelo sistema dominante, como uma dimensão universal, que define os corpos pelo sexo. Elas foram instigadas a olhar para si, como sujeitas imersas na categoria de gênero, e perceber como esta categoria é responsável por definir seus papéis dentro de suas comunidades, marcadas por rupturas e continuidades. Retomemos a citação de Simone de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher, torna-se”, é o que elas produziram nas suas narrativas, as maneiras de tornarem-se mulheres dentro do contexto as quais estão inseridas, da sua cultura, das

inscrições sócio-históricas que produzem os seus corpos, e como ressignificam o tornar-se mulher no seu cotidiano.

Como bem aponta Marcela Lagarde (2005), ao dizer que para entender as identidades que nos tornam como mulheres, é preciso historicizar o que nos constitui pela natureza. Destarte, a apreensão da própria vida é uma das alternativas para a superação das alienações que emergem dos seus contextos culturais.

5 CATIVEIROS E BRECHAS DE RESISTÊNCIAS NAS HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES RURAIS

5.1 As histórias de vida de mulheres rurais

As narrativas autobiográficas das mulheres participantes desta pesquisa são elementos basilares para o processo investigativo, contribuindo para o alcance dos objetivos deste trabalho. Suas trajetórias nos dão pistas sobre os percursos de suas vidas e, principalmente, enquanto sujeitas atravessadas pelas marcas do território, onde recebem o título de mulheres rurais. Esta representação a qual são submetidas, é feita por um sistema dominante que usa de discursos e símbolos para impor quais os lugares estas mulheres devem ocupar.

São marcas produzidas pelas perspectivas de gênero, raça e classe, que delimitam as fronteiras dentro do campo social. Neste entendimento, a denominação “Mulher Rural” apresenta-se como uma categoria de análise, um fio da meada, que vai desvelando outras questões que produzem o gênero em contextos e experiências plurais.

Apresentaremos aqui as histórias de vida das sete mulheres participantes dos Círculos Reflexivos Biográficos, um dos mecanismos metodológicos utilizados para a realização deste trabalho. Os relatos a seguir são atravessados por experiências individuais e coletivas, as dores e os medos, os enfrentamentos cotidianos; são mulheres dotadas da arte de se refazer, cada vez que as circunstâncias as destruíram.

As narrativas foram produzidas a partir de elementos-chave que compõem suas experiências como a relação familiar, a escola, o trabalho, e a vivência com o Coletivo Interfaces Femininas.

Izabel Francisca tem 59 anos, casada, agricultora e filha de agricultores. Nasceu e se criou na zona rural; vem de uma família grande, com 13 irmãos, a infância foi marcada por muitas dificuldades, começou a trabalhar na roça com 12 anos de idade. Casou-se aos 20 anos, é mãe de 5 filhos, seu casamento é marcado por conturbações devido ao alcoolismo do marido, um dos fatores que ainda a faz sofrer, relata que todas as dificuldades que vivenciou, principalmente na infância e na adolescência, na luta pela sobrevivência, foram muito marcantes e, por isso, tem dificuldade em narrar estas memórias.

Ao contar sobre as experiências marcantes da sua vida, Izabel ressalta a experiência de ser mãe:

Uma das experiências mais marcantes e especiais da minha vida foi o nascimento de cada um dos meus filhos. Se tornar mãe, me fez me tornar, também, uma nova mulher, forte, que enfrenta tudo por eles.

Ao trazer na narrativa sua vivência com a escola, ela revela que devido às dificuldades da época, como não ter condições financeiras, ter que trabalhar desde cedo para ter o que comer, não tinha escola próximo a sua casa, na sua época só estudava quem tivesse dinheiro para pagar um professor particular, assim, não teve oportunidade de terminar os estudos.

Quando já era adulta, cursou somente até a segunda série do ensino fundamental, através das aulas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que havia na comunidade onde mora. Sobre a vida escolar dos filhos, Izabel relata:

Sempre incentivei meus filhos a estudarem, para que eles pudessem ter experiências melhores que as minhas e não tivessem que passar pelo que já passei. Hoje, ver todos eles formados na escola é muito gratificante, me deixa muito orgulhosa.

Em todo o seu discurso, Izabel apresenta a sua mãe como principal base das suas experiências formativas, em ser a mulher que ela é hoje, uma mulher forte, que não desanima por nada, está sempre pronta para enfrentar o que vier. Aponta o papel primordial que seus filhos ocupam na sua vida, diz que seu principal objetivo na vida é ajudá-los em suas realizações.

Meu principal projeto é ver minha família feliz e realizada, acompanhar o crescimento dos meus netos, ajudar meus filhos no que for preciso e estar presente nas realizações de cada um.

Quando é estimulada a falar sobre as aprendizagens com o Coletivo Interfaces Femininas, coletivo que atua na escola da comunidade, promovendo encontros e trocas de experiências entre as mulheres da comunidade e os alunos da escola, enfatizando seus saberes e experiências cotidianas de luta, ela relata:

A partir das conversas e troca de experiências adquiridas com todas as mulheres fortes que participam do coletivo, pude perceber o quanto as mulheres são corajosas, o quanto somos fortes e que juntas podemos ultrapassar tudo. Além disso, posso conversar sobre assuntos e histórias de vida que são difíceis de se relatar, o que é muito bom.

Izabel participa dos encontros do coletivo sempre que pode, juntamente com outras mulheres. Para ela, é muito importante falar para os alunos, e em especial para as meninas que elas sigam nos estudos e busquem oportunidades que ela e todas as outras não tiveram.

Maria Neuza é agricultora, tem 34 anos, casou-se aos 25 anos, vem de uma família de agricultores, composta por 18 irmãos, e começou a trabalhar na roça com 7 anos de idade. Natural

de Assaré e residente na zona rural, diz que sua vida hoje não é muito diferente de quando morava com os pais, pois continua trabalhando na roça e lutando a cada dia por uma vida melhor. Tem apenas um filho de 09 anos e diz fazer de tudo para que ele possa ter a vida que ela não teve, com oportunidades para estudar e ter a profissão que ele desejar.

No seu relato, evoca as lembranças de sua avó materna:

Para mim, minha maior inspiração é minha avó, a mãe de mamãe, ela enfrentava tudo, quando minha mãe separou do meu pai, foi tudo muito difícil, nossa sorte foi minha avó que ajudou ela a criar a gente, minha avó criava os bichos para vender, galinha e capote, foi com essas vendas que nos criou.

Ao lembrar da relação de seus pais, antes da separação, Maria Neuza pontua:

Minha mãe trabalhava junto com o meu pai na roça, assim como eu e meus irmãos, mais a gente não direito a nada. Todo dinheiro ficava com meu pai, ninguém via nem a cor, ele gastava com bebida e mulheres. Para comprar alguma coisinha pra gente, minha mãe trabalhava com costura para ter alguma renda e comparar uma roupa, um chinelo, para mim e meus irmãos.

Nesta situação, Maria Neuza conta que com o tempo veio a separação, ressalta como sua mãe foi guerreira enfrentando a vida sozinha.

Sobre suas experiências com os estudos, Maria Neuza no seu relato, ressalta a importância da educação para o alcance das oportunidades na vida. Ela conta que terminou o ensino médio, através de muita luta, pois tinha que se deslocar para a cidade para estudar. Sempre sonhou em ter um curso superior e neste sonho estava seguir a carreira de professora de Educação Física. Maria Neuza ainda conseguiu matricula em uma faculdade que ofertava as aulas nos fins de semana na zona urbana de Assaré, e sobre essa experiência ela relata:

O momento que mais marcou a minha vida foi quando eu cursava Educação Física e tive que fechar o curso por falta de condições. Fiquei muito triste porque é uma matéria que eu sempre quis me especializar. Hoje eu daria de tudo pra terminar o curso, mas devido ao tempo por conta da luta e de tantas responsabilidades, eu não posso.

Hoje, Maria Neuza enfrenta a vida na roça junto com seu esposo, os dois trabalham juntos, tem seu pedaço de terra, e sobrevivem da agricultura e criação de animais, porco, galinha, e umas cabeças de gado. É presidente em uma associação de trabalhadores rurais na comunidade a qual reside. Ressalta a importância da presença das mulheres dentro das associações, mostrando sua autonomia nas tomadas de decisão e a participação no trabalho coletivo para a melhoria da vida no campo.

Eu enfrento o que vier. Trabalho na roça, tombando a terra, plantando, dirijo o trator, faço de tudo. E não tenho vergonha não. Ser mulher não impede de fazer nada. Tô lá todos os dias, de sol a sol, buscando o nosso sustento.

Sobre sua participação nas ações do Coletivo Interfaces Femininas, ela diz: “Vem trazendo grandes significados na minha vida, são muitos diálogos trocados, a cada encontro, falamos da luta da mulher pela sua independência financeira, a busca pelos seus direitos na sociedade, sobre a importância da liberdade da mulher”.

Afonsina Maria nasceu no dia 21 de dezembro de 1975, tem 46 anos, casada, residente na zona rural, agricultora, e filha de agricultores. Ela conta que, seu pai trabalhou na roça desde os 9 anos de idade, para ajudar no sustento dos irmãos, já que seu avô não assumia seu papel como mantenedor do lar. A sua mãe também iniciou cedo na roça, não estudou e casou-se aos 14 anos.

Minha mãe conta que achava que casando ia fugir um pouco do trabalho braçal e melhorar a situação, mas foi engano. Ela engravidou muito cedo, teve 10 filhos. Meu pai muito jovem saía para as festas onde bebia e namorava muito. Ela ficava em casa passando necessidades sem ter onde buscar nada.

Nesta fala, Afonsina Maria materializa, a partir das experiências de sua mãe, as desigualdades de gênero dentro das relações conjugais, presentes em diversos contextos. Aqui, ela fala da sobrecarga de trabalho e as responsabilidades na criação dos filhos que recaíam apenas em sua mãe, que também como seu pai, eram jovens quando casaram, mas o peso da responsabilidade e a exigência de amadurecimento foi ressaltado para com a mãe.

Dos dez filhos que a sua mãe teve, Afonsina Maria foi a sexta filha a nascer, sendo um marco na vida da família, pois neste dia seu pai decidiu parar de beber.

A bebida do meu pai durou até o dia do meu nascimento; ele chegou bêbado em casa, deu um murro na mesa e falou que a partir daquele dia não beberia mais”. E assim, eles seguiram, lutando para criar os filhos. “Pra mim meus pais foram um exemplo de luta e superação.

Aos 9 anos de idade, ela começou a frequentar a roça e ajudar nos serviços de casa.

Nessa época minhas duas irmãs mais velhas casaram e minha mãe ficou grávida, aí eu era pra tudo, tanto ajudava no serviço de casa como ia pra roça. Aos 16 anos, inventei de botar uma roça pra mim, mas não deu certo não, só tinha carrapicho, trabalhando sozinha, sofreu demais, é muito sofrimento.

Ao lembrar sobre sua experiência com a escola, Afonsina Maria conta como era difícil na sua época para estudar.

No sítio em que eu morava, quando pequena, não tinha escola. Me lembro que a gente ia para a casa de uma senhora, e, lá ela nos ensinava a ler e escrever. Eu fiz até a terceira série, tinha um banco comprido feito de madeira, a gente ficava lá, um bocado de criança, estudando. Depois nós mudamos de sítio e fiquei novamente sem estudar. Com 19 anos voltei a sala de aula onde fiz até a 8ª série. Nesse tempo eu ia pra rua, estudar lá, saía de casa às 4 horas da tarde e retornava no dia seguinte, porque não tinha como voltar à noite, então, eu dormia na casa de conhecidos.

Ela conta que estudou até a 8ª série do ensino fundamental, quando engravidou. Nessa época já tinha um namorado, que é seu atual marido. Casou-se aos 19 anos. Sobre o casamento, ressalta

Casei grávida de 3 meses, estava muito feliz por tá grávida, principalmente porque era uma menina, eu sempre gostei de menina.

Relata que quando a menina nasceu, não tinha muita coisa, pois as condições precárias em que viviam não permitia comprar o que gostaria para a filha. Depois de casada, seguiu trabalhando na roça com o marido, hoje, não tanto como era antes; trabalha mais cuidando da casa, e tornou-se empreendedora,

Sou dona do meu próprio negócio, vendo de tudo, roupa, sandália, perfumes; minhas clientes vêm aqui, eu vou na casa delas.

Ela relata que trabalha com muita fé em Deus, pensando no futuro da sua filha, que diferente dela, terminou o ensino médio na escola localizada na própria comunidade e já está na faculdade.

Ao falar sobre sua participação nas ações do Coletivo Interfaces Femininas, Afonsina Maria diz:

Esse projeto me ajuda a me conhecer melhor, a me tornar uma mulher forte na luta para encontrar meu próprio espaço na sociedade, ouvindo e aprendendo com as experiências de minhas colegas

Maria Regina tem 44 anos, casada, filha de agricultores, nasceu e se criou no meio rural, tem sete irmãs, estudou até a 5ª série. Ela relata que sua vida foi marcada por muito sofrimento e muita luta pela sobrevivência.

Trabalhei na roça mais meu pai dos 6 anos até os 19 anos. Debaixo de muito sofrimento e humilhação pelo meu próprio pai. Tive uma infância difícil com minha família, passava necessidade junto com minhas irmãs. Meu pai trabalhava como um desesperado pra nos dar o que comer e beber mais, mesmo assim faltava. Até eu trabalhava alugado pra comprar minhas coisas, um chinelo... Era uma alegria quando podia comprar um desodorante da Avon pra usar, entende amiga?!

Maria Regina diz que para se tornar a mulher que é hoje precisou de muita garra, pois passou por momentos muito difíceis na sua vida, onde deparou-se com muitos obstáculos,

Eu tive que perder algo para ganhar outro, perdi o medo para ganhar a coragem.

Foram duas as experiências mais impactantes da sua vida: foi quando passou por uma tentativa de estupro e a perda de um de seus filhos, que faleceu em um acidente de moto.

Para mim, a experiência da perda do meu filho foi a pior de todas, é uma dor muito grande, quando uma mãe fica sem seu filho, foi um acidente de moto, ele era tão jovem, feliz, meu menino... Outro momento marcante foi quando eu passei por uma tentativa de estupro, só não fui estuprada por chegar gente, é uma sensação horrível de impotência.

Para Maria Regina, estas foram as piores coisas que lhe aconteceram e prefere evitar falar sobre o assunto.

Sobre o momento atual, ela ressalta que é feliz, ao lado dos filhos, do esposo e vizinhos, e com o trabalho que faz na sua comunidade, pois é presidente da associação de trabalhadores rurais onde reside e vive numa constante busca por melhorias para todos. Seu sonho é ver uma sociedade mais humana:

Quero dar o meu melhor para aqueles que confia em mim. Tem gente que tem preconceito por ter uma mulher na frente da associação, mas eu não ligo, faço meu trabalho". Sobre seu esposo, diz que é seu parceiro da vida "somos um casal feliz que um mostra para o outro o amor.

Ao relatar sobre sua vivência com o Coletivo Interfaces Femininas, ela aponta que

Eu sempre levo muitas aprendizagens de que não somos só mulheres, somos mulheres determinadas com o que queremos e juntas somos mais fortes do que uma só. Vamos entendendo que as mulheres são seres humanos e não um objeto. Eu vejo esta experiência como uma ponte que pode me levar a encontrar dias melhores na minha vida, uma oportunidade de conquistar o que antes eu achava que era impossível. Vou me preparando para quando o desafio chegar, eu estar pronta e surpreender.

Maria Regina, além de estar à frente da associação de trabalhadores rurais da comunidade onde mora, tem assento no Conselho Municipal da Criança e do adolescente no município de Assaré, representa a comunidade dentro do Conselho, levando as demandas da localidade e trazendo novidades para o crescimento dos jovens. Ela diz que não avançou nos estudos por falta de condições, mas não desiste e está sempre buscando aprender e, junto com ela, incentiva as outras mulheres da comunidade a caminhar junto.

Essa mulherada tem que se animar, se a gente não lutar por nossa comunidade, quem vai? Ninguém! Vamos lutar para conseguir trazer uma sala de aula pra cá, para os adultos estudar, incentivar a pratica de esporte na comunidade, cursos. São muitos planos.

Nucíria é natural de Assaré, reside na zona rural do município, nasceu no ano de 1978, hoje está com 44 anos, solteira, é agricultora e filha de agricultores, tem o ensino médio completo, desde os 8 anos de idade tem vivências com a agricultura.

O que eu mais carrego na lembrança era de quando eu ajudava minha mãe a fazer a comida dos trabalhadores e ir deixar na roça. Todos os dias, eu fazia aquele percurso. Foi a roça quem nos criou.

Sua história de vida é toda marcada por situações fortes e que ela encara de cabeça erguida. Aos sete anos de idade, Nucíria foi vítima de um tiro acidental que atingiu seu rosto, o autor do disparo era um vizinho da família e, com isso, ela tem pavor a armas. Foi submetida a cirurgias e conseguiu se recuperar.

Logo depois, descobriu que estava doente, com hepatite, e também passou por tratamento médico. Aos 19 anos, sofreu um acidente de moto, fraturando um braço e um pé, deixando sequelas em um dos seus braços. Sobre cada experiência desta, ela ressalta que busca ter mais forças para encarar todas as adversidades.

Nucíria é solteira e diz ter medo de casamento, pois teve uma infância muito difícil por presenciar o sofrimento da mãe

Minha mãe levava muito chifre, o tempo todo, meu pai era muito mulherengo, eu não consigo pensar em casamento. E tem gente que fala besteira porque eu nunca casei, mas eu não fico preocupada não, quero nem saber de homem mandando em mim. Mas, apesar de tudo, meu pai junto com minha mãe, faziam o que podiam pra dar o melhor pra mim e meus irmãos.

Ela relata que há 22 anos, a sua família teve uma perda grande, foi a morte do seu irmão mais velho, em um acidente de moto, ficando todos muito abalados. Nucíria sentiu muito, pois era muito apegada ao seu irmão, dividiam sonhos, era admiradora do homem inteligente que era.

Nucíria faz parte de uma associação de trabalhadores rurais da comunidade a qual reside, seu sonho é implantar na comunidade uma cozinha comunitária, para que as mulheres possam produzir alimentos para vender, ter sua autonomia financeira.

Eu sonho com uma cozinha comunitária aqui na comunidade, assim as mulheres podem se juntar fazer comida pra vender, bolos, doces, seria maravilhoso! Seria uma forma de muitas mulheres ganhar a independência financeira. Mas, infelizmente na associação tem muitas mulheres que só fazem o que o marido quer e como eles só se interessam por criação de bichos, ovelha, porco, elas escolhem o projeto que eles tiverem interesse,

Ela ressalta que a associação está engajada no projeto Paulo Freire, e traz oportunidades para os produtores rurais, financiando projetos. Sobre o projeto Paulo Freire, ela explica que é uma política pública do Estado do Ceará, que oferta empréstimos para o investimento e desenvolvimento

agrícola. Para a comunidade ter acesso, é preciso existir uma associação dos trabalhadores rurais, a associação elabora o projeto que será financiado, visando algo que melhor se encaixe com a comunidade, seja criação de animais, quintais produtivos ou cozinhas comunitárias.

Este projeto é maravilhoso, é um incentivo pra gente da roça buscar melhorias. Eu estou a frente de tudo, não sou presidente da associação, mas estou sempre ajudando em que for preciso, fazendo cursos, participando das reuniões, correndo atrás de projetos bons.

Nucéria diz não se cansar de correr atrás de melhorias para a sua comunidade e lutar pela valorização do trabalho no campo.

Nós temos uma riqueza, a terra é nossa riqueza, sabendo fazer um bom trabalho, os frutos vêm.

Sobre as ações do Coletivo Interfaces Femininas na escola da comunidade, ela ressalta,

É muito importante esses espaços pra gente compartilhar experiência e conhecer sobre nossos direitos, também, mostrar nossas lutas do dia a dia.

Antonia Custódio nasceu na zona urbana do município de Assaré/CE, mas cresceu na zona rural, onde reside até o momento, no sítio Serra de Santana. Tem 33 anos, é casada há 10 anos e tem um filho de 9 anos. Filha de agricultores, tem 3 irmãos, seu pai estudou até a 3ª série, sua mãe conseguiu concluir os estudos através do supletivo e, depois dos filhos criados, ingressou na faculdade e fez graduação em Pedagogia, onde as aulas aconteciam nos fins de semana na zona urbana de Assaré.

Antonia Custódio ressalta que sua mãe é o maior exemplo de garra e determinação, mesmo diante de tantos desafios, foi em busca do sonho de estudar. Seguir com os estudos era o maior desafio para Antonia Custódio e seus irmãos, assim como foi para seus pais.

Na zona rural tudo era mais complicado, quando o assunto são os estudos, na minha infância não tinha escola na comunidade, então minha mãe pagava para algumas pessoas da própria comunidade para me dar aulas. Lembro-me, que na época, eram 10 reais que ela pagava. Quando fiz 6 anos, fui matriculada em uma escola comunitária, que apareceu na comunidade.

Antonia Custódio relata que não precisou trabalhar na roça, pois seus pais se dedicavam a assegurar seus estudos, para a garantia de um futuro promissor. Só após a 4ª série do ensino fundamental, passou a estudar nas escolas da cidade.

Esse foi um período bem difícil, fiquei até 2006, quando terminei o ensino médio, em uma rotina diária de deslocamento para a sede do município. Usava como transporte os carros de linha que transportavam as pessoas dos sítios para a rua. Por ser uma aluna da zona rural

em uma escola “elitizada” da cidade, escutei muita piada e brincadeiras sem graça dos meus colegas, por muitas vezes chegar suja de poeira ou lama, no período de chuvas. Era uma escola pública, mas os alunos como eram da cidade se achavam superiores.

Sobre as experiências que marcaram sua história, aponta o seu ingresso na faculdade de matemática como um ponto marcante, visto que, a partir daí, tornou-se professora. Sua aproximação com a profissão partiu das vivências com a sua mãe, a qual entre as demandas domésticas e o trabalho da roça, alfabetizou muitas crianças na comunidade onde morava.

Antonia Custódio diz que:

A escola sempre esteve presente na minha rotina, minha mãe foi professora por muito tempo; eu fui alfabetizada por ela. O jeito como os alunos a tratava e como ela tratava os alunos, me encantava, e, eu queria vivenciar aquela experiência.

Ela conta que sua mãe, quando solteira, aos 15 anos, dava aula em sua própria casa, era paga pelo prefeito da época para alfabetizar as crianças da comunidade. Nessa época, ela tinha concluído só fundamental I.

Depois de casar, minha mãe concluiu o ensino fundamental II e o ensino médio através do supletivo, porém, ficou afastada da função de dar aulas para as crianças, pois houve eleições e o prefeito que lhe ofereceu o emprego, perdeu, e ela ficou sem trabalho. Assim, passou a enfrentar a roça com meu pai, ela, também, passou a trabalhar com crochê e bordado, comprava sabonete e creme dental para vender na vizinhança. Só em 1999, aos 42 anos, de novo veio as eleições e ela conseguiu seu trabalho de professora de volta, neste período seguiu com seu sonho de fazer um curso superior, e, aos 50 anos ingressou em um curso de licenciatura plena e oficializou a sua profissão.

Assim, todo esse percurso à influenciou a seguir na profissão de professora, sente-se motivada pela história da sua mãe. E a escolha pela área da matemática deveu-se a uma professora que teve no ensino médio, a qual fez ela gostar da matemática, e apresentar-lhe de maneira descomplicada.

Outra experiência marcante para Antonia Custódio foi o nascimento do seu filho. Era algo que não estava nos seus planos, nunca sonhou em ser mãe, queria mesmo era viajar, fazer uma especialização em outra cidade, mas, foi surpreendida pelo casamento e a maternidade.

Casei com 23 anos, e, com 24 anos, tive meu filho. Quando engravidei, eu trabalhava em uma escola da cidade, ficava a 12 km de distância daqui do sítio, era bem complicado, pois eu ia todos os dias daqui pra rua de moto. Só quando ele nasceu, que consegui trabalho na escola daqui, da comunidade. Pra mim, foi um grande desafio ter que conciliar a maternidade e a vida profissional.

Ela diz que a maternidade foi e continua sendo desafiador:

Eu amo meu filho, é um presente de Deus! Mas é muita responsabilidade só pra mim, as vezes me sinto sobrecarregada, minha sorte é minha mãe sempre esteve do meu lado e me ajuda com meu filho, para poder eu trabalhar

Quando interrogada sobre o papel que seu esposo desempenha neste processo da paternidade, fica em silêncio, não sabe identificar com clareza, pois toda a responsabilidade de cuidados e educar a criança, recai sobre ela:

Tive que abandonar e refazer muitos planos para assumir a responsabilidade de ser mãe, enquanto o pai, segue seus planos, não se preocupa como eu me preocupo.

Diante dos desafios cotidianos, Antonia Custódio ressalta que segue em sua carreira profissional como professora de matemática, continua seu trabalho na zona rural, numa escola que antes existia apenas em seus sonhos e hoje é realidade para ela e para a comunidade. Sente-se feliz por contribuir com o lugar onde nasceu e permanecer lá até hoje. Sobre o futuro, sonha em passar em um concurso público, pois tem contrato temporário, e com uma maior valorização da carreira docente.

Ao relatar sobre suas experiências com o Coletivo Interfaces Femininas, aponta que:

Todos os momentos propostos pelo coletivo são de extrema importância, conhecer outras mulheres, ouvir suas histórias de luta e superação é muito valioso, é um aprendizado. A troca de experiência que acontece durante os encontros, acrescenta demais a nossa vivência, pois nos faz refletir sobre as formas de resistência que nós mulheres desenvolvemos para conquistar nossos espaços, de reivindicar os nossos direitos.

Cícera Pedrina tem 19 anos. Solteira, filha de agricultores, residente na zona rural do município de Assaré/CE. Teve a oportunidade de estudar, seguiu até o ensino médio, na escola localizada no território onde mora e que atende a sua comunidade e as comunidades que a rodeiam, assim não precisando se deslocar até a cidade para estudar. Sobre a escolaridade dos seus pais, ela relata que o pai nunca frequentou uma escola e a mãe fez até a 5º série, numa escolinha da comunidade, em uma turma multisseriada. Sua mãe é agricultora, porém, atualmente trabalha como diarista. Tem um irmão mais velho, com 25 anos. Os pais são separados, e ela e o irmão moram com a mãe.

Cícera Pedrina relata que leva como experiências marcantes da sua vida, até o momento, a separação dos pais, que aconteceu quando ela tinha 13 anos, ela prefere não dar detalhes, diz ser uma longa história e, quando lançou seu primeiro cordel, fruto de um trabalho quando fazia o ensino médio. Ela conta que seu contato com a poesia iniciou quando ainda estava no 9º ano do ensino fundamental, aos 14 anos:

Acabei descobrindo um talento escondido, eu sabia que podia me destacar nessa área, fazendo algo que gosto e que podia expor os meus sentimentos e a minha criatividade em versos e rimas.

Com o incentivo de seu professor de português, no ensino médio, ressalta que se desenvolveu muito mais na poesia e lançou seu primeiro cordel, o qual tem um valor imensurável para ela.

Sobre a escola, localizada em seu território, ela relata ter tido um papel fundamental na sua vida:

Ali fui incentivada a extrair o melhor de tudo e acredito que consegui. Em especial, no ensino médio, que fiz parte de uma instituição maravilhosa com uma equipe de professores excelentes que me ajudaram a desenvolver o que eu tinha de melhor, seja como pessoa ou estudante, além de me incentivar a ir em busca dos meus sonhos e acreditar na realização deles.

Em 2021, no contexto de pandemia, Cícera Pedrina relata que foi diagnosticada com TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo), e esse problema a impediu de fazer muita coisa:

Foi a experiência mais difícil, pois me afastei das pessoas e também do que mais gostava de fazer que era escrever poesias, passei por um acompanhamento profissional e hoje estou bem, seguindo com os planos para minha vida.

Ela conta que em meio a todo esse processo em ficar curada do TOC, passou na faculdade, para o curso de LETRAS na Universidade Regional do Cariri (URCA).

A minha aprovação para o curso de letras, foi a realização de um sonho, e é aí que começa toda uma problemática, pois eu precisava ou ir morar no Crato ou ficar transitando no carro dos estudantes, e minha mãe não concordava com nenhuma das opções, preferia que eu tentasse arrumar um emprego. Ela é muito apegada a mim, teve medo, eu acho! Mas deu tudo certo e estou indo no transporte todos os dias.

Cícera Pedrina não desistiu e aos pouquinhos foi convencendo a sua mãe de que era importante e que, com o nível superior, ela poderia alçar voos maiores. Hoje, segue firme frequentando seu curso; vai para a faculdade no transporte dos universitários, sai à tarde para a cidade de Crato e retorna à noite, ao fim da aula, chegando em casa por volta da meia noite.

Sobre sua experiência com o Coletivo Interfaces Femininas, revela:

De fato, sei que evolui bastante, como pessoa e principalmente como mulher, em todas as experiências compartilhadas com o coletivo. Conhecer mulheres de diferentes idades, cada uma com a sua história e todas de muita luta, com seus sofrimentos e suas alegrias, contadas com leveza e ao mesmo tempo com uma força avassaladora, tudo isso é muito importante pra mim. Pretendo passar todas essas aprendizagens adiante, todas nós mulheres precisamos contar nossas histórias, precisamos ser ouvidas e saber que juntas somos mais fortes.

Sobre o futuro, diz ter muitos desejos: terminar a faculdade, buscar um mestrado e um doutorado, trabalhar na sua área da graduação, ter independência financeira, viajar, entre outras realizações pessoais.

5.2 Dos cativeiros às brechas de resistências

A abordagem apresentada nesta seção versa sobre os cativeiros que privam as mulheres rurais do acesso às suas liberdades, a partir das histórias de vida produzidas pelas participantes desta pesquisa. Buscaremos, na teoria da antropóloga mexicana e feminista latina Maria Marcela Lagarde (2005), o norte para a identificação destes cativeiros, a qual teoriza sobre a situação das mulheres, no seu livro “Cautiveros de las mujeres”, numa dimensão dialógica entre a identidade genérica, imposta pelo poder patriarcal, que constitui as mulheres e as particularidades de tornarem-se mulheres em um contexto histórico e cultural.

A autora utiliza-se da categoria da diferença para fazer emergirem os processos que dão origem a novas identidades de mulheres, estas construídas numa dimensão social e cultural do grupo, em oposição à lógica de uma identidade estruturada em uma determinação biológica. Ela aponta a abordagem cultural como um mecanismo potencializador na compreensão de como determinados grupos atuam no tempo e no espaço, como configuram suas relações sociais.

Por cultura entiendo esa dimensión de la vida, producto de la relación dialéctica entre los modos de vida y las concepciones del mundo, históricamente constituidos. La cultura es la distinción humana resultante de las diversas formas de relación dialéctica entre las características biológicas y las características sociales de los seres humanos (LAGARDE, 2005, p. 25).

Ao evocar seu entendimento sobre o conceito de cultura, ela nos oferece pistas de como esta categoria de análise pode nos ajudar a tecer conhecimentos sobre a forma como os sujeitos produzem suas identidades, como estão alocados nas relações de poder, como tencionam suas vidas atravessadas pelas marcas biológicas e as marcas socialmente construídas. A cultura produz corpo e gênero e, neste sentido, as mulheres dentro de uma cultura universal, imposta pelo poder patriarcal, compartilham de condições genéricas de ser mulher, que são características limitadas ao seu sexo biológico, através de discursos que potencializam seu destino atrelado ao seu corpo físico. Nessa perspectiva, ao serem analisadas a partir de suas culturas locais, são constituídas pelos papéis sociais de gênero, determinados pelo seu contexto de vida, também marcados pela linguagem, símbolos e significados. O encontro dessas proposições provoca diferenças entre os grupos de mulheres, pelo grau e níveis de opressão, a qual são acometidas.

La condición genérica de la mujer ha sido construida históricamente, y es una de las creaciones de las sociedades y culturas patriarcales. El poder define genéricamente la condición de las mujeres. Y la condición de las mujeres es opresiva y dependencia vital, la sujeción, la subalternidad y la servidumbre voluntaria de las mujeres en relación con el mundo (las· otros, las instituciones, los imponderables, la sociedad, el Estado, las fuerzas ocultas, esotéricas y tangibles) (LAGARDE, 2005, p. 35).

Podemos direcionar, aqui, esta condição da mulher numa dimensão histórica. Essa dimensão é constituída nas bases do poder patriarcal, advindo de uma cultura eurocentrista, burguesa, heterossexual e branca; potencializa-se na sujeição das mulheres pelo poder dos homens. Moldadas pelos mitos que tecem seus corpos, os mistérios que rodeiam suas subjetividades, aprisionando-as num mundo de submissão. Quando este poder patriarcal é externado para outras culturas no processo de colonização, por exemplo, esta dimensão da condição da mulher chega em outros espaços, entrelaça-se com outras estruturas de poder, e os sistemas de opressão são reformulados.

Este poder patriarcal genérico chega para as mulheres indígenas, negras, latinas e estrutura-se com um cenário de violência e subordinação dessas mulheres, aprisionando seus corpos e subjetividades, de maneira cruel, esmagando suas existências. Neste panorama, não temos mais apenas uma forma de poder que sobrepõe os homens sobre as mulheres, mas um sistema que sobrepõe uma cultura sobre a outra.

Assim, os cativeiros das mulheres estão envoltos à dimensão histórica dos contextos culturais nos quais elas estão inseridas, os cativeiros revelam os níveis e graus de opressão e privação de liberdade, e estes níveis vão depender da posição que estas mulheres ocupam, no jogo das relações sociais.

No contexto desta pesquisa, a investigação volta-se para o grupo de mulheres, situadas na zona rural do interior do Cariri Cearense, que acessam o Coletivo Interfaces Femininas, o qual desenvolve ações para a emancipação de mulheres, dentro da escola da comunidade, a escola Patativa do Assaré. A partir das narrativas dessas mulheres, produzidas na dinâmica dos Círculos Reflexivos Biográficos, podemos ter acesso às suas vidas, aos seus corpos subjetivados e generificados, onde suas vozes ecoam a diversidade dos seus cativeiros que as colocam em diferentes posições de sujeição.

5.2.1 Meninas/mulheres e as marcas da infância

Com base na cultura imposta pelo processo civilizador, a infância estaria centrada como a mola mestra para a apreensão dos modos de comportamento, das normas e condutas, as quais os sujeitos modernos devem seguir para estabelecer o padrão desta sociedade que está em voga. Neste sentido, universalmente, homens e mulheres iniciam suas inscrições nas normas comportamentais para definir seus papéis no campo social. Porém, é necessário enfatizar que, utilizando a categoria cultura para compreender os significados socialmente atribuídos aos gêneros, por mais que esse padrão de civilidade esteja vinculado à universalidade do sistema patriarcal de poder, este pode assumir outras significações, a partir do campo cultural no qual os sujeitos estão inseridos.

Segundo Simone de Beauvoir (2019, p. 25), as representações sociais, ocidentais, que marcam os corpos de meninas e meninos na infância, estão centradas na diferenciação dos seus papéis sociais por meio dos padrões comportamentais que envolvem as roupas, as brincadeiras, a expressão das emoções; os meninos destinados a uma dura independência, enquanto as meninas, sob os cuidados da mãe, crescem num cárcere, enclausuradas no seu sexo. A autora ressalta:

Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos, exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito; se a encorajassem a isso, ela poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa, a mesma ousadia que um menino.

Esta normatização é fundamento da sociedade patriarcal, que exerce controle sobre os corpos das mulheres, e esses padrões vão sendo copiados e internalizados no tempo e no espaço onde este poder vai se inserindo. Ao voltarmos para o contexto desta pesquisa, onde as mulheres estão inscritas, historicamente, em um território colonizado e colocado como submisso à cultura ocidental, as marcas deste território, do processo de racialização e do lugar da classe, impõem outras formas de normatização de suas vidas no contexto de onde estão. A infância destas mulheres já não remete apenas a inseri-las nos papéis de gênero, mas de colocá-las em várias situações de dominação, exploração e negação de direitos.

Ao traçarmos o perfil das mulheres que acessam o Coletivo Interfaces Femininas, através das narrativas das sete mulheres que participaram do Círculo Reflexivo Biográfico, cinco enfatizaram o trabalho doméstico e o trabalho na roça como sua primeira função social na família, iniciada ainda na infância, como nos mostram as falas das participantes, a seguir:

Moro na zona rural, venho de uma família simples e comecei a trabalhar na roça aos 9 anos de idade e ajudava no serviço de casa, também (Afoncina Maria, 46 anos).

Sou de família humilde de agricultores, comecei a trabalhar na roça aos sete anos de idade para ajudar meus pais na criação dos meus irmãos (Maria Neuza, 34 anos).

Sou agricultora, comecei a trabalhar na roça desde os 6 anos de idade, ao lado do meu pai, era um tempo difícil (Maria Regina, 44 anos).

A partir das suas memórias individuais, vão dando forma a uma memória coletiva, vão nos apresentando a forma como eram inseridas nas normatizações sociais do seu grupo. Em um contexto histórico-cultural específico, eram apresentadas aos papéis de gênero, não pela apreensão das performances que seu corpo deveria apreender, mas através do campo das responsabilidades, no ato da exploração da sua força de trabalho, para além das preocupações de uma formação voltada para a condição do seu sexo, estavam em formação para a sobrevivência.

Seguindo a exploração das suas narrativas, outro fator relevante que marca suas infâncias é a ausência das escolas, uma marca que atravessa seus corpos e reforça o estigma de serem excluídas de um sistema vinculado à dicotomia entre poder/saber.

Elas deixam evidente a lacuna causada pela falta dos estudos em suas vidas:

No sítio em que eu morava, quando pequena, não tinha escola. Me lembro que a gente ia para a casa de uma senhora, e, lá ela nos ensinava a ler e escrever. Eu fiz até a terceira série, tinha um banco comprido feito de madeira, a gente ficava lá, um bocado de criança, estudando. Depois nós mudamos de sítio e fiquei novamente sem estudar. Com 19 anos voltei à sala de aula onde fiz até a 8º série, numa escola da cidade (AFONSINA MARIA, 46 anos).

Não tive a oportunidade de estudar, pois não tinha escola na comunidade, precisava trabalhar para sobreviver. Depois de adulta, consegui fazer até a 5º série, através da EJA (Educação de Jovens e Adultos) que apareceu na minha comunidade (IZABEL FRANCISCA, 59 anos).

Na zona rural tudo é mais complicado quando o assunto é estudar. Na minha infância, não tinha escola na comunidade, minha mãe pagava para algumas pessoas da própria comunidade, que tivessem alguma leitura para me dar aulas. Quando eu fiz seis anos, apareceu uma escolinha na comunidade e passei a frequentar (ANTONIA CUSTÓDIO, 33 anos).

Não tive a oportunidades de concluir meus estudos, só fiz até a 5ª série. no meu tempo era tudo muito difícil, não tinha escola, tinha que pegar se quisesse aprender alguma coisa (MARIA REGINA, 44 anos).

Nestes recortes de falas, podemos identificar o tecer dos cativos sociais em que estas mulheres estão envolvidas, em uma conjuntura de fatores que cerceiam suas liberdades de se constituírem como indivíduos de direitos. A privação de vivenciar as dimensões da infância e de ter acesso à escola é o início do enclausuramento em um ciclo de exploração e dominação, que não se encerra no domínio de homens sobre mulheres, mas em uma estrutura muito maior de poder, uma sobreposição de opressão e negação de direitos. Desenha-se no privilégio de um grupo em detrimento de outro.

A população da zona rural, no Brasil, é estigmatizada pelos índices de analfabetismo, por estar vinculada ao trabalho com a terra e ser considerada desprovida de saberes relevantes. Essa carga de estigmas recai mais pesada nos ombros das mulheres, atravessadas pelo gênero e pela terra, que por essa lógica dominante que instituiu as relações de poder, são categorias naturalizadas como passíveis à dominação e à exploração.

Ao fazermos um paralelo deste contexto com os apontamentos de Simone de Beauvoir sobre as mulheres na sua cultura, enquanto estas tinham suas liberdades limitadas para não ousarem a querer ser como os homens, as mulheres, participantes desta pesquisa, tiveram e continuam tendo suas liberdades limitadas, para não ousarem afirmar suas existências políticas, e deslocar-se do lugar de subalternidade. Estas limitações compreendem a negação do acesso a direitos básicos, como sendo uma estratégia de um sistema dominante de impedi-las de refazerem suas identidades, de romperem com seus cativos, de rasgar o véu de um processo histórico que as colocaram no lugar

de sujeição. Devido a sua posição de classe, enfrentam opressões que atuam em conjunto, caracterizando como “a forma específica que o capital patriarcal explora e oprime as mulheres trabalhadoras, camponesas e assalariadas de todo tipo” (LAGARDE, 2005, p. 103).

5.2.2 O ciclo das mães/esposas e as relações familiares

Estas categorias de análise, configuradas em Maternidade e Conjugalidade, estão presentes em todos os contextos culturais e que cercam as mulheres, talvez em um ciclo elaborado com fios de aço, do qual não conseguem se libertar. Trataremos aqui das relações familiares, de como as mulheres em suas narrativas apontam suas experiências com as concepções de mães e esposas.

Segundo Lagarde (2005, p. 363):

Desde el nacimiento y aún antes, las mujeres forman parte de una historia que las conforma como madres y esposas. La maternidad y la conyugalidad son las esferas vitales que organizan y conforman los modos de vida femeninos, independientemente de la edad, de la clase social, de la definición nacional, religiosa, política de las mujeres.

Partindo deste ponto de vista, tornar-se mulher está consubstanciado com as designações de mães e esposas, são lugares que emanam uma diversidade de opressões para os corpos femininos. Estes lugares são moldados no espaço privado, na intimidade das relações familiares, e que refletem no tecer do espaço público. A filósofa Susan Moller Okin (2008) ressalta a importância de adentrarmos nos espaços privados das relações familiares para entendermos a profundidade e a amplitude da construção social e desigual do gênero.

Estas relações estão explícitas nas narrativas das mulheres rurais, participantes desta pesquisa, pois elas evocam as experiências de suas mães para demonstrar como se estruturam as relações de poder no seio da sua família, e seu primeiro contato com questões relacionadas com o casamento, a maternidade e a divisão sexual do trabalho.

As participantes pontuam em suas narrativas que:

Minha mãe casou com 14 anos, ela achava que ia fugir do trabalho braçal e melhorar sua situação, mas foi engano, ela engravidou cedo e teve 10 filhos. Meu pai, também muito jovem, saía para as festas, bebia e namorava, enquanto minha mãe ficava em casa passando necessidade sem ter onde ir buscar nada (AFONSINA MARIA, 46 anos).

Na minha casa quem controlava tudo era meu pai, gastava todo o dinheiro, namorando. Minha mãe não tinha direito a nada. Ela ainda criou os filhos que ele teve fora do casamento (MARIA NEUZA, 34 anos).

A experiência vivenciada pela mãe de Afonsina Maria, mostra as estruturas familiares organizadas em torno do poder do pai e da exploração da mão de obra daqueles que estavam sob seu domínio, a esposa e os filhos, assim como o controle sobre a renda fruto deste trabalho. Estas

relações vão erguendo-se em torno do gênero e das gerações, atravessando as famílias, ainda, na contemporaneidade.

A organização produtiva no seio familiar camponês estabelece papéis muito bem definidos, distribuídos entre seus integrantes através de marcadores de gênero e geração. Dessa forma, a unidade familiar camponesa produz uma estrutura conservadora, heteronormativa, permeada por valores patriarcais, que estabelecem papéis que ressaltam a importância do homem no seio da família e a posição submissa e desvalorizada das atividades femininas (MORAES; NASCIMENTO, 2020, p. 725).

Nesse sentido, as mulheres camponesas seguem um ciclo dentro de suas práticas enquanto mães e esposas, são bem definidas, estão sujeitas a um conjunto de opressões representadas como naturais, indissociáveis do ser mulher. E, como apontado, vão se definindo através das gerações, é o caso de uma das participantes que testemunhou o sofrimento da mãe no casamento e hoje passa por situações semelhantes, como anuncia no seu relato:

Casei com 20 anos, sou mãe de 5 filhos, meu casamento é marcado pelo sofrimento o qual vivencio, devido ao alcoolismo do meu marido. Já aguentei muita coisa por causa dos meus filhos. Minha mãe foi uma guerreira, meu maior exemplo, meu pai era bruto, sabe! Minha mãe só tinha direito de trabalhar, na roça e em casa, ela fazia tudo pela gente. (IZABEL FRANCISCA, 42 anos).

Os relatos aqui apresentados, nos mostram que o casamento se constitui numa instituição poderosa de aprisionamento das mulheres. Nesse contexto, ser esposa é tornar-se submissa ao marido, e vivenciar um regime de servidão que afeta as suas subjetividades. E quando é atravessado pela maternidade, as mulheres se anulam inteiramente em razão da família, se colocando como capazes de aguentar um conjunto de violências porque entendem que é seu dever manter esta instituição erguida. “No meio rural a família é uma instituição que funciona como base para a subsistência do grupo, engendrando sua reprodução social, cultural e econômica, através do contrato social - o casamento” (MORAES; NASCIMENTO, 2020, p. 728).

A filósofa Carole Pateman (1993, p. 175), ressalta que:

A família, no sentido em que o termo é utilizado atualmente, formou-se após um longo processo histórico. As muitas figuras que povoavam a família nos sécs. XVII e XVIII gradualmente desapareceram até que o casal composto por marido e esposa passasse a ocupar o centro do palco, e o contrato de casamento passasse a ser constitutivo das relações domésticas.

A autora ainda aponta que o contrato do casamento era um contrato de trabalho, haja vista a ideia de que se tornar esposa implicava tornar-se dona de casa, significava trabalhar para seu marido no lar conjugal. Essa projeção fortalece a relação desigual dos gêneros dentro dos lares. Essa normatização também chega nos espaços rurais como regra geral a ser seguida, sendo encarada de uma forma tão natural que se torna difícil as mulheres questionarem essas determinações.

Esse discurso em torno da família e do casamento é tão poderoso que não é proferido de homens para mulheres, especificamente, mas por todo o grupo, pelas outras instituições, pelas próprias mulheres, avós, mães, esposas, que se apropriaram dele e inconscientemente levam-no adiante para as filhas, netas, amigas e vizinhas.

Muitas mulheres têm tentado romper com a norma de ter seu futuro direcionado ao casamento, justamente por ter presenciado situações negativas dentro desta relação. Como relata a entrevistada, participante do CRB:

Minha mãe levava muito chifre, o tempo todo, meu pai era muito mulherengo. Eu não consigo pensar em casamento. Tem gente que fala besteira porque eu não casei, mas eu não fico preocupada, não quero nem saber de homem mandando em mim (NUCÍRIA, 44 anos).

As mulheres, quando assumem estas condições, são vistas como transgressoras das expectativas de gênero. Neste caso, o posicionamento acima propõe uma quebra desse ciclo, em que as mulheres vivenciam a entrega de si a um sistema hierárquico de poder o qual aprisiona seus corpos e suas mentes, o casamento.

Sobre sua experiência com o casamento e maternidade, outra participante do CRB relata:

Casei com 33 anos e tenho um filho de 09 anos. Eu amo meu filho, é um presente de Deus! Mas é muita responsabilidade só pra mim, as vezes me sinto sobrecarregada, minha sorte é que minha mãe sempre esteve do meu lado e me ajuda com meu filho, para poder eu trabalhar. Tive que abandonar e fazer muitos planos para assumir a responsabilidade de ser mãe, enquanto o pai, segue seus planos, não se preocupa como eu me preocupo (FRANCISCA CUSTÓDIO, 33 anos)

Nesta narrativa, podemos identificar como a forte presença deste papel do cuidar do outro está vinculado às mulheres, na ausência da mãe tem a avó que assume esta responsabilidade para si.

Nesta condição podemos recorrer a Lagarde (2005, p. 363), quando diz o seguinte:

Ser madre y ser esposa consiste para las mujeres en vivir de acuerdo con las normas que expresan su ser - para y de- otros, realizar actividades de reproducción y tener relaciones de servidumbre voluntaria, tanto con el deber encarnado en los otros, como con el poder en sus más variadas manifestaciones.

Toda essa discussão nos remete às vidas privadas de mulheres camponesas marcadas pelas divisões e hierarquias impostas pelos papéis de gênero. E são questões pertinentes para a compreensão das distâncias que as separam do exercício dos seus direitos. Deixam de ser politicamente ativas porque estão sob as amarras de um contrato social que as colocam em situação de servidão voluntária.

5.2.3 Quanto vale o trabalho das mulheres rurais?

Seguindo a discussão sobre o regime de servidão voluntária das mulheres, estruturado na conjuntura das relações familiares, podemos ressaltar que as mulheres dos contextos rurais são submetidas a jornadas extenuantes de trabalho. Este é um fator que fica evidente ao aproximarmos de suas histórias de vida. É um trabalho gratuito que demanda a maior parte de tempo das suas vidas, divididas entre o trabalho doméstico e o trabalho rural.

Esta conotação de trabalho gratuito é selada com o seu processo de naturalização dos papéis sociais de gênero, que penaliza as mulheres a esta condição de exploração. Neste ponto, partimos para uma reflexão sobre as seguintes questões: Qual o valor do trabalho dessas mulheres? Qual a conotação política existente na invisibilidade do trabalho feminino no campo? Seguiremos numa busca entre suas narrativas e os recursos teóricos/epistemológicos para a compreensão histórica, cultural e social, que determinam as relações de gênero e o trabalho no campo, atravessados por outros marcadores sociais.

Voltemos a refletir sobre os apontamentos de Lagarde (2005), quando ela diz que as mulheres vinculadas aos contextos de sociedade patriarcal, genericamente são submetidas às divisões sexuais que determinam os papéis dos homens e das mulheres. Nestas condições, são colocadas diante de diferentes tipos de opressões. Assim, podemos citar a divisão sexual do trabalho como uma destas categorias genéricas, que serve para posicionar homens e mulheres no campo social.

Trata-se de questão sensível, ainda, porque confere a todas as mulheres uma posição semelhante (a elas são atribuídas tarefas de que os homens são liberados) e porque as distingue dos outros (elas são diferentemente marcadas e oneradas pela divisão de tarefas e responsabilidades segundo os recursos que detém para driblar o tempo e a energia que tais tarefas requerem (BIROLI, 2018, p. 21).

Quando avançamos na investigação das tessituras mais profundas que vão se articulando e dando sentido ao mundo do trabalho e as relações de gênero, é possível perceber que existem entrelaçamentos neste universo que provocam as relações de dominação e exploração em diversos níveis, situadas a partir da marca da diferença, alinhados aos contextos culturais.

A partir das histórias de vida, aqui analisadas, é possível identificar que o trabalho rural exercido por estas mulheres e pelo grupo ao qual pertence é a agricultura de subsistência, cujo objetivo é a sobrevivência da família, característica universalmente adotada pelas famílias da região semiárida do Nordeste.

Segundo Lígia Albuquerque de Melo (2003, p. 91): “Essa forma social de produção, que funciona como o meio de sobrevivência da população da região e também a grande responsável pela

produção de alimentos, sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira”. Esta condição vem arrastando-se historicamente, fazendo emergir uma conjuntura de opressões que aflige a todos do grupo, as mulheres por sua vez vão acumulando essas opressões que partem desde o seu gênero até a classe na qual estão inseridas.

No trabalho da agricultura familiar, todo o grupo está envolvido no processo desde a preparação da terra à colheita. Homens e mulheres trabalham lado a lado, sendo as mulheres capazes de executar as mesmas funções que os homens, fazendo cair por terra o mito da feminilidade atrelada a uma essência frágil do seu sexo.

Trabalhei na roça mais meu pai dos 6 anos até os 19 anos. Debaixo de muito sofrimento e humilhação pelo meu próprio pai. Tive uma infância difícil com minha família, passava necessidade junto com minhas irmãs. Meu pai trabalhava como um desesperado pra nos dar o que comer e beber, mais, mesmo assim faltava. Até eu trabalhava alugado pra comprar minhas coisas, um chinelo... Era uma alegria quando podia comprar um desodorante da Avon pra usar, entende amiga?! (MARIA REGINA, 44 anos).

Eu trabalho na roça, dirijo o trator para tombar a terra. Eu e meu esposo, trabalhamos de sol a sol. Tem gente que fica impressionado comigo conduzindo as máquinas (MARIA NEUZA, 33 anos).

A participação das mulheres no trabalho agrícola é algo inquestionável, porém a invisibilidade deste trabalho ainda é marcante nestes contextos. “O não reconhecimento é processado não apenas pelos homens, como pelas próprias mulheres. O trabalho da mulher é sempre considerado como uma ajuda, sem, portanto, identidade profissional” (MELLO, 2003, p. 91). Esta concepção está atrelada aos discursos genéricos que remetem à função social das mulheres vinculada ao seu sexo. O trabalho agrícola, realizado pelas mulheres, não é visto como um trabalho produtivo, é como se fosse uma extensão do trabalho doméstico, o qual não é atribuído um valor econômico. Por mais que as mulheres desempenhem suas funções agrícolas perfeitamente, na representação social do poder patriarcal, o grande responsável pela produção rural são os homens, e as mulheres são objetos de exploração, mão de obra gratuita, como mostra o relato de mais uma participante do CRB:

Eu, minha mãe, meus irmãos, todo mundo iam para a roça junto do nosso pai, trabalhávamos demais. Enchia os sacos de milho, que lotava um galpão, até o teto. Meu pai vendia e gastava com farra, outras mulheres, nós não tínhamos direito a nada. Minha mãe, criava galinha, capote pra vender e comprar alguma coisinha pra gente, um chinelo, uma roupa (MARIA NEUZA, 34 anos).

Como este testemunho, a tantos outros que vão se articulando e desvendando as tessituras de poder que essas mulheres estão envolvidas, constituindo-se em marcas que conformam suas identidades. Nas entrelinhas destas experiências, é fortalecida e naturalizada a ideia deste trabalho como uma ajuda, uma função atribuída às mulheres e também aos filhos. Segundo Celecina de Maria

Veras Sales (2007, p. 441), o trabalho das mulheres é qualificado como ajuda por ser liderado por um homem adulto, e esta qualificação é presente no interior da família, e nas instituições, sindicatos e órgãos públicos, “o que inviabiliza durante muito tempo o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras e, conseqüentemente a garantia de seus direitos sociais”. Este apagamento do trabalho das mulheres rurais estende-se por toda a sociedade, tornando-se um obstáculo em serem reconhecidas como sujeitas de direitos. Geralmente, quando possui um pedaço de terra, encontra-se no nome do marido, se não são reconhecidas como trabalhadoras rurais, logicamente não participam dos sindicatos ou associações, e assim vão sendo anuladas da participação social e política.

Para esta análise da divisão sexual do trabalho no contexto rural, especificamente no seio da agricultura familiar, podemos utilizar o princípio hierárquico, termo utilizado por Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007 p 599) com o qual especifica que “um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher”. Este princípio serve de mecanismo para posicionar as mulheres e produzir as hierarquias de gênero, segundo a ideologia naturalista. É uma grande teia de poder que aprisiona as mulheres em diferentes dimensões.

Assim, a categoria da divisão sexual do trabalho está no núcleo do sistema reprodutor de desigualdades entre os gêneros, nos diferentes contextos, soma-se a outras categorias de poder, que vão interferir na dinâmica da participação política dos sujeitos. De acordo com Flávia Biroli (2020), é capaz de produzir separações e hierarquizações. O que superficialmente parece algo apenas injusto, particular das ações dos homens, são na verdade estruturas políticas de subjetificação de um grupo sobre outro, são discursos discretos que aprisionam mentes e corpos, com o fim último da manutenção de um sistema dominante.

Hirata e Kergoat (2007, p. 600), ao se referirem ao conceito de divisão sexual do trabalho, apontam que:

A divisão sexual do trabalho não é algo imutável, pelo contrário, ela tem uma incrível plasticidade: suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço, como demonstram fortemente antropólogos e historiadores. O que é estável não são as situações (que envolvem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo.

Evocando esta perspectiva da mudança para a divisão sexual do trabalho, podemos percebê-la nas narrativas, quando a posicionamos na categoria geração. Nas experiências narradas, as participantes partem das histórias de vida das mulheres que as antecederam, suas mães, e posicionando-se quando crianças; quando elas começam a estruturar suas próprias experiências, no tempo presente, há indícios de mutação nessas relações do trabalho.

Vejam alguns desses depoimentos:

Estou presidente na associação de trabalhadores rurais da comunidade onde moro. É um trabalho árduo e prazeroso. Quero dar o meu melhor para aqueles que confiam em mim, quero melhorar a comunidade. Tem gente que tem preconceito por ter uma mulher à frente da associação, mas eu não ligo, faço meu trabalho (MARIA REGINA, 44 anos).

Sou dona do meu próprio negócio, vendo de tudo, roupa, sandália, perfumes; minhas clientes vêm aqui, eu vou na casa delas. Sou empreendedora na minha comunidade (AFONSINA MARIA, 46 anos).

Estou presidente na associação de trabalhadores rurais da comunidade. É muito importante a participação das mulheres. Temos reunião todo mês para saber como está o desenvolvimento dos projetos da agricultura na comunidade (MARIA NEUZA, 34 anos).

Participo da associação de trabalhadores rurais da nossa comunidade, meu sonho é instalar, aqui, uma cozinha comunitária, através do Projeto Paulo Freire. Seria maravilhoso ver essa mulherada, produzindo e ganhando seu próprio dinheiro (NUCÍRIA, 44 anos).

Através das narrativas, revelam-se as mudanças que começam a acontecer na dimensão do trabalho para estas mulheres, a chegada de políticas públicas nestes territórios tem se firmado como um mecanismo importante para essas mudanças. Como é o exemplo do Projeto Paulo Freire, uma política pública instituída no Estado Ceará, para o incentivo ao desenvolvimento dos pequenos produtores rurais.

Sobre a atuação do PPF no Estado do Ceará, apresenta-se o que segue:

Ao todo, 24 mil famílias foram beneficiadas com o Projeto Paulo Freire de 2015 até agora. O programa estimula o fortalecimento de capacidades individuais e coletivas, principalmente no que se refere ao desenvolvimento sustentável e de renda para as famílias extremamente pobres. Núcleos familiares chefiados por mulheres, comunidades indígenas, quilombolas e de pescadores artesanais estão entre as prioridades do projeto. A projeção é de que o programa atende diretamente 228 mil pessoas – 39,57% da população do Ceará (IBGE 2017). (FETRAECE, 2017).

O Projeto Paulo Freire está presente na comunidade onde esta pesquisa foi realizada, e das participantes do CRB, sendo que cinco são integrantes das associações rurais e engajadas no projeto. Para ter acesso aos benefícios do PPF, os produtores rurais precisam organizar-se em associações que estejam inseridas nos sindicatos de trabalhadores rurais. A participação das mulheres nestes espaços é bem significativa, mulheres que vieram de experiências em que as mães foram invisibilizadas no meio social, estão ressignificando essas experiências, avançando para outros espaços, tomando consciência dos seus lugares de direito, mesmo que para isso enfrentem jornadas triplas de trabalho. A conquista desses espaços é forjada na luta, pois retomando a reflexão de Kegoart e Hirata (2003), as dinâmicas das relações de trabalho entre os sexos são mutáveis, mulheres podem ocupar lugares que antes pertenciam aos homens, porém, a distância entre os sexos permanece estável.

5.2.4 É tempo de existir e resistir

Ao contar as histórias de suas avós e mães, entrelaçadas com as suas, as mulheres participantes desse estudo ressaltam o fardo do trabalho pesado, a luta pela sobrevivência do seu grupo, a lacuna deixada pela ausência da escola em suas vidas, vão colocando em evidência os estigmas que acompanham as mulheres rurais no passado e no presente. Porém, nas entrelinhas das suas narrativas, de forma implícita, estão as formas de resistência para o enfrentamento de opressão que se apresentavam a elas. Essas resistências configuram-se em pequenas ações engendradas, no cotidiano, por toda essa geração de mulheres que, ao somarem-se, são traduzidas em atos corajosos de erguerem forças e tentar mudar sua condição. É o que nos mostram os relatos abaixo:

Minha mãe sofreu muito nas mãos do meu pai. Um dia ela criou coragem e se separou, criou a gente com a ajuda da minha avó (MARIA NEUZA, 34 anos).

Minha mãe é meu maior exemplo, ela trabalhava com meu pai na roça e para ter uma renda extra, ela comprava na cidade sabonete, creme dental, desodorante e saía vendendo as pessoas do sítio onde morávamos (FRANCISCA CUSTÓDIO, 33 anos).

Não tive a oportunidade de me formar na escola, hoje meu maior orgulho é ver meus filhos formados nessa escola da comunidade. Eu falo pra eles, estudem para vocês terem experiências melhores que as minhas (IZABEL FRANCISCA, 59 anos).

Lá na associação tem homem que não aceita uma mulher está à frente do grupo. Pois tem que aceitar, os projetos só foram para a frente, depois que eu assumi. O tempo que tinha homens à frente, não vinha nada para a comunidade. Eles têm que entender que tudo que eu faço é para o bem da comunidade (MARIA REGINA, 44 anos).

Sempre estudei na escola da comunidade onde eu moro, minha mãe só fez até a quinta série, não teve condições de continuar os estudos, aqui não tinha escola e ela precisava trabalhar. Aí quando eu passei no vestibular da URCA, ela não me deu apoio, pois tinha que ir estudar na cidade do Crato; disse que era melhor, eu ir procurar um trabalho. Foi através de muita conversa que eu consegui convencê-la, que com o curso superior vou ter mais condições de conseguir um emprego melhor, mudar a nossa condição de vida (CICERA PEDRINA, 19 anos).

Nestes testemunhos, podemos notar um entrelaçamento de questões que desencadeiam diferentes formas de opressões que vão cercando os corpos e as subjetividades dessas mulheres, como também as particularidades de como produzem suas resistências, atravessando as categorias de gênero e geração. São questões que permeiam as relações familiares, que vão emergindo nas práticas enquanto mães, esposas e filhas, e as questões envoltas aos espaços coletivos de convivência do grupo como um todo, como é o exemplo das associações de trabalhadores rurais, apresentado nas narrativas. “Levando em conta a categoria “geração” as mulheres mais velhas são mais carregadas nas suas experiências de se constituírem mulheres rurais, encontram o empoderamento numa travessia de sofrimento e opressões” (MORAES; NASCIMENTO, 2020, p. 726). Essas histórias devem ser contadas para não reforçar a ideia de conformação e passividade dessas mulheres, elas lutaram, e lutam à sua maneira para tentar romper com ciclos de opressões, são enfrentamentos que

se desenham em seus discursos e posicionamentos, individuais e coletivos; transformam suas experiências negativas em chaves para a mudança.

6 O COLETIVO INTERFACES FEMININAS, ALCANCE E EXPERIÊNCIAS VIVIDAS

Neste capítulo, abordaremos sobre como as ações do Coletivo Interfaces Femininas repercutiu na vida e experiências de mulheres rurais.

O Coletivo Interfaces Femininas promove ações no interior de uma escola pública, EEM Patativa do Assaré, local onde esta pesquisa foi desenvolvida, na zona rural do município de Assaré, no interior do Ceará. O coletivo tem como princípio teórico/metodológico a perspectiva de uma educação popular e feminista, advindos das teorias de Paulo Freire e do Feminismo Latino, respectivamente; concentra-se na relação dialógica entre as categorias de gênero e educação popular. O grupo é formado por alunas, professoras, mulheres da comunidade e outros profissionais do município, que agregam as atividades com seu conhecimento, participando de palestras e outras atividades educativas. O propósito é buscar caminhos entre as mulheres que acessam o coletivo através da partilha de histórias de vida, das suas próprias experiências, e provocá-las a refletir sobre o que as tornam mulheres rurais e quais são as lutas que elas travam no campo social das suas existências.

Tendo em vista que estamos falando a partir de um grupo posicionado historicamente, como sujeitos da subalternidade, podemos retomar o significado deste termo a partir de Spivak (2020, p. 12) que diz: “são as camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, de representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”, é preciso que surjam mecanismos no interior do próprio grupo para provocá-los a contestar essa posição subalterna e a superar situações limites.

O cientista político Marcos Del Roio (2007, p. 70), ao apropriar-se dos discursos de Gramsci, em *Cadernos do Cárcere*, evoca uma discussão sobre as possibilidades de emancipação das subalternidades e aponta que “um movimento de emancipação só pode acontecer a partir da auto-atividade das massas, de sua autonomia, da cisão com a classe dominante”. Esta cisão estaria vinculada a uma grande reforma moral e intelectual, uma transformação cultural, o que faria emergir novas subjetividades. Neste sentido, para que este sujeito consiga articular-se para a luta em busca de sua emancipação, precisa estar inserido no seio do seu grupo e entender a composição da sua história social e política.

É nesta perspectiva que o Coletivo Interfaces Feminina segue no desenrolar das suas ações, numa proposta de tessitura de novas subjetividades, dando condições de uma relação dialógica entre as mulheres que constituem a comunidade, abrindo caminho para que elas contem suas histórias e possam tensionar o particular com o universal.

As ações promovidas pelo Coletivo são constituídas por rodas de conversa, palestras e oficinas, todas com temáticas voltadas para as relações de gênero, educação e território. Somam-se com outros marcadores sociais para a compreensão de como a comunidade se organiza em torno destas categorias.

Imagem 9: Encontro com a presidente da Associação de Trabalhadores Rurais da Comunidade Catolé



Fonte: foto da autora/2022

Imagem 10: Encontro com mulheres trabalhadoras rurais na sede da escola Patativa do Assaré



Fonte: foto da autora/2022

Imagem 11: Oficina com as alunas da turma do 3º ano sobre a educação de meninas rurais



Fonte: foto da autora/2022

As mulheres escolhidas para participar desta pesquisa e vivenciar a experiência do Círculo Reflexivo Biográfico são também participantes das atividades propostas pelo Coletivo interfaces Femininas.

6.1 Desencontros e encontros com a escola

6.1.1 A escola e o seu entorno

Neste ponto, a proposta é refletir a potencialidade simbólica das ações do Coletivo, ao serem realizadas no espaço da escola, provocando uma relação dialógica entre a escola e o território. Para isso, evocamos algumas falas que ressaltam o fato de o Coletivo evidenciar as suas experiências pessoais no espaço da escola.

Eu fico muito feliz em saber que tem esse grupo que traz nossas experiências, as experiências de nós mulheres rurais para a escola. É muito importante vir aqui falar da gente e aprender também (NUCÍRIA, 44 anos).

Essas ações aqui na escola, vem trazendo grandes significados na minha vida, são muitos diálogos trocados, a cada encontro, falamos da luta da mulher pela sua independência financeira, a busca pelos seus direitos na sociedade, sobre a importância da liberdade da mulher (MARIA NEUZA, 34 anos).

Este apontamento nos provoca reflexões sobre a formação histórica da escola pública e seu alinhamento político com as classes populares, tendo em vista que das sete mulheres que seguiram

no processo desta pesquisa, cinco não tiveram acesso pleno à escola, pois em sua época não existia escola na comunidade, e estavam confinadas ao espaço invisível do campo.

Vejamos: a escola é um espaço institucional, que produz gênero, articula poderes, está propensa a uma bifurcação, libertar ou aprisionar mentes; é marcada pela educação formal e “numa breve perspectiva histórica da América latina não tem sido uma instituição pensada no acolhimento das classes populares” (ESTEBAN; TAVARES, 2013, p. 293). Assim, a escola pública na América Latina, e mais precisamente no Brasil, se constituiu através do seu caráter excludente das camadas populares. Atendendo a uma demanda política liberal para o desenvolvimento no país, focou na escolarização das massas para atender a demanda do mundo do trabalho, a fim de produzir capital humano para o sistema vigente, capitalista, provocando a desumanização desses grupos; ressaltando que boa parte da população não teve direito ao acesso à escola, como é o caso da população rural, haja vista o foco ser o desenvolvimento industrial das áreas urbanas.

Alicerçada nesta ideia de um progresso linear, a escola pública seguiu numa política de homogeneização de sujeitos e exclusão violenta daqueles marcados pelos estigmas da classe, raça e gênero, por não se enquadrarem na formalização e universalização do saber.

As práticas pedagógicas predominantes na escola básica se mantêm nos marcos da uniformização curricular e da padronização de procedimentos e resultados; não legitimam os saberes populares e desqualifica seus processos de produção de conhecimento como parte da produção da vida (ESTEBAN; TAVARES, 2013, p. 298).

Assim como as mulheres que participaram desta pesquisa deixaram evidente em suas narrativas as dificuldades de acesso à escola, é gigante o contingente que compõe as camadas populares que não tiveram o direito à escolarização e, aqueles que conseguem chegar neste espaço, muitas vezes não avançam nos níveis de ensino, deparando-se com fronteiras que os excluem do processo.

O trecho seguinte é a fala de uma das participantes do CRB, que remete as estas fronteiras de acesso à escola.

No meu tempo era tudo muito difícil, não tinha escola, tinha que pagar se quisesse aprender alguma coisa. Hoje vivo buscando aprender muitas coisas, e tenho muita vontade de saber sempre mais. Gosto de incentivar as mulheres da comunidade a ir buscar conhecimento, pra ter uma vida melhor, aqui não tem mais a EJA, só na cidade, fica difícil da gente tá indo pra lá (MARIA REGINA, 44 anos).

Outra participante relata a perda de um sonho, que era cursar uma faculdade:

Estudei até o ensino médio numa escola da cidade, com muita dificuldade, por conta do deslocamento. Tinha um carro que levava os alunos. Depois consegui me inscrever numa faculdade, no curso de Educação Física, aquelas faculdades que é no final de semana, foi o momento que mais marcou a minha vida, foi quando eu cursava Educação Física e tive que

fechar o curso por falta de condições, o curso era na cidade e tinha que pagar mensalidade, transporte e alimentação. Fiquei muito triste porque é uma matéria que eu sempre quis me especializar. Hoje eu daria de tudo pra terminar o curso, mas devido ao tempo por conta da luta e de tantas responsabilidades, eu não posso (MARIA NEUZA, 34 anos).

Já a participante mais jovem do CRB, concluiu o ensino médio na escola da comunidade, espaço onde os passos desta pesquisa têm permeado, ela aponta:

No ensino médio, fiz parte de uma instituição maravilhosa com uma equipe de professores excelentes que me ajudaram a desenvolver o que eu tinha de melhor, seja como pessoa ou estudante, além de me incentivar a ir em busca dos meus sonhos e acreditar na realização deles (CICERA PEDRINA, 19 anos).

Nestes discursos, podemos perceber os atravessamentos entre gênero e geração, a falta que a escola fez na vida das mulheres mais velhas, no sentido de apresentar-lhe um mundo de possibilidades. Na fala de M.F, ela aponta o processo formativo humanizado por parte da equipe com quem ela conviveu, transformando-se em um mecanismo de esperança.

A participante, que é professora na escola da comunidade, diz:

Para mim é uma honra, seguir contribuindo para a educação das pessoas do meu território, sempre mostrando aos nossos jovens que a mudança só possível através dos estudos, da educação (ANTONIA CUSTÓDIO, 33 anos).

Segundo Esteban e Tavares (2013, p. 299): “a vida social se compõe de lutas, contradições, negociações, disputas e diálogos, a escola é uma arena privilegiada neste embate”. A escola seria um *locus* da imersão das diferenças, um espaço de saberes em disputa. A chegada dessas mulheres, na escola, sujeitas integradas de níveis de escolaridade diferente, porém possuidoras de saberes advindos das experiências, para contar sobre si, seria o deslocamento desse sujeito, posicionado em um lugar de subalternidade para outros espaços de representação simbólica de um poder/saber, dentro do próprio grupo. Ou seja, tomando a posição das mulheres rurais como corpos invisibilizados, historicamente, dentro do grupo o qual ela pertence, ela pode provocar esta guinada na sua posição através dos seus movimentos dentro da comunidade, transitando por espaços que assumem significados de poder, como por exemplo a escola. Este trânsito fortalecerá suas identidades ao refletir a sua existência nos espaços externos, posto que a emancipação inicia-se do local para o global.

Este processo é apontado por outra participante do CRB:

Eu fico com vergonha às vezes, de vir aqui na escola contar as nossas experiências na comunidade para vocês, professores, alunos, tem um saber que a gente não tem né! Mas é importante a gente vir, conversar. Eu gosto daqui da escola, é onde esses jovens vão ter oportunidades (MARIA REGINA, 44 anos).

Neste sentido, a escola pública pode anunciar-se com práticas pedagógicas para a libertação dos sujeitos, porém, precisamos estar cientes de que não ficará livre de uma tensão entre as práticas e normas curriculares dominantes, que perpetuam o projeto de colonização dos sujeitos subalternos e impedem os sujeitos a fazerem a travessia de suas fronteiras e lutar por sua emancipação.

O processo de abrir margem para uma educação contra-hegemônica é parte da história da classe trabalhadora brasileira, tanto no campo como na cidade, seguindo o princípio freireano do uso do diálogo como principal ferramenta de aprendizagem, o qual produz trocas e confrontos ao mesmo tempo.

Segundo Silvia Maria Manfredi (2013, p. 91):

A troca, neste caso, envolve tanto o somatório de conhecimento e informações, no sentido de complementação, como o confronto de posições diferentes. Ou seja, o confronto com o não conhecimento, a contrainformação que desestrutura o conhecimento anterior trazido pelo sujeito, criando a dúvida, a insegurança e a necessidade de ver reafirmadas as diferentes assertivas para confirmá-las.

Tomando este sentido, uma educação contra-hegemônica é gestada no diálogo entre os sujeitos, confrontando ideologias dominantes e fazendo emergir novas categorias de conhecimento.

6.1.2 As potencialidades educativas da experiência

Nesta seção iniciaremos a discussão sobre as potencialidades educativas da experiência, partindo do princípio da evocação das experiências dos sujeitos subalternizados como mecanismo pedagógico para sua emancipação.

Nos fragmentos das narrativas, é possível identificar a relevância que as participantes da pesquisa deram à partilha das suas experiências como técnica geradora de aprendizagens, instituídas nas ações do coletivo e as ressonâncias que estas ações estão trazendo para suas vidas.

Essas atividades, me ajudam a me conhecer melhor, a me tornar uma mulher forte na luta para encontrar meu próprio espaço na sociedade, ouvindo e aprendendo com as experiências de minhas colegas (AFONSINA MARIA, 46 anos).

Eu sempre levo muitas aprendizagens de que não somos só mulheres, somos mulheres determinadas com o queremos e juntas somos mais fortes do que uma só. Vamos entendendo que as mulheres são seres humanos e não um objeto. Eu vejo esta experiência como uma ponte que pode me levar a encontrar dias melhores na minha vida, uma oportunidade de conquistar o que antes eu achava que era impossível. Vou me preparando para quando o desafio chegar, eu estar pronta e surpreender (MARIA REGINA, 44 anos).

As trocas de experiências são postas como instrumento de ação/reflexão para a transformação das mulheres envolvidas neste processo. Contar suas vidas a partir das ações do Coletivo Interfaces Femininas, é produzir uma outra pedagogia para alicerçar campos outros de aprendizagens.

As participantes mais jovens do CRB fazem suas considerações sobre o Coletivo, apresentando o que segue:

De fato, sei que evolui bastante, como pessoa e principalmente como mulher, em todas as experiências compartilhadas com o coletivo. Conhecer mulheres de diferentes idades, cada uma com a sua história e todas de muita luta, com seus sofrimentos e suas alegrias, contadas com leveza e ao mesmo tempo com uma força avassaladora, tudo isso é muito importante pra mim. Pretendo passar todas essas aprendizagens adiante, todas nós mulheres precisamos contar nossas histórias, precisamos ser ouvidas e saber que juntas somos mais fortes (CICERA PEDRINA, 19 anos).

Todos os momentos propostos pelo coletivo são de extrema importância, conhecer outras mulheres, ouvir suas histórias de luta e superação é muito valioso, é um aprendizado. A troca de experiência que acontece durante os encontros, acrescenta demais a nossa vivência, pois nos faz refletir sobre as formas de resistência que nós mulheres desenvolvemos para conquistar nossos espaços, de reivindicar os nossos direitos (ANTONIA CUSTÓDIO, 33 anos).

O envolvimento com as ações do Coletivo tem provocado um processo de busca por um (auto)conhecimento sobre o que constituem as mulheres diante das relações sociais de poder. Além disso, tem provocado um olhar reflexivo sobre as questões de gênero que vão se enveredando por outros caminhos, outras tessituras que dão sentido as questões posicionais como naturais e a-históricas.

Outra participante do CRB, imersa nas ações do coletivo dentro da escola e na comunidade, aponta o poder da coletividade, a estruturação de uma força que pode mover as mulheres para além das fronteiras:

A partir das conversas e troca de experiências adquiridas com todas as mulheres fortes que participam do coletivo, pude perceber o quanto as mulheres são corajosas, o quanto somos fortes e que juntas podemos ultrapassar tudo. Além disso, posso conversar sobre assuntos e histórias de vida que são difíceis de se relatar, o que é muito bom (IZABEL FRANCISCA, 54 anos).

No final da sua fala, ela traduz o Coletivo como espaço de voz, outra questão sensível nas relações de gênero, desnaturalizar falas e potencializar discursos.

Estas falas fornecem pistas de como as ações têm repercutido na dimensão formativa das participantes, e a ferramenta para essa formação são suas próprias histórias de vida, o compartilhamento dessas histórias. Dessa maneira, ao serem evocadas, trazem consigo potencialidades de descrever as posições as quais os sujeitos ocupam no campo social e na dimensão histórica da constituição do seu grupo. Para nossas análises, iremos evocar as palavras-chave que aparecem nas narrativas, como Escola, Mulheres, Experiências, Aprendizagens, Liberdade, Força, termos geradores que podem nos ajudar a elucidar os significados desta experiência proposta pelo Coletivo Interfaces Femininas na conjuntura social da comunidade em que atua. Assim, ressaltamos,

aqui, dois pontos de diálogo a partir das narrativas das participantes: seu entrelaçamento com a escola e a experiência como categoria geradora de aprendizagens.

Nessa perspectiva, ressalta-se que para a realização das ações, o Coletivo utiliza-se de uma prática pedagógica focada na imersão das experiências das sujeitas, evocando suas memórias para que, com isso, situações de aprendizagens sejam criadas, e estas aprendizagens possam ser utilizadas para um projeto de emancipação do grupo envolvido, no caso, as mulheres. Para Jara e Falkembach (2013, p. 162) “constituem experiências, situações existenciais que, ao mesmo tempo em que passam a ser refletidas, vão intervindo no viver e afetando as subjetividades em relação.

Para situarmos esta discussão teoricamente, buscaremos dialogar com o pensamento de Paulo Freire, ao propor uma educação para a liberdade, dimensionada como a emancipação política das camadas populares.

As mulheres que estão na centralidade dessa discussão são sujeitas da classe popular, que se constituem como trabalhadoras rurais, e nesta conjuntura carregam consigo subjetividades que foram produzidas a partir de suas experiências, tanto positivas como negativas. Ressaltamos que “essas experiências abarcam um conjunto de dimensões objetivas e subjetivas de uma realidade histórico-social que estão em permanente movimento” (JARA; FALKEMBACH, 2013, p. 162).

Na tessitura do sistema social dominante, que produz uma identidade de mulher universal, estas mulheres posicionam-se como uma identidade diferente desta que é dada como universal, pois suas experiências diferem das experiências que produzem a noção do que seria uma mulher, compreendida como categoria unificada, baseada apenas no sexo.

Neste sentido, as mulheres que se constituem na diferença, acabam sendo excluídas dos processos políticos que reivindicam os direitos das mulheres, são colocadas em posições de invisibilidade, são corpos sem identidade política no campo das representações sociais, hegemônicas que definem os papéis de gênero. Estes são reflexos políticos e culturais dos processos de colonização dos territórios, que ergueu o mundo em uma dicotomia relacional de dominantes e dominados.

Como alternativa para provocar uma virada neste processo histórico e proporcionar o deslocamento de posição, segundo Paulo Freire (1987), é necessário que os grupos que estão na condição de dominados, oprimidos, devem antes de tudo, conscientizar-se de sua realidade, para então agir sobre ela e provocar a mudança. No seu livro *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (1987) sugere uma relação dialógica entre “ação e mundo / mundo e ação”, implicando na ação humana sobre a realidade em que vivem. Todavia, esta ação não se limita a um puro fazer, mas um “que fazer”, esse “que fazer” só tem sentido com a inserção crítica das massas sobre sua realidade através da práxis, pois nenhuma realidade se transforma a si mesma.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá, dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. Em qualquer destes momentos, será sempre a ação profunda, através da qual se enfrentará, culturalmente, a cultura da dominação (FREIRE, 1987, p. 27).

A partir da teorização de Paulo Freire sobre a pedagogia do oprimido, imaginemos as mulheres rurais imersas nas ações do Coletivo Interfaces Femininas, como este grupo de sujeitas oprimidas, que estão vivenciando este primeiro momento da pedagogia libertadora, através da externalização das suas experiências individuais e coletivas, começando a desvelar o mundo de opressão no qual estão inseridas, diante das relações desiguais de gênero que se erguem no interior do seu grupo e diante das relações desiguais e de estigmas da classe que as atravessam para além do grupo. Após este desvelamento, vão envolver-se em ações transformadoras desta realidade e, assim, teremos uma pedagogia das mulheres em processo de libertação comunitária.

Nesta dimensão pedagógica de uma educação libertadora apontada por Freire, e que hoje é reinventada pelas feministas latino-americanas para a libertação das mulheres deste território, é desenvolvida por meio da prática da educação popular, do diálogo com as camadas populares, uma práxis pedagógica que questiona a lógica do poder dominante. Como ferramenta para este exercício, Paulo Freire utiliza-se dos círculos de cultura para fazer emergir as experiências dos sujeitos, estes por sua vez voltam-se para suas próprias histórias, que por fim tornam-se instrumentos de aprendizagem para a construção da luta pela sua emancipação. Este voltar-se para as suas histórias seria torná-las objetos de análises, para tentar desvendar as lógicas históricas, sociais e culturais que produzem os sujeitos. Seguindo o pensamento de Joan Scott (1999), a experiência não é a origem da explicação sobre os sujeitos, é um instrumento de análise para a produção do conhecimento.

Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz. Esse tipo de historicização representa uma resposta aos/às muitos/as historiadores/as contemporâneos/as que argumentam que uma “experiência” sem problematização é o fundamento de suas práticas; é uma historicização que implica uma análise crítica de todas as categorias explicativas que normalmente não são questionadas, incluindo a categoria “experiência” (SCOTT, 1999, p. 21).

Sobre as potencialidades educativas que emergem das experiências, Jara e Falkembach (2013, p. 163) pontuam:

As experiências são lugares vivos de criação e reprodução de saberes. Uma experiência é marcada fundamentalmente pelas características dos seus protagonistas: homens e/ou mulheres que a vivenciam. Vivemos as experiências com expectativas, sonhos, temores, esperanças, ilusões, ideias e intuições.

Neste caso, são as mulheres as protagonistas desta produção de saberes, são elas que evidenciam seus saberes constituídos em experiências que são dinâmicas e se movimentam junto com elas no tempo e no espaço.

6.2 O programa vozes mulheres

Destacaremos, aqui, o programa de rádio intitulado “Vozes Mulheres”, que tem um caráter educativo e se constitui de uma ação vinculada ao Coletivo Interfaces Femininas, que no momento da pandemia da COVID 19, para não perder o vínculo da sua relação dialógica com as mulheres inseridas em suas ações, já que as escolas fecharam e todos seguiram no isolamento social, reformulou sua atuação através da produção de um programa de rádio.

O rádio é um meio de comunicação que se tornou acessível entre as camadas populares, um instrumento que leva entretenimento e informação. Partindo da premissa de que informação/conhecimento é poder, o rádio configura-se como grande instrumento educativo, gerador de poder para as camadas populares.

O programa em foco traz assuntos em torno das construções sociais de gênero que desorganiza a ordem natural imposta por um poder opressor, patriarcal e capitalista, alcança espaços íntimos das construções de feminilidade e se propõe a refletir criticamente sobre a condição de existência de um modelo de mulher universal, considerando que este pensamento limita o entendimento de todas as interfaces que atravessam os corpos femininos, são questões que estão para além da categoria biologizante do sexo, compreendendo que a produção do gênero é histórico, cultural e social.

A denominação “Vozes Mulheres” foi pensada e inspirada no poema da escritora Conceição Evaristo. Assim, através de um espaço concedido em uma rádio local do município de Assaré/CE, o programa foi ao ar, dando continuidade em fazer ecoar as experiências femininas, partindo do local para o global. Tornou-se um espaço coletivo e abrangente de partilha de experiências, onde várias mulheres da comunidade puderam participar e testemunhar suas histórias de vida. Assim, já passaram pelo programa mulheres que são professoras, vereadoras do município, advogadas, trabalhadoras domésticas, mães, jovens, líderes de sindicatos rurais, trabalhadoras, todas com histórias relevantes para contar e provocar a reflexão naqueles que estão na condição de ouvintes. O programa vai ao ar aos sábados, pela manhã, com uma hora de duração, é transmitido pela rádio e através do Instagram do Coletivo, com temáticas diversas, geralmente atendendo pedidos das ouvintes sobre temas que elas desejam que sejam abordados, ressaltando que os ouvintes, em sua maioria, são mulheres.

Imagem 12: Card de divulgação de um dos programas Vozes Mulheres



Fonte: rede social do Coletivo Interfaces Femininas

Para melhor apresentação e compreensão dos dados coletados, dividiremos este capítulo em dois subtópicos: Quem são as mulheres/ouvintes do programa; e os impactos do programa “Vozes Mulheres” para suas ouvintes.

6.2.1 Quem são as mulheres/ouvintes do programa “Vozes Mulheres”

Para traçar um perfil e conseguirmos identificar quem são as mulheres que acompanham o programa Vozes Mulheres e de onde elas acompanham, inserimos, no questionário, algumas perguntas objetivas que nos forneçam estas informações, tais como: a idade, o estado civil, a escolaridade, onde residem, o que fazem.

Estes indicadores serão apresentados nas tabelas que seguem, em conformidade com o que foi extraído dos vinte e dois formulários de pesquisa.

Tabela 1: Faixa etária das ouvintes do programa “Vozes Mulheres”

Faixa Etária	Nº	%
15 a 20	1	4,5
21 a 30 anos	4	18,2
31 a 40 anos	15	68,2
Acima de 41 anos	2	9,1
Total	22	100

Fonte: pesquisa direta

De acordo com as respostas das mulheres/ouvintes, suas idades estão situadas entre 15 e 50 anos, o maior número de mulheres que acompanham o programa estão na faixa de idade entre 31 a 40 anos, configurando um total de 68,2% das ouvintes.

Tabela 2: Raça/etnia das ouvintes do programa “Vozes mulheres”

Raça/etnia	Nº	%
BRANCA	7	31,8
NEGRA	2	9,1
PARDA	13	59,1
Total	22	100

Fonte: pesquisa direta

As mulheres respondentes da pesquisa, em sua maioria, se consideram pardas, apresentado um total de 59,1%. Em menor número, estão as que se consideram negras, apontando apenas 9,1%, e as mulheres que se consideram brancas chegam a um total de 31,8%. Estes dados nos fornecem pistas sobre a diversidade étnica das mulheres/ouvintes do programa, porém um número muito reduzido de mulheres que se consideram negras.

Tabela 3: Escolaridade das ouvintes do programa “Vozes Mulheres”

Escolaridade	Nº	%
Não alfabetizadas	0	0
Ensino Fundamental I	1	4,5
Ensino Fundamental II	3	13,6
Ensino médio	6	27,3
Graduação	2	9,1
Pós-Graduação	10	45,5
Total	22	100

Fonte: pesquisa direta

Diante das informações sobre o grau de escolaridade das respondentes, todas são escolarizadas, apresentando maior número de mulheres com pós-graduação, 45,5%, logo após estão as mulheres com o ensino médio completo, 27,3%. Aquelas que têm apenas o fundamental I, concentram-se em 4,5%, ou seja, das 22 entrevistadas, apenas uma estudou, somente, até a 5ª série.

Tabela 4: Ocupação das ouvintes do programa “Vozes Mulheres”

Ocupação	Nº	%
Agricultora	4	18,2
Assistente Social	1	4,5
Auxiliar de serviços gerais	1	4,5
Autônoma	1	4,5
Doméstica	1	4,5
Enfermeira	1	4,5

Estudante	3	13,6
Monitora Escolar	1	4,5
Professora	8	36,4
Recepcionista	1	4,5
Total	22	100

Fonte: pesquisa direta

A ocupação das mulheres apresenta-se de forma bastante diversificada, sendo que há uma concentração maior nas atividades ligadas à Educação, com 36,4% exercendo a função de professora e 13,6% são estudantes. Mulheres agricultoras também aparecem na lista com 18,2%.

Tabela 5: Renda mensal das ouvintes do programa “Vozes Mulheres”

Renda Mensal	Nº	%
Menos que um salário mínimo	5	22,7
Um salário mínimo	1	4,5
Mais de um salário mínimo	10	45,5
Somente Benefício (Bolsa Família)	4	18,2
Não possui renda	2	9,1
Total	22	100

Fonte: pesquisa direta

Sobre a renda mensal, enquanto há um número significativo de mulheres que ganham mais de um salário mínimo, correspondendo a 45,5%, apresentam-se, também entre elas, as que apontam receber menos que um salário mínimo por mês ou apenas o benefício do governo, o Bolsa Família, e outras, 9,1% não possuem renda mensal.

Tabela 6: Estado civil das ouvintes do programa “Vozes Mulheres”

Estado civil	Nº	%
Solteira	8	36,4
Casada	11	50
União Estável	3	13,6
Total	22	100

Fonte: pesquisa direta

As mulheres que responderam ao questionário são, em sua maioria, casadas, somando-se 50% das entrevistadas, e os outros 50% estão divididas em solteiras com 36,4% e as que estão em uma união estável, com 13,6%.

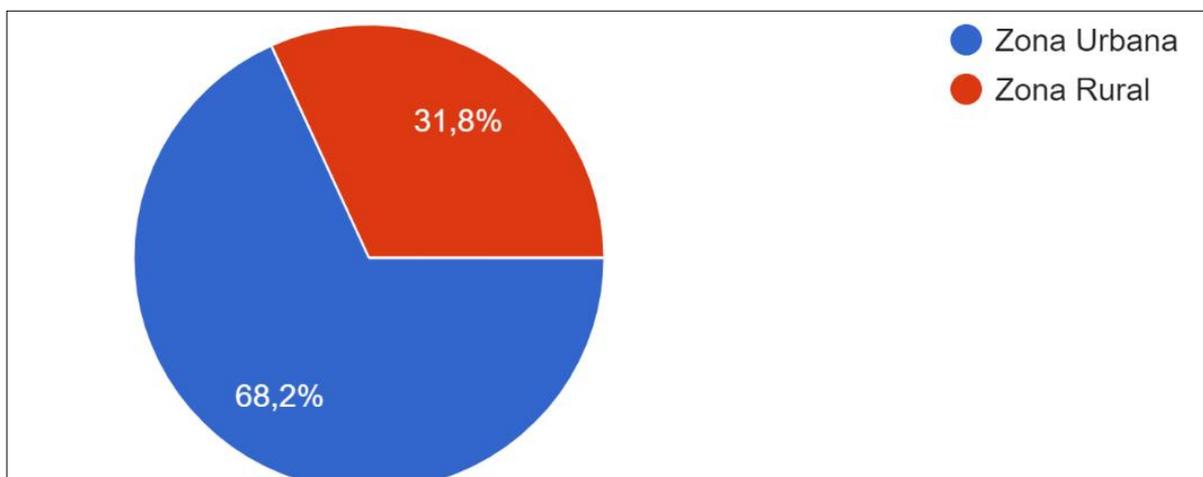
Tabela 7: Mulheres/ouvintes com e sem filhos

Filhos	Nº	%
Mulheres com filhos	15	68
Mulheres sem filhos	7	32
Total	22	100

Fonte: pesquisa direta

Sobre a experiência da maternidade entre as respondentes, 68% são mães, enquanto 32% delas não têm filhos. Assim, diante destes dados, podemos situar a maioria das entrevistadas como mulheres que vivenciam a maternidade, juntamente com as responsabilidades desta tarefa.

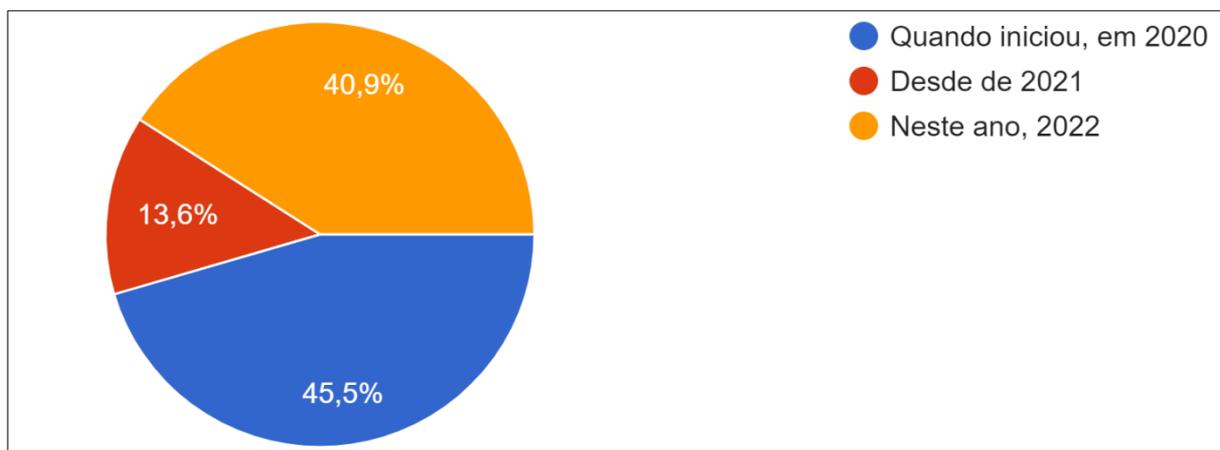
Gráfico 1: Domicílio das ouvintes do programa “Vozes Mulheres”



Fonte: pesquisa direta

Os dados sobre o domicílio das mulheres/ouvintes, respondentes desta pesquisa, apresenta um panorama do local onde estas mulheres acompanham o programa “Vozes Mulheres, dentro do município de Assaré/CE. Concentrando-se um número maior de ouvintes na zona urbana, com 68,2% e na zona rural com 31,8%. O alcance do programa na zona rural ainda é muito tímido, uma hipótese para esta questão, que ainda inviabiliza o trânsito de informações na zona rural, seria o acesso à conectividade.

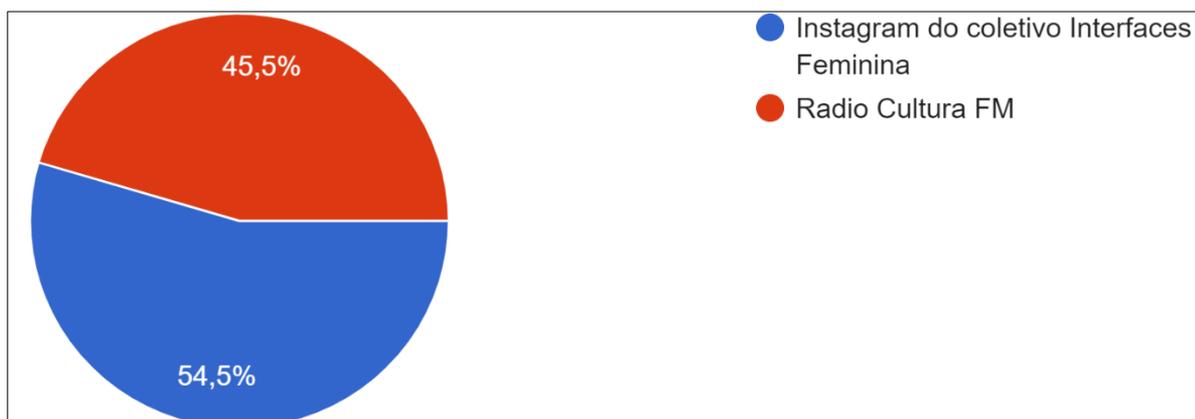
Gráfico 2: Desde quando acompanham o programa “Vozes Mulheres”



Fonte: pesquisa direta

O programa “Vozes Mulheres” foi ao ar pela primeira vez em agosto de 2020 e segue até os dias atuais. Assim, os dados revelam que a maioria das entrevistadas, somando 45,5%, acompanham o programa desde quando iniciou. 13,6% delas só começaram acompanhar o programa em 2021, enquanto 40,9% tornaram-se ouvintes neste ano de 2022.

Gráfico 3: Meio de comunicação pelo qual acompanham o programa “Vozes Mulheres”



Fonte: pesquisa direta

De acordo com os dados coletados, ficou evidenciado que 54,5% das mulheres ouvintes do programa acompanham pelo Instagram, e 45,5% acompanham pelo rádio, o que demonstra um percentual bem próximo entre os dois canais de comunicação.

Ao unificarmos o público, a maioria são casadas, com filhos, pardas, com renda mensal acima de um salário mínimo, pós-graduadas. Ao focar na renda, na escolaridade e na raça, de maneira superficial, como se apresenta, diríamos que temos avançado numa condição próspera para as mulheres que se posicionam nas camadas populares, mas, não podemos nos enganar, tendo em vista que estes dados são uma pequena amostra para este trabalho e, apenas 22 mulheres responderam a este questionário. Para além disso, os dados que devem nos provocar são aqueles que ainda estão no silenciamento, que aparecem discretamente demarcando as desigualdades sociais nos nossos contextos históricos.

6.2.2 Os impactos do programa “vozes mulheres” para as suas ouvintes

O programa “Vozes Mulheres” articula-se em uma experiência pedagógica radiofônica que, pelas ondas do rádio, vai comunicando conhecimento e tecendo novas aprendizagens. A opinião das mulheres/ouvintes sobre como elas percebem o programa, nos dará uma dimensão avaliativa desta ação.

O programa é muito importante, informa e traz conhecimento sobre os direitos das mulheres na nossa sociedade, que é tão machista (O.N1).

Traz conhecimento sobre nossos direitos em uma linguagem simples e acessível (O.N18).

Coloca as mulheres em destaque, nos ensina sobre nossos direitos (O.N10).

Fala do empoderamento das mulheres e dos nossos direitos (O.N3).

Ao enfatizarem que o programa viabiliza o conhecimento sobre os direitos das mulheres, nos provocam a pensar na seguinte situação: se as mulheres ainda não têm conhecimento sobre seus direitos já conquistados, como poderão ter acesso a esses direitos? E se não têm acesso, como poderão lutar por algo que desconhecem? Isto implica na manutenção das desigualdades entre os gêneros e o distanciamento entre as mulheres e a conquista de direitos.

O direito à informação está estritamente vinculado à efetivação de outros direitos humanos: com ele, podemos exigir e exercer nossos direitos. O acesso à informação é um direito instrumental para combater a desigualdade de gênero, especialmente no que tange à promoção de uma vida livre de violência e de discriminação (PAES, 2016, p. 5).

Nesta percepção, a privação do acesso à informação pode causar grandes estragos entre os grupos das camadas populares. Ao situar as mulheres nesta condição, Bárbara Paes, em seu livro *Acesso à Informação e Direitos das Mulheres*, pontua:

Práticas discriminatórias da nossa sociedade têm dificultado que as mulheres busquem e demandem informação pública. Problemas como falta de acesso à educação, baixo nível de poder econômico, restrições no acesso à tecnologia, além de outras barreiras sociais, acabam prejudicando o exercício do direito das mulheres de obter informação livremente (PAES, 2016, p. 8).

Não é por falta de interesse que as mulheres não buscam informações, ou buscam em menor grau, sobre seus direitos. Há todo um conjunto de fatores que vão significando esta condição, que vai ser definida em graus distintos sobre mulheres situadas em lugares diferentes no campo social. A falta de informação e conhecimento ergue fronteiras que se tornam obstáculos para a emancipação das mulheres e para a promoção da sua cidadania.

Nesta dimensão, a finalidade do programa *Vozes Mulheres* é levar informação e conhecimento para suas ouvintes, em uma ação de democratização dos espaços midiáticos, já que se utiliza de dois canais de transmissão, e acaba por alcançar públicos distintos. As mulheres são colocadas diante da divulgação e produção do conhecimento referente aos seus direitos, vão confrontando questões e construindo mecanismos de empoderamento para mudar a sua condição. O conceito de empoderamento o qual utilizamos aqui é o apresentado por Joice Berth (2019, p. 23): “é uma postura de enfrentamento da opressão para a eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade”.

Em um movimento político, o programa condiciona as ouvintes a se perceberem como sujeitos de direito, um corpo político, diante das relações sociais e culturais do seu contexto.

As temáticas abordadas no programa são dimensionadas de acordo com a realidade local, as mulheres/ouvintes podem dar sugestões de temas que elas gostariam de ter mais conhecimento. Sobre os assuntos abordados no programa, as participantes, ao responderem o formulário, foram solicitadas a mencionarem as temáticas as quais elas acharam mais relevantes. As respostas estão organizadas na Tabela 8, seguindo uma sequência de temas mais citados para os menos citados.

Tabela 8: Temas citados pelas mulheres/ouvintes

TEMAS	Nº	%
Violência Doméstica	7	31,8
Direitos das Mulheres	4	18,2
Mulheres rurais	3	13,6
Mulheres em espaços de poder	2	9,1
Abuso sexual	1	4,5
Abandono paterno	1	4,5
Sororidade	1	4,5
Homofobia	1	4,5
Dependência afetiva	1	4,5
Relacionamento abusivo	1	4,5
Total	22	100

Fonte: pesquisa direta

Entre os temas apontados, as abordagens que versam sobre a “Violência Doméstica”, estão entre as mais citadas, com 31,8% das respostas; logo em seguida, as discussões sobre “Direitos das Mulheres”, com 18,2%; e em terceiro lugar estão os conteúdos sobre “Direitos das Mulheres Rurais”, com 13,6%. Outro tema pontuado por mais de uma entrevistada foi “Mulheres em espaços de poder”, com 9,1%. Os outros temas apontados apresentaram uma variação de interesses em questões que também estão entrelaçadas com as relações de gênero.

Se as mulheres têm acesso a essas discussões e tantas outras, que tecem as genealogias das suas opressões, vinculadas às relações de gênero, armam-se deste conhecimento, descobrindo as raízes do problema, para produzir suas próprias formas de resistência. De acordo com Bento (2021, p. 140) “o corpo feminino é um alvo simbólico da execução do poder sexista, patriarcal. Está condenado aos silêncios históricos”.

As violências contra os corpos das mulheres são construídas, historicamente, por discursos sexistas, originados no contexto da sociedade patriarcal, somados às opressões de raça e classe, que fortalecem a ideia de objetificação destes corpos e sua submissão nas relações de poder.

Segundo Rosa (2016, p. 150), “existe uma forte banalização da violência, de forma que há uma tolerância e até um certo incentivo da sociedade para que os homens possam exercer sua virilidade baseada na força/dominação com fulcro na organização social de gênero”. A autora aponta, ainda, para o caráter do silenciamento da sociedade diante dessa questão da violência. Assim, em diálogo com esta ideia, enfatizamos a importância de se construir espaços de falas para que as vítimas dessas violências possam se pronunciar e romper silêncios.

O programa Vozes Mulheres tem por objetivo provocar o diálogo com as mulheres/ouvintes, chamá-las para o debate, e esse chamamento vai despertando sentimentos que podem movê-las para o despertar de consciência crítica. Sobre esse sentimento, uma das ouvintes fala:

Escuto esse programa com alegria, satisfação por saber que tem pessoas de forma voluntária que são capazes de compartilhar inúmeros conhecimentos acerca de tantas temáticas importantes para nós mulheres (O.N3).

Paulo Freire (2020), em *Pedagogia da Autonomia*, diz que há uma relação entre a alegria e a esperança, a esperança faz parte da natureza humana, se há esperança, há um “que fazer” para mudar as realidades. Esta questão posiciona o programa como uma prática educativa da esperança.

No formulário de entrevista, as participantes são provocadas a responderem que sentimento o programa “Vozes Mulheres” tem causado nelas. As respostas estão condensadas na Tabela 9:

Tabela 9: Sentimentos que o programa provoca nas mulheres

Sentimentos	Nº	%
Alegria	3	13,6
Amor	1	4,5
Coragem	8	36,4
Gratidão	3	13,6
Empatia	1	4,5
Esperança	3	13,6
Liberdade	3	13,6
Total	22	100

Fonte: pesquisa direta

Quando as ouvintes expõem seus sentimentos em relação ao programa, elas nos dizem como esta prática educativa tem ressoado em suas subjetividades. Sobre ressoar, Nívea Ivette (2017, p. 99), apresenta como “aquilo que sinto quando escuto, é aquele sentimento de aceitação ou rejeição que tal palavra produz em mim, aquele diálogo que meu eu estabelece com a palavra escutada”.

Nas falas das ouvintes, o programa vai tomando corpo com uma prática educativa, que vai se desenhando em uma relação dialógica com as mulheres/ouvintes a partir de suas experiências, do seu contexto social e cultural. Toma para si uma dimensão feminista, por focar nas questões

direcionadas as mulheres, evocando suas experiências e vivências, e articulando com uma produção das relações de poder, no tempo e no espaço.

Ao relatarem suas experiências como ouvintes do programa, as respondentes do questionário apontam:

Depois que eu passei a entender que não somos mercadoria de ninguém, passei a impor meus direitos (O.N4).

Tem feito eu pensar sobre nosso contexto, enquanto mulher, e querer mudar essa realidade (O.N9).

Aprendi que temos que usar nossa voz para dizer as violências que nos atinge (O.N17).

Me sinto encorajada a ajudar outras mulheres que precisarem de mim (O.N20).

Eu aprendi que as mulheres domésticas tem que lutar pelos seus direitos (O.N6).

As violências atingem mais as mulheres negras e pobres, isso tem que mudar, os direitos tem que ser para todos (O.N22).

A partir destes diálogos, as mulheres expõem as possíveis aprendizagens que estão deixando emergir a partir da sua imersão no programa. Estas aprendizagens provocam a ação, um “que fazer”, parafraseando Paulo Freire, para a mudança. Nesta dinâmica, o programa Vozes Mulheres evoca para as bases da sua prática pedagógica um feminismo popular. Segundo Claudia Korol (2016, p. 147):

Os feminismos populares nasceram do movimento das mulheres, eles o desafiam, seduzem, questionam; eles fazem política baseada fundamentalmente no acompanhamento e na pedagogia ajudando a pensar as opressões não a partir da vitimização, mas buscando o poder e a energia para enfrentá-los.

Pensando nesta junção, de uma Pedagogia Popular Feminista, o programa “Vozes Mulheres” seria um instrumento radiofônico com o intuito de ecoar vozes de mulheres que tentam alcançar outras vozes nas comunidades rurais e urbanas no entorno da cidade, onde ele acontece. Como as mulheres da comunidade podem assumir a posição de ouvintes e participantes ativas do programa, elas falam e escutam outras mulheres, e vão se percebendo em uma rede de apoio, uma ressonância de sororidade que implica entrar em processos de diálogos, aprendizados, pedagógicos e políticos. “A ressonância sororal é parte de nosso processo de desconstrução e reconstrução no mundo” (LA PAZ, 2018, p. 99). Através das ondas do rádio as vozes femininas dialogam a partir das suas opressões, dos corpos submissos e também das formas de enfrentamento, de maneira sutil e sem alarde essas vozes chegam aos espaços privados onde as violências, os amputamentos e a configuração do poder patriarcal se constituem de diversas maneiras.

Apropriar-se do ato da fala é engajar-se em uma luta política pela existência, o feminismo popular está nas entrelinhas destas falas. Atreladas aos posicionamentos das mulheres em seu cotidiano, elas usam a sua voz para anunciar e ao mesmo tempo denunciar as condições de vida que lhe são impostas todos os dias.

Enquanto sujeitos principais das ações coletivas, as mulheres também podem representar um novo e possível modo de recomposição de todas as experiências individuais e coletivas. O significado da atuação da mulher na vida social não é direto, mas sim um produto das coisas que faz e produz. O significado que atribuímos às ações das mulheres está relacionado às atividades que elas desenvolvem na interação social concreta e que são essenciais, mas que socialmente não tem valoração significativa. Torna-se urgente entender a organização social e articular a natureza de suas inter-relações para compreender como funciona a construção com base no gênero (ESTIVALET, 2018, p. 300).

Ao pensar a democracia sem a participação das mulheres na diversidade dos seus lugares de fala, os feminismos populares entendem que este modelo de democracia é excludente e segregacionista. Não é compatível com a proposta de uma política emancipatória. Na busca por uma sociedade outra, na efetivação da democracia, grupos de mulheres têm se constituído em torno de suas questões em comum para unir forças e voz na luta pelos seus direitos e questionam a unilateralidade do movimento feminista ocidental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo social é tecido por relações dinâmicas de poder, que se movimentam, produzem e reproduzem seu curso e suas posições. Nestas relações, o princípio para este movimento é a experiência, pois os sujeitos são compostos pela experiência e, através dela, se movimentam no campo social. É pela experiência que as dimensões do humano são refeitas e postas socialmente e historicamente. O mover-se nesta pesquisa proporcionou o encontro com este campo da experiência, para a compreensão de como as sujeitas se colocam frente às situações de opressão e anunciam suas lutas pela emancipação.

Desta maneira, esta pesquisa se propôs a analisar as ações do Coletivo Interfaces Femininas, sob a perspectiva das Pedagogias Populares Feministas, seu alcance e impactos na vida cotidiana e organização das mulheres que acessam o Coletivo numa perspectiva de emancipação. Para este objetivo, foi necessário acessar a vida das mulheres, envolvidas neste processo, de maneira mais minuciosa, buscando os pormenores que as constituem como as mulheres que são, assim como a forma como se deslocam dentro dos espaços que ocupam. O trabalho foi elaborado mediante a relação dialógica entre o campo teórico/epistemológico dos feminismos populares e da educação popular com as narrativas e depoimentos das mulheres participantes das ações do Coletivo Interfaces Femininas. Como pontos chave de análise, foram evocadas as ações que o Coletivo realizou, utilizando o espaço da escola e o programa de rádio “Vozes Mulheres”.

Esta imersão resultou em discussões aguerridas. As histórias de vida das participantes da pesquisa, construídas através dos Círculos Reflexivos Biográficos, desvelaram as categorias de poder que marcam seus corpos, inscritos no território rural. De um lado as violências invisíveis e silenciosas, como a exploração no trabalho, a invisibilidade no acesso aos direitos, as sujeições nas relações conjugais e familiares e, do outro lado, suas tentativas de libertação das situações de opressão, a busca por dignidade e direitos.

Como mecanismo principal de auxílio nesta travessia de corpo/objeto para corpo/sujeito, elas apontaram a partilha de experiências, que se deram entre elas e suas mães e avós. Seguindo este mesmo discurso, elas apontam a partilha de experiências, vivenciadas nas ações do coletivo, como modo de projeção de poder, através das aprendizagens que desenvolvem no grupo, uma aprendizagem coletiva. Estas aprendizagens estão voltadas para a questão da construção de suas identidades, na partilha da experiência, voltam-se para si, a fim de compreender quem são, como estão posicionadas no interior das relações sociais da sua comunidade.

Um ponto relevante para ressaltarmos é o papel da escola na comunidade. Como sendo o local das fronteiras, saberes e experiências cotidianas se cruzam com um saber institucional,

hegemônico. Este encontro provoca tensões e reflexões em torno da construção da identidade dessas mulheres e do grupo envolvido. As vozes das mulheres são vozes que emergem de silêncios rompidos, elas aprenderam a falar e seguem na disputa para erguer suas vozes e contar suas histórias.

O programa “Vozes Mulheres” têm buscado se constituir em um mecanismo de potencialidades contra a sujeição de mulheres através da palavra. Sobre as premissas de um feminismo de base popular, se traduz numa dialética entre o enquadramento da ideia de mulher universal, formulado por um feminismo eurocêntrico, e as experiências cotidianas, particulares, de mulheres da comunidade onde o programa materializa-se.

Nesta dialética, segue produzindo incômodos, com o objetivo de gerar uma consciência crítica/reflexiva sobre as relações de poder que regem a vida em sociedade. Provoca seus/suas ouvintes a engajarem-se na luta pelo fim da violência contra as mulheres, a conhecerem seus direitos e a reclamarem por políticas públicas, a denunciar as situações de sujeição das mulheres da comunidade, a evocar a efetivação de ações intersetoriais na garantia dos direitos e proteção à vida. Nessas provocações, tensões são estabelecidas envolvendo as relações de poder já estabelecidas, e rebela-se pela ousadia de questionar a normatividade hierárquica presente na organização social e suas reais intenções.

Pensando na integração política e subjetiva do programa “Vozes Mulheres”, que transita pelas ondas do rádio, podemos pensar em um programa em constante movimento, ao passo que leva as dimensões políticas das teorias feministas para o espaço privado das casas das suas ouvintes, convida essas mesmas sujeitas a falarem de si, e a fazerem o movimento contrário: levar suas experiências para a dimensão pública e rasgar o véu do silêncio que as impõem em condição de submissão.

Situando estas atividades no campo pedagógico, o Coletivo Interfaces Femininas arma-se de uma prática educativa popular e feminista. Articula-se na comunicação com as experiências das mulheres para alcançar reflexões mais íntimas e precisas sobre o cotidiano e a imersão política dessas mulheres para a mudança. A experiência desta pesquisa, tencionando as mulheres das camadas populares, educação e feminismos, sugere uma contínua reflexão, um “que fazer” para que essas mulheres continuem em movimento, são passos que vem de longe fazendo e refazendo seus caminhos, se os caminhos não se apresentam, abrem veredas e fazem suas passagens.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. A aventura do diálogo (auto)biográfico: narrativas de si/narrativas do outro como construção epistemo-empírica. *In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (orgs.). Educação Popular: lugar de construção coletiva.* Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

ALVAREZ, Sonia E. *et al.* Encontrando os feminismos latino americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, 2003.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** São Paulo: Boitempo, 2019.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo.** Coleção: Primeiros Passos, São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1991.

ANZALDÚA, Gloria. “La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciencia”. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v. 13, n. 3 p. 704-719, set./dez., 2005.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Polém, 2019. 150 p

BALLESTRIN, Luciana. Feminismos Subalternos. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, 2017.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v.2, n.11, p.89-117, 2013.

BARRAGAN, Alba Margarita Aguinaga et al. **Pensar a partir do Feminismo.** [s.n.t.].

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: A experiência vivida;** tradução de Sérgio Milliet. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BENTO, Berenice. **Brasil, ano zero: Estado, gênero, violência.** Salvador, Editora da UFBA, 2021, 258 p.

BERTH, Joice. **Empoderamento.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, 189 p.

BIROLI, Flavia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução: João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação**, n.19, p. 20-28, jan./abr., 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, v. 6, n. 1, p. 51-62, jan./dez., 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRILLO, A. F. “A Educação Popular como Prática Política e Pedagógica emancipadora”. *In*: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (orgs.). **Educação Popular: lugar de construção coletiva**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 96-124.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n.19, p. 283-302, jul., 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, jan./jun., 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HELOISA, Buarque de Holanda [et al.]. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 121p.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n. 02, p. 359-371, mai./ago., 2006.

DELORY-MOMBERGER, Christine. A pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber do singular. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, Salvador, v. 01, p. 133-147, jan./abr. 2016.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). *In*: HIRATA, H. *et al.* (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 173–178.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

ESTEBAN, Maria Teresa. TAVARES, Maria Tereza Goudard. Educação Popular e a Escola Pública: antigas questões e novos horizontes. *In*: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (orgs.). **Educação Popular: lugar de construção coletiva**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

ESTIVALET, Anelise Gregis. O cunho renovador da história das mulheres: uma análise no âmbito do Projeto Mulheres da Paz. *In*: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cassia. (org.). **Estudos Feministas, Mulheres e Educação Popular**. São Paulo: Liber Ars, v. 2, p. 299-314 2018.

FEMINIAS, Maria Luisa. Esbozo de un feminismo latinoamericano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, jan./abr., 2007.

FERRAROTTI, Franco. **Sobre a autonomia do método biográfico**. Sociologia – Problemas e Práticas nº 9, 1991, p. 171-177. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1239/1/13.pdf> Acesso em: 10 jun. 2021.

FETRAECE. Projeto Paulo Freire: Governo do Ceará investe R\$ 37,9 milhões em cooperativas e produtores rurais. 25 de outubro de 2017. Disponível em < <https://fetraece.org.br/projeto-paulo-freire-governo-do-ceara-veste-r-379-milhoes-em-cooperativas-e-produtores-rurais/>> acesso em 22 de novembro de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 66 ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971. 325 p.

GARCIA, Carla Cristina. **Uma breve história do feminismo**. São Paulo: Editora Claridade, 4 ed. 2015.

GOHN, Maria da Glória. Educação popular e Movimentos Sociais. *In*: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (orgs.). **Educação Popular**: lugar de construção coletiva. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GROSSI, Miriam (org.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. PAULA, Marlúbia Corrêa de. Análise Textual Discursiva: Entre a análise de conteúdo e análise do discurso. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v.8, n.19, p. 677-705, dez., 2020.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro – 11. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática de liberdade. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, on-line, São Paulo, n.132, set./dez., 2007.

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Revista Educação**, ano XXX, p. 413-438, 2007.

KOROL, Claudia (org.). Hacia una pedagogia feminista. Géneros y educación popular. **Cuadernos de Educación Popular**. Editorial El Colectivo/América Libre: Buenos Aires, 2007.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo cotidiano**. Tradução. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: De madresposas, monjas, presas, putas y locas**. México: UNAM, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEVRE, Fernando; Lefevre, Ana Maria Cavalcanti. **Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas**. *Texto Contexto Enferm*, v. 23, n. 2, abr./jun., 2014. Disponível em <http://www.index-f.com/textocontexto/2014/23232.php>
Acesso em: 27 dez. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: HELOISA, Buarque de Holanda; VAREJÃO, Adriana [et al.]. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 384p.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial: Estudos feministas**. *Revista Estudos Feministas – REF*, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2003.

MANFREDI, Silvia Maria. A Matriz Freiriana de educação problematizadora recriada nas práticas de educação sindical. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (orgs.). **Educação Popular: lugar de construção coletiva**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

MCLAREN, Margaret A. **Foucault, Feminismo e Subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

MIÑOSO, Espinosa Yuderkys. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HELOISA, Buarque de Holanda; VAREJÃO, Adriana [et al.]. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 97p.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva: Processo Reconstutivo de Múltiplas Faces**. *Ciência & Educação*, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Rev. Estudos Feministas*, v 16, n.2, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 39, n.1, p. 13-37, 1996.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Narrativas Autobiográficas e Religiosidade** / Ercília Maria Braga de Olinda; Renata Marinho Paz (Orgs.). Fortaleza: EdUECE, 2020.

OLINDA, EMB; PINTO, ECB. O círculo reflexivo biográfico na pesquisa com jovens da periferia de Maracanaú-CE. **Revista @mbienteeducação**. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 12, n. 2, p. 263-286, mai./ago., 2019

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Traduzido por Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PASSEGGI, Maria da Conceição. A Experiência em formação. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 34, n.2, p. 147-156, mai./ago., 2021

PAES, Bárbara. **Acesso à informação e direito das mulheres** [livro eletrônico]. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2016.

PAZ, Nivia Ivette Núñez de. Falando de feminismos... corpos, espaços e ressonâncias. *In*: Castro, Amanda Motta (Org.) **Estudos feministas – mulheres e educação popular – 2º volume**, São Paulo: LiberArs, 2018

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte de escuta**. Tradução: Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, Gênero e História**. *In*: PEDRO, Joana. UNICAMP: Disponível em: http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf . Acesso em: 15 dez. 2021.

ROIO, Marcos Del. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Rev. Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, p. 63-78, nov. 2007.

ROSA, Graziela Rinaldi da. Pedagogias Populares feministas latino-americanas: legados feministas para a educação popular. *In*: SILVA, Márcia Alves da. **Pedagogias Populares e Epistemologias Feministas Latino-americanas**. 22 ed. Curitiba, p. 103-123, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** / Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SCOTT, Joan. Experiência. *In*: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. Disponível em: http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scott-Experiencia.pdf. Acesso em: 23 dez. 2021.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. MENEZES, Marilda. (org.) **Gênero e Geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goular Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

THAYER, Mille. Feminismo Transnacional: Relendo Joan Scott no Sertão. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n.1. 2001.

VERGES, Françoise. **Um feminismo decolonial** Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Rev. Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>.

WACHOWICZ, Lilian Anna. A Dialética da Pesquisa em Educação. **Revista Diálogos Educacionais**, v. 2, n.3, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. Tradução: Ivania Pocinho Motta.

APÊNDICE (A) TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Maria Liliane Rosado Rodrigues, RG: 99099054190, discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA, estou realizando uma pesquisa intitulada **EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA EMANCIPATIVA NO CARIRI CEARENSE**, que tem como objetivo, analisar as ações do Coletivo “Interfaces Femininas”, sob a perspectiva das pedagogias populares feministas, seu alcance e impactos na vida cotidiana e organização das mulheres que acessam o Coletivo numa perspectiva de emancipação feminina. Para isso, estou desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: Um estudo bibliográfico sobre Feminismo e Educação Popular e uma pesquisa de campo que será feita a partir de dois instrumentos de coleta de dados. O primeiro instrumento é denominado “Círculos Biográficos”, são encontros formativos, constituídos de dinâmicas de grupo para facilitar a interação das participantes e despertar seus sentidos reflexivos em torno de sua trajetória de vida. Serão um total de 05 encontros, que acontecerão na sede da escola Patativa do Assaré, realizados com as estudantes da escola, professoras e colaboradoras que residem na comunidade e que tenham participado de alguma ação do Coletivo Interfaces Femininas. O segundo instrumento será uma entrevista semiestruturada (contendo questões abertas e fechadas) sobre o programa de rádio “Vozes Mulheres”, direcionada às mulheres ouvintes do programa. Esta entrevista será enviada via Whatsapp, estruturada em um formulário online; o objetivo do formulário é traçar um perfil das ouvintes do programa citado acima, e identificar os impactos do programa na vida das suas ouvintes.

Por essa razão, você está sendo convidada a participar dessa pesquisa. Sua participação consistirá em responder a um questionário online, este questionário será enviado via aplicativo WhatsApp, são perguntas simples sobre seu cotidiano, com um espaço para que você expresse sua opinião sobre o programa de rádio “Vozes Mulheres”. O formulário não exige a identificação das participantes. Ao responder este questionário, você será exposta a um risco MÍNIMO, podendo sentir algum desconforto diante de alguma pergunta, porém, você tem total liberdade para responder somente às questões que lhe causarem interesse e tranquilidade e, caso deixe questões em branco, essa tomada de decisão não lhes causará prejuízo algum. Quanto aos benefícios, você estará contribuindo para os estudos sobre produções educativas que fortaleçam a emancipação das mulheres.

Todas as informações que você nos fornecer serão utilizadas somente para esta pesquisa. As respostas coletadas serão confidenciais e o seu nome não aparecerá nos questionários ou diários de campo e nem quando os resultados forem apresentados.

Sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou desistir após ter iniciado os encontros.

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados, pode procurar por Maria Liliane Rosado Rodrigues, Rua Tenente Moacir Freire, 88, ou pelo telefone (88) 997249988, no seguinte horário: das 08h às 17h. Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa, poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade Regional do Cariri, localizado à Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, 1º andar, Bairro Pimenta, CEP 63.105-000, telefone (88) 3102.1212, ramal 2424, Crato CE.

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

Rua Cel. Antônio Luiz, 1161 – Pimenta – Crato-CE – CEP.: 63.100-000 Fone (88) 312.1212 ramal 2424 – E-Mail: cep@urca.br

TERMO DE ASSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, a Sr.(a) declara que, após leitura minuciosa do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO para que participe voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Cidade _____ de _____ de _____

Assinatura do participante
ou

Representante legal



Impressão dactiloscópica

APÊNDICE (B) -TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Maria Liliane Rosado Rodrigues, RG: 99099054190, discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA , estou realizando uma pesquisa intitulada **EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA EMANCIPATIVA NO CARIRI CEARENSE**, que tem como objetivo, analisar as ações do Coletivo “Interfaces Femininas”, sob a perspectiva das pedagogias populares feministas, seu alcance e impactos na vida cotidiana e organização das mulheres que acessam o Coletivo numa perspectiva de emancipação feminina. Para isso, estou desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: Um estudo bibliográfico sobre Feminismo e Educação Popular e uma pesquisa de campo que será feita a partir de dois instrumentos de coleta de dados. O primeiro instrumento é denominado “Círculos Biográficos”, são encontros formativos, constituídos de dinâmicas de grupo para facilitar a interação das participantes e despertar seus sentidos reflexivos em torno da sua trajetória de vida. Serão um total de 05 encontros, que acontecerão na sede da escola Patativa do Assaré, realizado com as estudantes da escola e mulheres da comunidade que tenham participado de alguma ação do Coletivo Interfaces Femininas. O segundo instrumento será uma entrevista semiestruturada (contendo questões abertas e fechadas) sobre o programa de rádio “Vozes Mulheres”, direcionada às mulheres ouvintes do programa. Esta entrevista será enviada via WhatsApp, estruturada em um formulário online; o objetivo do formulário é traçar um perfil das ouvintes do programa citado acima, e identificar os impactos do programa na vida das suas ouvintes.

Por essa razão, você está sendo convidada a participar dessa pesquisa. Sua participação consistirá em participar dos “Círculos Biográficos”, devido você enquadrar-se no perfil de estudante da escola Patativa do Assaré, professora ou colaboradora, que reside na comunidade a qual a escola está inserida, e, já ter participado de pelo menos uma ação realizada pelo Coletivo Interfaces Feminina na sede da escola citada. Os Círculos Biográficos são momentos formativos, com a execução de dinâmicas reflexivas. Além de participar dos encontros, que serão no total de cinco, na sede da escola, com dias e horários a serem combinados, você também receberá orientações para escrever um texto narrativo contando sua história de vida. Ao participar dos "Círculos Biográficos", você será exposta a um risco MÍNIMO, pois existe a possibilidade de alguma dinâmica despertar em você memórias e lembranças que lhe causem algum sentimento

desconfortável, caso isso ocorra podemos suspender o encontro e retomar em outro momento, sendo respeitado o tempo e sentimentos de cada participante. Também me comprometo a buscar amenizar estas situações, não falando mais sobre determinado assunto que cause desconforto, e oferecer uma escuta ativa e acolhedora. Ressalto ainda que você tem total liberdade para desistir de participar dos encontros, mesmo depois de iniciado, essa tomada de decisão não lhe causará nenhum prejuízo. Sobre os benefícios, você estará contribuindo para o fortalecimento das pesquisas no campo da educação que buscam desvelar processos educativos que contribuem para a emancipação feminina.

Todas as informações fornecidas serão utilizadas somente para esta pesquisa. As respostas coletadas serão confidenciais e o seu nome não aparecerá nos questionários ou diários de campo e nem quando os resultados forem apresentados. Sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou desistir após ter iniciado os encontros.

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados, pode procurar por Maria Liliane Rosado Rodrigues, Rua Tenente Moacir Freire, 88, ou pelo telefone (88) 997249988, no seguinte horário: das 08h às 17h. Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa, poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa

- CEP, da Universidade Regional do Cariri, localizado à Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, 1º andar, Bairro Pimenta, CEP 63.105-000, telefone (88) 3102.1212, ramal 2424, Crato CE.

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

Rua Cel. Antônio Luiz, 1161 – Pimenta – Crato-CE – CEP.: 63.100-000 Fone (88) 312.1212 ramal 2424 – E-Mail: cep@urca.br

TERMO DE ASSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, a Sr.(a) _____ declara que, após leitura minuciosa do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO para que participe voluntariamente desta pesquisa. E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Cidade _____ de _____ de _____

Assinatura do participante
ou

Representante legal



Impressão dactiloscópica

CARTA DE ANUÊNCIA DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaro, para os devidos fins, ter ciência dos objetivos e metodologia do projeto intitulado **EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA EMANCIPATIVA NO CARIRI CEARENSE**, que será desenvolvido por Maria Liliane Rosado Rodrigues.

Na condição de instituição coparticipante deste projeto, autorizo a realização da coleta de dados a partir de entrevistas, oficinas e rodas de conversa com as alunas, professoras, e colaboradoras da Escola Patativa do Assaré e, que participam das atividades ofertadas pelo nosso Coletivo “Interfaces Femininas”, o qual atua dentro da instituição citada, mediante acordo prévio entre o pesquisador e a coordenadora do coletivo Maria Ana Livia Carmo Pereira, quanto à escolha dos dias e horários adequados para realização da coleta dos dados.

Esta autorização está condicionada à aprovação prévia da referida pesquisa por um Comitê de Ética em Pesquisa. O descumprimento desse condicionamento assegura-nos o direito de retirar esta anuência a qualquer momento da pesquisa.

Assaré, 12 de abril de 2022



Assinatura Legível do Responsável pela Instituição